

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



TRABALHO DE PROJETO

**A INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA INTERCULTURAL NOS
PROCESSOS DE RVCC**

Helena Maria Verdasca Fernandes

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Área de especialização em Formação de Adultos

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



TRABALHO DE PROJETO

**A INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA INTERCULTURAL NOS
PROCESSOS DE RVCC**

Helena Maria Verdasca Fernandes

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Área de especialização em Formação de Adultos

Trabalho de Projeto orientado pela Prof^a. Doutora Natália Alves

2011

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Diogo e Guilherme, pelas ausências e indisponibilidade, pelo carinho e amor que sempre demonstraram.

Aos meus pais Fernando e Violeta e ao Vítor, pela força, incentivo e apoio que me deram.

AGRADECIMENTOS

À professora doutora Natália Alves, minha orientadora, pela compreensão, apoio, exigência, estímulo e rigor ao longo da realização deste trabalho;

À Dra. Maria Manuel Durão, Coordenadora do Centro de Novas Oportunidades do ISLA, Santarém, pelo apoio e incentivo;

A todos os entrevistados que aceitaram participar neste trabalho através da sua opinião e partilha;

Aos colegas de mestrado pela partilha;

Aos familiares pela minha ausência.

RESUMO

A presente investigação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação: Educação e Formação de Jovens e Adultos pouco escolarizados, pretende saber como pode o processo de RVCC contribuir para a integração da população imigrante.

O objectivo deste trabalho é ajudar na compreensão da problemática da imigração e deixar pistas de intervenção com um segmento da população que está envolvida em processos de RVCC e se encontra em situação acrescida de vulnerabilidade e de exclusão social.

Para contextualizar esta problemática, comecei por fazer uma reflexão autobiográfica e procurou-se construir um quadro teórico que sustente a evolução do campo da educação e formação de adultos. A partir de uma abordagem humanista do fenómeno da imigração, tentou-se dar a conhecer a sua complexidade.

Recorreu-se à metodologia do estudo de caso múltiplos, a partir de entrevistas com o objectivo de conhecer as perspectivas de três adultos estrangeiros, de forma a perceber como o processo pode contribuir para a sua integração. Os dados recolhidos foram estruturados em diferentes dimensões desta problemática, que sugerem áreas de interesse que poderão ser trabalhadas junto deste público.

Considera-se que este estudo vai de encontro a uma abordagem holística do ser humano, que está subjacente ao modelo do RVCC, cumprindo por isso essa missão, rumo à qualidade do processo de RVCC.

Palavras-Chave:

Educação e formação de adultos, Reconhecimento Validação e Certificação de Competências, Centros de Novas Oportunidades, Integração, Interculturalidade, Imigração.

ABSTRACT

This research, carried out within the Adult Education and Training: Adults and Young Education and Training with low qualifications, focuses on the study of how can RVCC process contribute to integrate the immigrant population.

The aim of this work is to help a deeper comprehension of the immigration issue and leave a trail for future intervention with a population segment that is involved in the RVCC process and is in an increased situation of vulnerability and social exclusion.

To contextualize this issue, I began to make an autobiographical reflection and tried to build a theoretical framework that supports the evolution of the field of education and training of adults. From a humanistic approach to the phenomenon of immigration, I have tried to make known its complexity.

This research used the methodology of multiple case study, based on interviews with the aim to know the point of views of three foreign adults, to understand how the process can contribute to their integration. The data collected were organized into different dimensions of this problem, which suggest areas of interest that can be worked with this public.

It is considered that this study makes a holistic approach to the human being, which underlies the model of RVCC, so fulfilling that mission, to quality of the RVCC process.

Key-Words:

Education and training of adults, Recognition and Certification of Competences, Centros Novas Oportunidades, Integration, Intercultural, Immigration.

ÍNDICE

Introdução	9
Capítulo 1 - Narrativa Reflexiva e Autobiográfica	10
Capítulo 2 – Abordagem Histórico-Evolutiva	30
2.1 Os Principais Paradigmas da educação de adultos.....	30
2.2 Políticas e Práticas Educativas.....	37
2.2.1 UNESCO e a Comunidade Europeia.....	37
2.2.2 O reconhecimento de adquiridos experienciais.....	42
2.2.3 Corrente das "histórias de vida".....	44
2.3 A Evolução da Educação e Formação de Adultos em Portugal.....	45
Capítulo 3 – RVCC e Interculturalidade	54
3.1 Do Diagnóstico.....	56
3.1.1 Enquadramento da problemática.	56
3.1.2 Caracterização do CNO.....	62
3.1.3 Identificação e caracterização do grupo-alvo	65
3.1.4 Abordagem metodológica.....	68
3.2 Da Análise.....	73
Conclusão	83
Bibliografia	87
Anexos	89

Índice de Quadros

Quadro 1 - Residentes estrangeiros no distrito de Santarém.....	59
Quadro 2 - Residentes estrangeiros em Portugal.....	60
Quadro 3 - Resultados esperados RVCC Escolar CNO Isla Santarém 2010-2011.....	64
Quadro 4 - Execução Física 2010 NB.....	65
Quadro 5 - Execução Física 2010 NS.....	65
Quadro 6 - Total Execução Física 1º semestre 2011.....	65
Quadro 7 - Estruturação do estudo.....	69
Quadro 8 - Caracterização socio demográfica dos entrevistados estrangeiros.....	71
Quadro 9 - Sistematização das dimensões de integração presentes no discurso dos entrevistados.....	82

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Uma visão comparada de algumas dimensões de integração de imigrantes em Portugal e na UE25 – 2006 (%).....	59
Gráfico 2 - Distribuição dos adultos estrangeiros certificados, por nacionalidade (%).....	60
Gráfico 3 - Estrutura etária dos imigrantes certificados.....	66
Gráfico 4 - Distribuição da certificação da população estrangeira do CNO ISLA Santarém..	67
Gráfico 5 - Situação face ao emprego, da população estrangeira certificada no CNO ISLA Santarém.....	67
Gráfico 6 - População estrangeira certificada, por género.....	68

Introdução

A motivação para realizar este Mestrado, foi adquirir competências teórico-práticas mais consistentes na área de Educação de Adultos, onde me pretendo especializar e melhorar o meu desempenho profissional.

Este documento, elaborado no âmbito do Mestrado em “Ciências da Educação/Formação de Adultos” *Educação e Formação de Jovens e Adultos Pouco Escolarizados*, pretende ser um relatório de projecto de desenvolvimento profissional, consubstanciado em três eixos estruturantes, os quais correspondem aos três capítulos deste trabalho:

Narrativa Reflexiva Autobiográfica

Abordagem Histórico-Evolutiva

RVCC e Interculturalidade

No Capítulo 1 ensaio a minha autobiografia reflexiva em termos profissionais, procurando os fundamentos da minha formação enquanto Profissional de RVC e Formadora. Procuo explicitar o meu perfil profissional através do meu percurso formativo.

No Capítulo 2, sistematizo as abordagens teórico-conceituais no campo da educação de adultos, de modo a tornar inteligível a situação deste sistema de educação, com as oportunidades e constrangimentos que se lhe colocam.

Finalmente, no Capítulo 3, realizo uma incursão empírica centrada na minha prática profissional, focalizando-me num problema-chave com que me deparo e que se pode traduzir na seguinte pergunta orientadora “Como pode o processo de RVCC contribuir para a integração da população imigrante?”. Esta questão coloca-se-me no meu desempenho profissional, pelo interesse que tenho na temática e pela abordagem que já fiz em contexto EFA, tendo dinamizado uma actividade integradora nesse domínio. Ao longo deste eixo, procuro esboçar uma resposta para o problema enunciado, ou seja, de que modo os processos de RVCC podem contribuir para uma melhor integração da população imigrante.

CAPÍTULO 1

NARRATIVA REFLEXIVA AUTOBIOGRÁFICA

Tenho 41 anos, sou divorciada, resido em Vale de Figueira, concelho de Santarém e tenho dois filhos lindos e maravilhosos, o Diogo com 10 e o Guilherme com 8 anos.

Considero-me uma pessoa honesta, verdadeira e que gosta de valorizar o que tem como fonte de felicidade. Sou persistente, trabalhadora, responsável, tendo atingido algumas aquisições a nível profissional, acompanhadas de reconhecimento pelos pares e pelos responsáveis institucionais.

Actualmente, sou Profissional de RVC (Reconhecimento, Validação e Certificação) no CNO (Centro de Novas Oportunidades) do ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração, em Santarém. Exerço a minha profissão no sector da Educação Superior Privado.

No desenvolvimento das minhas funções, participo nas etapas de diagnóstico e encaminhamento, sempre que tal se revela necessário. Acompanho e apoio os adultos na construção de portefólios reflexivos de aprendizagens, em estreita articulação com os formadores, através de metodologias biográficas especializadas, tais como o balanço de competências ou as histórias de vida. Conduzo, em articulação com os formadores, a identificação das necessidades de formação dos adultos ao longo do processo de reconhecimento e validação de competências encaminhando-os para outras ofertas formativas, nomeadamente para cursos de formação de adultos ou formações modulares, disponibilizadas por entidades formadoras externas ou para formação complementar, de carácter residual e realizada no próprio centro, após a validação de competências. Organizo, conjuntamente com os elementos da equipa do centro que intervêm nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e com o avaliador externo, os júris de certificação, participando nos mesmos.

Concomitantemente, desenvolvo a monitoragem de acções de formação modular na área de Gestão de Recursos Humanos ou EFAs (B3) na área de competência-chave de CE (Cidadania e Empregabilidade), o que estou a realizar, actualmente, no curso EFA (B3) de Logística e Armazenagem, para a Futurbrain, Lda., que é um Centro de Formação, com sede em Vila do Conde.

Mas, “Como chego até aqui?”, “Como construí a minha identidade profissional?”, “Que referências trago?”, “Como me tornei a Profissional/Formadora que hoje sou?”, são perguntas que urge responder, dada a essência deste Eixo.

Devo referir que o meu percurso profissional tem sido um pouco eclético, motivado sobretudo por uma reconversão profissional. Comecei por tirar um curso superior de Secretariado Internacional, na Universidade Internacional, em Lisboa, com termo em 1992. Na sequência desta escolha e orientação académica, trabalhei durante muitos anos nesta área. O curso estava vocacionado para o exercício de cargos internacionais com ou sem carácter político; o preenchimento dos quadros especializados e específicos dos secretariados internacionais técnicos; empresas multinacionais; representações diplomáticas e consulares portuguesas e estrangeiras.

Da experiência adquirida, destaco as funções que desempenhei como Secretária Executiva no Hotel Lapa Palace (Outubro 1995 – Dezembro 2002), uma empresa do sector da hotelaria. Assisti à sua evolução de empresa de cariz familiar, para propriedade de um prestigiado grupo internacional – Orient-Express Hotels, o que teve como consequência uma reconversão organizacional com impacto a nível estrutural, funcional e social. Nesta empresa assegurava as seguintes actividades de comunicação, documentação e coordenação: rotina diária do gabinete, manutenção do arquivo; tarefas relativas ao expediente geral de escritório como a correspondência interna e externa; recepção, preparação e encaminhamento da correspondência; entrega do correio pessoal e da correspondência prioritária da Direcção, assegurando a correspondência corrente; a redacção de documentos em português, inglês ou francês; traduções e retroversões; atendimento telefónico e o estabelecimento dos contactos necessários ao desenvolvimento da actividade da Direcção; a recepção de clientes ou outros convidados da Direcção, prestando-lhes a devida assistência; a preparação dos processos da responsabilidade da Direcção (anexando toda a informação existente na empresa sobre o assunto em questão), sua entrega para apreciação e posterior transmissão das decisões tomadas aos respectivos interessados; actualizar e organizar a agenda e respectivo acompanhamento, recordando os compromissos estabelecidos; planear a logística de reuniões, convidar os membros a participar, desenvolver o conteúdo e a agenda para a reunião, redacção das respectivas actas; organização de viagens; gestão de base de dados; filtragem de informação e de acesso ao gestor.

Para além das funções base mencionadas, refiram-se outras que não farão parte da descrição de funções convencional de uma Secretária, mas que se enquadram num contexto organizacional dinâmico (evolução tecnológica e necessidade de redução de custos através do *downsizing*), em que a Secretária Executiva desempenha um papel activo

na organização. De que forma? Com alguma autonomia e influência assiste o superior para resolver problemas e participar em todas as tarefas.

Destaco esta experiência porque foi neste contexto que tive oportunidade, por um lado, de colocar em prática competências adquiridas na minha formação anterior sobretudo a nível de línguas estrangeiras, organização e comunicação institucional/organizacional e, por outro, desenvolver/adquirir outras como a responsabilidade, a comunicação com diferentes níveis da organização já que eu era o elo de ligação entre a Direcção e a restante estrutura, realizava também diversos contactos com clientes, agentes e operadores turísticos, profissionais de outros hotéis quer em Portugal, quer no exterior. A nível interno estabelecia contactos pessoais ou por via electrónica ou documental através da comunicação de Ordens Internas relativas às mais diversas temáticas. A nível externo estabelecia a comunicação com a sede em Londres, já que era lá que se situava a casa mãe, sendo que tinha que fazer o acompanhamento de assuntos pendentes relacionados com F&B, Alojamento, Vendas & Marketing, Recursos Humanos, etc.

Foi uma experiência muito boa da qual me orgulho pela forma como evoluí nas minhas funções e pelo reconhecimento que me era dado, bem como pelo bom relacionamento com colegas e Direcção.

Considero que esta experiência teve impacto na minha actividade profissional pois o *background* que trago permite-me, sobretudo, ter desenvolvido bastante a minha capacidade organizativa para dar resposta às exigentes solicitações que me eram feitas, agora transpostas para outra realidade e outra actividade. Devo referir que essa capacidade me é extremamente útil como Profissional de RVC, para a multiplicidade de tarefas relacionadas com a gestão de todos os grupos de Nível Secundário e que são da minha responsabilidade.

A comunicação quer em termos escritos, como orais, também considero como uma mais-valia para a minha actividade actual, pois tenho que realizar contactos com as instituições nossas parceiras onde realizamos itinerâncias e tenho que me articular com os diversos formadores para que consigamos aproximar-nos dos objectivos que nos são exigidos.

Foi enquanto trabalhava no Lapa Palace que decidi inscrever-me num outro curso e recomeçar a estudar. O curso de Secretariado Internacional foi muito interessante em termos de conteúdos, mas com lacunas em termos da sua aplicabilidade prática, pois a formação era muito vocacionada para trabalhar em organizações não governamentais internacionais, o que pode ser explicado pelo contexto temporal e político.

Em 1986, Portugal tinha aderido à CEE, em 1992, ano em que terminei o curso, Portugal iria assumir a primeira Presidência da CEE.

O curso de Secretariado Internacional deixou-me com vontade de continuar e eventualmente aprofundar a minha formação, a decisão foi Sociologia. Candidatei-me através do regime especial para quem já possuía um curso superior e lá estava eu, de novo a aprender, numa outra área. A aprendizagem ao longo da vida, que já *Comenius* reivindicara no séc. XVII (Fernández, 2006), tem sido uma opção na minha vida. Prova disso é todo o meu percurso a nível académico e formativo num contexto formal, mas também todas as aprendizagens que fiz pelo meu percurso profissional a um nível não formal. Apesar das dificuldades em conciliar a vida profissional e académica e algumas interrupções porque, entretanto, tive os meus filhos, concluo em 2004.

O curso de Sociologia dotou-me de formação específica a nível teórico e metodológico, de aplicação prática e conferiu-me competências instrumentais (como a capacidade de leitura e análise de textos, a sistematização de informação ou a capacidade de comunicação com diferentes públicos), competências pessoais e interpessoais (como a capacidade crítica e a liderança) e competências sistémicas (como o conhecimento da realidade social, a capacidade de compreensão e respeito pela diversidade e multiculturalidade, capacidade de conceptualizar as práticas, capacidade de inovar socialmente e de trabalhar com consciência ética, responsabilidade social e espírito de cidadania).

A cadeira de opção de Gestão de Recursos Humanos foi determinante para a valorização e compreensão da importância estratégica da qualificação das pessoas, sobretudo em contexto organizacional ao qual estava mais ligada pelo facto de ser trabalhadora-estudante, logo fazendo o reporte para a minha experiência e contexto organizacional, pelo que fiquei muito sensível a esta matéria enquanto instrumento de gestão.

Para finalizar o curso realizei um estágio na Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) Núcleo distrital de Santarém. Trata-se de uma ONG – Organização Não Governamental.

A REAPN actua no âmbito da pobreza e exclusão social e é uma instituição de dimensão internacional e âmbito nacional e comunitário. É de salientar que esta instituição não trabalha directamente com o público-alvo, mas com as ONG's e IPSS que se dedicam a esta problemática social.

As actividades desenvolvidas durante o Estágio inscrevem-se num dos eixos de acção da instituição acolhedora - a investigação. A minha contribuição foi no sentido de realizar a primeira parte de um estudo de investigação das ONG's do distrito de Santarém, que tem

como pressuposto por parte da REAPN que “a adequação eficaz e eficiente da intervenção só é possível se forem diagnosticadas as necessidades / potencialidades do meio”.

Foi com base na filosofia de actuação da REAPN que o trabalho se desenvolveu, visando atingir os seus objectivos de combate à pobreza e exclusão social numa perspectiva de dinamização do tecido socio-institucional local, através da constituição de parcerias efectivas traduzidas no desenvolvimento do trabalho em rede.

O estudo desenvolvido durante o Estágio foi previsto com o intuito de atingir uma das prioridades de actuação da REAPN em 2004 – o conhecimento da realidade da sua área de intervenção, quer a nível das potencialidades existentes, quer principalmente dos constrangimentos.

Os resultados do estudo serviram de base para a definição de estratégias, contribuindo para colmatar algumas necessidades das instituições no respeitante à intervenção que desenvolvem com a população desfavorecida.

Com a execução deste trabalho aprendi a realizar um trabalho de investigação encomendado, ou seja, existiu uma necessidade específica de conhecimento de uma realidade, tendo, por isso, o objecto de estudo sido adaptado à investigação solicitada pela entidade promotora, por forma a colmatar a necessidade sentida. Permitiu-me a aplicação institucional de conhecimentos adquiridos ao longo do curso, através da articulação entre o sistema educativo e a instituição acolhedora.

Obtive também conhecimento “participante” (pois estava lá integrada) de uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, que desenvolve a sua actuação ao nível do combate à Pobreza e Exclusão Social. Realizei uma experiência profissionalizante para potenciar a integração no mercado de trabalho. Consegui integrar a profissão de Sociólogo numa perspectiva multidisciplinar e de ligação ao espaço envolvente e agentes sociais implicados. Com esta experiência, desenvolvi a capacidade de relacionamento com todos os agentes que integram a comunidade alvo. Com o diagnóstico social do Distrito, contribuí para promover a interacção organização/comunidade/agentes sociais. Penso que contribuí para a evolução institucional na área do Terceiro Sector através da função Investigação e potenciar e/ou agilizar os agentes de desenvolvimento e de mudança. Fiquei a conhecer e promovi o conhecimento teórico e analítico sobre os fenómenos da Pobreza e Exclusão Social e tive que saber desenvolver um projecto de investigação. Utilizei conhecimentos e criatividade para fazer o diagnóstico social do Distrito. Obtive e divulguei conhecimentos sobre a realidade demográfica, social e económica do distrito de Santarém, as suas potencialidades e carências. Delineei estratégias de intervenção.

Estabeleci a ligação entre a investigação e a acção. Tive que saber ultrapassar certos problemas colocados pela investigação.

Com a realização do estudo sobre o distrito de Santarém tomei consciência do encadeamento das diferentes operações e a interdependência que se gera. Desenvolvi competências nos domínios da observação, recolha e tratamento de dados.

Penso que me tornei mais profissional pela responsabilidade que assumi como socióloga. A análise da dimensão demográfica e social do Distrito permitiu-me uma melhor compreensão dos complexos mecanismos de funcionamento da realidade social, o que se traduz também numa melhor capacidade de acção no terreno.

O estudo Dinâmicas Sociais e Económicas do Distrito de Santarém: Uma Abordagem Estratégica, foi publicado pela REAPN com o patrocínio do Governo Civil de Santarém. O seu lançamento teve lugar no dia 21 de Junho 2005, no decorrer de um Seminário sobre esta temática, em que tive oportunidade de participar como oradora.

E o que se seguiria seria isso mesmo, **acção no terreno**. Surge de imediato um convite para trabalhar na Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém (ADSCS), uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), logo, no Terceiro Sector.

Desempenhei as funções de Socióloga no Projecto Crescer Cidadão, do qual esta instituição foi entidade interlocutora. O Projecto Crescer Cidadão, inserido no Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, financiado pelo Fundo Social Europeu, interveio no desenvolvimento social e comunitário na área da empregabilidade e cidadania, tendo apoiado grupos excluídos ou em risco de exclusão socioprofissional, através de actividades que contribuíram para uma cidadania activa.

De facto, o curso tinha-me conferido as ferramentas teóricas e metodológicas, mas foi sobretudo com estas experiências REAPN e ADSCS que tive a minha aprendizagem *não-formal* que considero tão importante quanto a anterior, ou seja, a *formal*. Como refere Canário em relação à prática de dispositivos de formação que assentam na intelectualização dos processos de trabalho como reforço do seu potencial formativo“(…) o exercício do trabalho é, ele próprio, produtor de competências” (Canário, 2008, p.30), o mesmo se pode dizer em relação à prática profissional e à experiência formativa que realizei naqueles dois contextos.

Tanto numa experiência, como noutra, trabalhei de forma autónoma. Tive que me apropriar do que era pretendido, incorporar o “espírito” de projecto e procurar soluções para as dificuldades que surgiam. Foram desafios constantes, no *Crescer Cidadão* Acção 3 eu era a única Técnica de Projecto. Os restantes pertenciam a entidades parceiras e que davam o seu contributo institucional. Eu era o elo de ligação, coordenava todas as actividades do projecto e era responsável pela disseminação dos produtos criados, a nível nacional. O nosso objectivo era a apropriação da metodologia CACI (Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração) e Portal de Emprego por 25 entidades que se tornavam parceiras, conseguimos 52. Foi considerado um sucesso.

O encaminhamento para formação era uma das possibilidades no acompanhamento dos utentes de CACI, em função do perfil do desempregado/a. O técnico de CACI, tinha que ter informação também relativa à oferta formativa a nível local, quer através de recolha de informação, quer através da sua divulgação na plataforma Portal de Emprego. O meu trabalho era muito dirigido para as instituições potenciais apropriadores dos nossos produtos. Mas tendo por base a realidade social que pretendia atingir, antes de realizar os *workshops* procurava documentar-me da informação relevante para poder demonstrar claramente como as nossas actividades (CACI e Portal de Emprego) podiam responder às problemáticas existentes e a necessidade de intervenção que tinham, cruzando muitas vezes com os seus Planos de Acção.

Deste projecto destaco ainda os contactos e o enriquecimento a nível do capital social que realizei, pois estavam envolvidos alguns dos principais agentes sociais do concelho, com os quais tive oportunidade de trabalhar e discutir metodologias e o desenvolvimento do processo. Pessoas responsáveis pelas decisões de intervenção social e comunitária, que contribuía a um nível superior ou a um nível de execução no terreno.

O projecto termina e surge a oportunidade de dar continuidade a outro que estava em vigor, o Projecto @nijovem (Programa Ser Criança), cujo âmbito de intervenção era a população jovem em risco, através do acompanhamento psicossocial e lúdico-pedagógico dos seus utentes, encaminhados pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de Santarém. Tive como principais atribuições, prestar ajuda técnica com carácter educativo e social à família com vista ao aperfeiçoamento das condições de vida e a sua capacitação, através do estudo do subsistema sociofamiliar, da sua análise, para definição das estratégias de intervenção mais adequadas a cada caso e realizar e apoiar actividades de carácter recreativo.

Desta experiência destaco o facto de que uma das minhas tarefas era encaminhar jovens que estivessem afastados da escola, em situação de abandono ou insucesso escolar, procurando a melhor resposta para cada caso, pelo que tinha que estar informada sobre a

oferta formativa a nível local e mantinha contactos com os responsáveis dos cursos para obter informação sobre a sua situação, bem como com os diversos agentes escolares envolvidos. Aprendi a interpretar e utilizar a classificação por níveis de qualificação. Tomei conhecimento dos principais agentes de formação a que poderia recorrer.

Mais um projecto que termina e mais um convite que surge, desta vez um projecto de formação. Não tinha experiência, nem o CAP tinha, mas deixou-me bastante empolgada e claro que aceitei. Fui desempenhar funções de Coordenadora do Projecto Valtejo – Oportunidades para Empreender, do Movimento de Solidariedade Rural (MSR) de Lisboa. O MSR é uma associação particular, sem fins lucrativos, apartidária, reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública e que focaliza a sua intervenção a nível do desenvolvimento local em meio rural.

Tive o privilégio de conhecer a Dr^a. Tília Fonseca, que poderei dizer que foi a mentora deste projecto e que me contagiou com a sua intervenção e entusiasmo no domínio do desenvolvimento rural. Com ela aprendi a olhar com outros olhos para os nossos recursos locais e perceber a sua importância para o desenvolvimento local.

No âmbito deste Projecto, financiado pelo programa PORLVT, o MSR desenvolveu uma Acção de Formação Valtejo - Oportunidades para Empreender, no Centro de Bem-Estar Social de Vale de Figueira - Santarém, destinada a uma população desempregada e qualificada.

Com esta experiência profissional aprendi muita coisa, como coordenar a equipa pedagógica; saber como planear, acompanhar, construir materiais e avaliação da equipa pedagógica do Curso. Aprendi como é importante o apoio aos formandos ao longo do processo formativo desde a fase de recrutamento e selecção dos formandos até ao final do percurso formativo, mas também nas actividades de desenvolvimento curricular não organizadas em sala, para prevenir o abandono da formação e criar condições necessárias para o sucesso de aprendizagem.

Mas também é muito importante o trabalho de apoio e coordenação da equipa pedagógica de modo a haver um todo coerente e não haver falhas. Desenvolvi também competências a nível de ética. No âmbito das minhas atribuições como coordenadora, foi muito importante haver zelo pela boa organização e execução do Curso. Aprendi a efectuar o relatório final do Curso. Aprendi também a produzir informação relevante, necessária ao acompanhamento, avaliação e controlo do curso, por parte das entidades competentes para o efeito, incluindo a avaliação do desempenho dos formadores.

Esta foi a experiência-chave para a minha viragem e dedicação ao sector da educação. Foram muitas as aprendizagens realizadas, pois não tinha qualquer referente anterior em termos de preparação e gestão da formação. Aprendi, através de modelos que a instituição já tinha utilizado e outros que pesquisei e cruzei com a minha experiência enquanto formanda, a criar instrumentos de avaliação de formandos, formadores e da acção; aprendi que existem diversos tipos de avaliação e a optar pelo tipo de avaliação a aplicar. Aprendi a utilizar instrumentos de selecção de formandos e a fazer entrevistas de selecção e posteriormente classificar e seleccionar o grupo.

Aprendi a organizar um dossier técnico-pedagógico e a manter actualizadas todas as informações, com os materiais pedagógicos, os instrumentos utilizados, as avaliações realizadas, etc. Aprendi a coordenar a equipa pedagógica através das reuniões regulares que fiz e a estabelecer contacto permanente com eles, no sentido de passar informação sobre o curso, passar os objectivos e verificar o material pedagógico concebido, bem como a preparação dos diferentes produtos, a criar e organização dos *workshops* de apresentação a um conjunto de mentores; aprendi a planear as visitas de estudo; aprendi como é difícil manter a coesão de um grupo em formação de longa duração e a saber gerir conflitos inter pares e com a entidade promotora, o que só se consegue, como referi anteriormente, com um acompanhamento muito próximo e sistemático; aprendi a preparar toda a documentação para a contabilidade para serem efectuados os pagamentos a formandos e formadores; a realização e moderação de reuniões de acompanhamento; a organização do Seminário final; entre outros. Eram aprendizagens permanentes para conseguir assegurar o pleno funcionamento e o sucesso do curso, o que, felizmente, foi conseguido.

Findo o projecto, a convite da REAPN faço uma candidatura à medida 6.1. do POPH para um projecto de formação para a inclusão, que resultou com a aprovação do projecto *INFormar*. A Dr^a. Ricardina Reis, responsável pelo núcleo de Santarém é uma pessoa que acredita no meu trabalho, me tem lançado alguns desafios e que posso dizer tem sido uma referência na área da pobreza e exclusão social. Com ela aprendi que não há limites para a intervenção e reforço sobretudo a partilha de boas práticas nesta área. Mais uma experiência diferente, agora tinha criado, desenhado a formação. Ou seja, primeiro começo por operacionalizar, depois concebo, o que faltava, o que se seguiria?

Profissional de RVC no ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração, em Santarém, uma empresa do sector da Educação Superior, privada.

No início não havia pessoal técnico especializado, eu era profissional de RVC de Nível Secundário. Por esse motivo, comecei por participar nas diversas etapas do processo, desde o diagnóstico e encaminhamento, aprendendo a fazer um diagnóstico do perfil dos candidatos e a ajustar a resposta de encaminhamento ao seu perfil.

Aprendi o que são portefólios reflexivos de aprendizagens e a sua metodologia de construção, em estreita articulação com os formadores, através de metodologias biográficas especializadas, tais como o balanço de competências ou as histórias de vida.

Desenvolvemos estratégias de identificação de necessidades formativas e a fazer essa gestão no tempo e em termos de recursos disponíveis. Aprendi a fazer a gestão da Formação Complementar ou encaminhando-os para outras ofertas formativas, nomeadamente para cursos de educação e formação de adultos ou certificação parcial, articulando com a Técnica de Encaminhamento o trabalho ulterior.

Aprendi a dinamizar o trabalho de validação dos formadores no âmbito dos processos de reconhecimento e validação de competências desenvolvidos e a gestão dos candidatos para júri de certificação.

Aprendi a organizar, conjuntamente com os elementos da equipa do centro que intervêm nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e com o avaliador externo, os júris de certificação, participando nos mesmos.

Novos desafios se colocaram, o que era o RVCC? Tinha uma ideia, mas não em termos do seu dispositivo teórico e metodológico.

Iniciei sem qualquer referente, foi então que me foram apresentados os dois documentos-chave do processo o Referencial de Competências-Chave de Nível Secundário e o Guia de Operacionalização do Referencial de Competências-Chave de Nível Secundário. Li estes dois documentos e procurei apropriar-me deles tanto quanto possível, mas foi na prática tendo em conta as etapas do processo definidas institucionalmente, que pude melhor perceber a sua essência e os seus princípios. Alguns dos conceitos-chave que utilizamos remontam à tradição de aprendizagem experiencial.

Era diferente de tudo o que tinha feito até ao momento. Fui testando na prática o que resultava melhor com os adultos e fui-me aperfeiçoando. É claro que foi possível mobilizar competências adquiridas noutros contextos, como a nível da gestão documental no Lapa Palace ou da gestão da formação no projecto Valtejo.

Encontro-me neste processo há três anos, temos crescido juntos, o CNO ISLA e eu como Profissional de Nível Secundário. Posso dizer que já contribuí muito para a forma como o

processo é operacionalizado no nosso CNO e é com orgulho que refiro que se trata de um CNO de referência, sendo assim reconhecido. A experiência permitiu-me fazer sugestões na forma de operacionalizar o processo, pois existe muita margem de manobra, na minha opinião e no meu contexto profissional. Por exemplo, em relação à estrutura do Referencial, à forma como as competências são evidenciadas e trabalhadas, de modo individualizado em discussão com o adulto, ao *timing* do diagnóstico de necessidades formativas e sua aplicação e gestão. Temos uma boa equipa de trabalho, com um bom relacionamento interpessoal e muito entrosamento a nível de troca de ideias e de definição de metodologias.

Quando tenho dúvidas ou existem novas orientações, debato com a Coordenadora do CNO, a Dr^a. Maria Manuel Durão, a qual com o seu pragmatismo e conhecimentos me tem ajudado a ultrapassar algumas dificuldades. É uma pessoa que coordena os resultados do CNO, mas que nos dá autonomia de intervenção e que acredita no trabalho da equipa.

Os adultos, por norma, confiam no nosso trabalho, apesar das dificuldades iniciais para apreenderem os princípios do Referencial e deixarem o reporte da escola. O culminar do processo é determinante para os nossos adultos, apesar das preocupações com a sua exposição, a sua valorização pública, acaba por ter reflexos determinantes a nível da sua auto-estima e consecução do seu PDP (Plano de Desenvolvimento Pessoal).

Actualmente, no CNO ISLA confrontamo-nos com alguns desafios, como seja o facto de termos candidatos com perfil de competências mais baixo, pelo que estamos, neste momento, a operacionalizar a Formação Complementar de forma mais sistemática, dadas as necessidades diagnosticadas durante o processo. Estamos também a trabalhar no PDP dada a sua importância estrutural neste processo, como um *continuum* da nova oportunidade que surgiu.

Um outro desafio constante, mas que não é novidade, é a prossecução dos objectivos de certificação e é aqui que se me coloca a questão “como articular quantidade e qualidade?”, defino estratégias que me permitam gerir este binómio. Mas concluo que não existe uma resposta ideal, pelo que não prescindo de realizar o processo dentro de alguns referenciais de qualidade como constam da Carta de Qualidade. No entanto, tenho que ser pragmática, flexível e gerir muito bem os grupos. Um outro critério, no qual temos que apostar mais, até para ir de encontro aos objectivos, é na certificação parcial, dado o perfil actual dos nossos candidatos a RVCC NS (Nível Secundário).

Este binómio que acabo de evidenciar é fundamentado na tensão entre duas lógicas. Se por um lado se baseia numa perspectiva humanista, por outro, tem sido fortemente influenciada por uma lógica de mercado. Como refere Canário, é a “contradição entre métodos e finalidades constitui o cerne da ambiguidade que define a situação paradoxal

em que estão mergulhados os educadores e formadores de adultos” (*cit in* Cavaco, 2009, p. 141). Canário acrescenta ainda que existe, contudo, alguma margem que pode ser utilizada para tornar preponderante a perspectiva emancipatória. É curioso, pois reconheço-me perfeitamente nessa tensão e nessa procura através da orientação da nossa prática com os adultos.

Vivemos na sociedade do conhecimento, neste paradigma, regista-se um aumento significativo da procura de formação por parte da população adulta, na minha opinião, muito impulsionado pela iniciativa Novas Oportunidades. O conhecimento propaga-se com extrema velocidade, o apelo ao desenvolvimento de competências tecnológicas no acesso e processamento de informação digital é enorme. Mas também as competências sociais ganham relevo, sobretudo a nível da comunicação, imaginação criativa e crítica. Segundo Fernández, passámos da manufactura à “mentefactura” .“A produtividade e a competitividade dos agentes económicos baseia-se na sua capacidade de gerar, processar e aplicar os conhecimentos de forma eficaz” (2006, p.70). O conhecimento passa a ser um factor de desenvolvimento, crescimento económico e modernização, pelo menos de acordo com o modelo económico produtivo, o que desvirtua os ideais defendidos pelo modelo dialógico-social. Na minha opinião, dever-se-ia procurar um equilíbrio entre estes dois modelos, o que não é fácil de conseguir.

Costumo tentar perceber o tipo de motivações dos meus adultos para fazerem o processo de RVCC de NS. Uma pessoa disse-me “eu só estou aqui por causa das Novas Oportunidades, muito mais pessoas têm agora o nível secundário e passam-me à frente nos concursos”. Esta afirmação, penso que é reveladora da dualidade das Novas Oportunidades. Por um lado, dão resposta ao défice educacional e aos novos desafios que se colocam sobretudo aos trabalhadores em termos de competências associadas a novos perfis profissionais num contexto de mudança acelerada; por outro lado, reconfiguram os grupos sociais em matéria de níveis educacionais e de competências transversais. Os empregadores procuram novas competências dando origem à necessidade de investimento na formação. O problema já não é o analfabetismo, correspondente sobretudo a franjas da população com idade superior a 65 anos, mas o analfabetismo funcional correspondendo a novas necessidades de aprendizagens para adaptação aos novos contextos culturais e sociais, a título de exemplo refiram-se os *info excluídos*.

Um efeito resultante dos processos de RVCC é que, utilizando a expressão de Fernández, “...a satisfação da necessidade de aprendizagem não só não paralisa a necessidade de continuar a aprender como a acelera” (2006, p. 72). É o chamado “efeito Mateus”, isto é,

quanto mais se sabe mais se deseja saber, mas também revela consequências no ter pois quem possui mais recursos tem mais possibilidade de acesso à formação.

De facto, de um modo geral, de acordo com a minha percepção, os nossos adultos terminam os processos com vontade de continuar a investir na sua formação, quer seja a nível superior, pós-secundário ou qualificação pessoal e profissional. O que vai de encontro à perspectiva de Knowles, que refere que a aprendizagem, associada ao crescimento/desenvolvimento é um meio para a auto-realização (Finger, e Asún, 2003, p. 66).

Ao longo do tempo fui desenvolvendo a minha capacidade de desocultar competências nos adultos. As metodologias são muito importantes, mas também aqui a nossa experiência é uma mais-valia. Como já referi, a minha aprendizagem foi sobretudo experiencial, por tentativa-erro, por motivo da deficiente oferta formativa para profissionais de RVC na altura. Os adultos trabalham o Balanço de Competências com os formadores das diferentes áreas de competência-chave e discuto individualmente a transferência das situações de vida identificadas, para a sua autobiografia.

É sempre um processo de enriquecimento essa procura e reconhecimento, é um processo de valorização do outro pelos seus conhecimentos/saberes previamente adquiridos e que lhe foram transmitidos quer por herança cultural, quer pelo percurso de vida pessoal, social e profissional. É sobretudo com base no seu quotidiano que expressam os seus saberes, como já se referia Sebastián Orozco “já no século XVI, os ditados populares, ainda que tão comuns e usados na linguagem do dia-a-dia, são sem dúvida muito elevadas e profundas sentenças de filósofos e sábios, validadas pela experiência, que é a mãe de todas as coisas” (Fernández, 2006, p.49).

Na perspectiva antropológica de Dewey os membros de uma comunidade têm experiências, atribuem-lhes um significado e, em última análise, aprendem com elas (Finger e Asún, 2003, p. 39).

Segundo o mesmo autor, o mesmo acontece no plano individual, em que os indivíduos têm experiências, reflectem e agem em conformidade. Neste sentido, poder-se-á afirmar que o processo de RVCC cumpre essa perspectiva antropológica (filogénese) e individual (ontológica). Continuando na senda de Dewey, aprende-se com a experiência, mas também com a acção, o que implica aprender fazendo, o que dá uma compreensão prática do Mundo. Posso dizer que nós ajudamos a desmontar a sua construção cultural, para a voltarmos a montar com sentido e uma lógica subjacente, conferida pela reflexão realizada e mais ainda, com uma projecção no futuro – um plano de desenvolvimento pessoal.

Neste processo de RVCC, a par da aprendizagem informal, também a aprendizagem formal adquire enquadramento, a aprendizagem não se realiza apenas por mimetismo. Agora, o RVCC procura nas suas realidades fundamentação para a formalização dos seus saberes. Nós, enquanto profissionais, procuramos desconstruir com os adultos os seus saberes e o que está por detrás da sua construção.

Reconheço nesta modalidade de RVCC os princípios da *aprendizagem dialógica*, como seja “Diálogo igualitário”, ao contrário do modelo escolar. Nas nossas sessões, os adultos sentem-se à vontade para interagir, valorizam-se os diferentes saberes e a partilha, através de uma comunicação assertiva; “Inteligência cultural” porque a aprendizagem ao longo da vida está bem presente nos seus PRAs e são incentivados à sua prática; “Transformação” o adulto, por norma, quando termina o processo fica com vontade, se não mesmo necessidade de aprender, creio que devido à sua valorização, a sua auto-estima está mais elevada, acreditam neles, a educação e a participação social e comunitária torna-se algo acessível, abrem-se “novas oportunidades”; a “Dimensão instrumental da educação”, é um facto que se trata de um processo de reconhecimento de adquiridos, mas ao terem que reflectir sobre determinadas vivências ou acontecimentos, aprofundam e pesquisam determinadas temáticas, logo, paralelamente, dá-se um processo de aprendizagem; “Criação de sentido”, não só nas tertúlias literárias, mas também em RVCC se dá um processo de reatribuição de sentido à experiência vivida através da reflexão sobre as aprendizagens e mudanças realizadas; “Solidariedade” que se pode traduzir na igualdade de oportunidades no acesso ao processo e, por último “Igualdade na diferença”, que se reflecte no respeito pela diferença e experiências de cada adulto.

A configuração do modelo educativo de educação de adultos (modelo social) encontra parte das suas raízes históricas na cultura popular, o que poderá explicar as similitudes encontradas nas duas práticas evidenciadas acima.

Fernández (2006) refere que o modelo produtivo não dá uma resposta formativa a nível das mudanças que ocorrem nas formas de ser, estar e sentir a sociedade. Penso que o sistema de RVCC faz uma aproximação a essas mudanças através do desenvolvimento de competências transversais, sobretudo na área de Cidadania e Profissionalidade (CP), pela dimensão cívica deste subsistema da educação de adultos, na tradição dos princípios da educação e fugindo à sua instrumentalização económica que marca a actualidade da formação de adultos.

No RVCC, embora já numa fase de maior maturação, estamos num permanente laboratório de práticas de modo a aperfeiçoar cada vez mais este sub-sistema.

No decorrer da minha actividade profissional, já bastante dirigida para a educação, senti necessidade de obter o CAP de formadora, de certa forma para legitimar a minha actividade e aperfeiçoar técnicas, bem como para poder dar alguma formação.

E assim foi, de 17 de Fevereiro a 18 de Abril de 2009, tirei o Curso de Formação Inicial de Formadores (CAP nº EDF 513220/2009 DL) no ISLA, em Santarém, com a classificação final de *Muito Bom*.

Senti que me aperfeiçoei, senti sobretudo que passei a conhecer o campo conceptual daquilo que eu já fazia, de forma intuitiva e espontânea, como resultado de uma aprendizagem ancorada num processo de tentativa-erro.

Foi como que uma certificação de adquiridos. Durante o curso estava como “peixe na água”. Intervinha constantemente com dados da minha experiência derivada, em termos teóricos, de ter exercido as funções de Coordenadora do Projecto Valtejo e, na prática, do exercício das funções de Profissional de RVC. Estava a pôr tudo (conhecimentos prévios) em prática, a formadora questionava-me frequentemente sobre a minha experiência. Reflectindo agora sobre esta situação, quase que me posso colocar no papel dos “meus adultos” de RVC. Foi muito importante em termos de legitimação e valorização da minha prática profissional, ao mesmo tempo que me poderia abrir outras portas e diversificar a minha intervenção neste domínio, e assim foi.

Com este diploma, surge logo uma proposta, por parte do ISLA, para dar formação modular na área de Recursos Humanos e foi assim que me “estreei” a monitorar acções de formação.

Actualmente estou a realizar uma acção de formação em Cidadania e Empregabilidade (CE) num total de 200 horas para a Futurbrain, Lda. no curso EFA (B3) de Logística e Armazenagem. As aprendizagens na área da formação não param de surgir. É a primeira vez que estou a dar um EFA e numa formação de longa duração.

Numa primeira abordagem com a Directora Pedagógica desta instituição, a Dr^a. Mariza Moreira, aquando da discussão de actividades a realizar, ela referiu que tinha receio que eu fosse trabalhar por objectivos por causa da minha experiência em RVCC e essa não era a filosofia de um curso EFA. Foi interessante a conversa que tivemos, pois a partir daí fiquei com mais uma noção do que era um EFA e o que era esperado de mim. Eu apenas tinha tido experiência anterior em formação modular e fiquei de facto atenta às diferenças. Enquanto que a modular que tinha dado era da componente tecnológica e estava integrada num percurso EFA, ou seja, um módulo de um curso, agora ia assumir um módulo de longa duração da formação base, em que as metodologias de trabalho e avaliação são muito diferentes.

Posso dizer que tem sido uma experiência fantástica, apesar de não ser um grupo fácil de trabalhar devido à multiplicidade de problemáticas que afectam os percursos daquelas pessoas que se encontram em situação de fragilidade face ao emprego.

Ser formadora EFA foi uma aprendizagem a partir do Referencial e das directivas e orientações que a Futurbrain me foi dando através da Dr^a. Mariza. Foi possível mobilizar aprendizagens anteriores de vários contextos mas sobretudo do RVCC, do EFA e do Crescer Cidadão.

No desenrolar das minhas funções como formadora, tenho tentado sobretudo implicá-los na sociedade e na sua comunidade de pertença. Temos alguma abordagem base em termos de conteúdos, mas procuro retirá-los de sala, pois é estando inserido na sociedade e conhecendo as suas infra-estruturas comunitárias, os problemas existentes, as potencialidades do território, os diferentes actores, que poderão de facto ser cidadãos mais conscientes e interventivos.

Procuro desenvolver neles uma consciência crítica e incentivo-os a, de forma assertiva, a tornarem pública a sua opinião, como foi o caso de uma petição pública que realizaram junto de um órgão de comunicação social local. Gosto de lhes proporcionar novas experiências lúdico-pedagógicas, como a que aconteceu na Associação Internacional de Integração Luso-Brasileira Ísis e Júpiter, em que para além de ficarem a conhecer a associação e as suas actividades, fizeram uma aula de yoga; ou o conhecimento de uma Biblioteca, onde muitos nunca tinham entrado, nem sabiam o que lhes poderia proporcionar, nem tão pouco sabiam fazer uma pesquisa bibliográfica; visitámos exposições; fizemos um (re)conhecimento do património artístico da cidade; falamos de temas actuais e do seu interesse e debatemos e fizemos uma Feira de Talentos com base num projecto que fizeram de criação da sua própria empresa a partir da reflexão que tinham feito sobre os seus talentos e criaram um poster para a exposição.

Penso que este modelo educativo de jovens e adultos esteja ancorado nas características do modelo social de educação de pessoas adultas, pois depois de ter tomado conhecimento do mesmo, reconheço as suas influências:

Parte das necessidades sociais de aprendizagem mais que dos programas formativos

O que implica que a aprendizagem não deve estar submetida aos programas formativos, mas às necessidades de aprendizagem. Quando descobri a filosofia dos cursos EFA, percebi isto mesmo, como os designados *Temas de Vida*, para os quais temos que dirigir os conteúdos, respeitando os seus interesses.

O potencial de aprendizagem vem de longe, não começa com os programas educativos para adultos

Nos EFA, assim como no RVCC as aprendizagens já realizadas são tidas em consideração.

A formação e a aprendizagem produzem-se em todos os contextos, sem ficarem limitadas ao espaço escolar

Parte-se do pressuposto que as pessoas adultas aprendem com a experiência em diferentes contextos e em interação com os outros.

Aprende-se empreendendo

Prende-se com a formação-acção, é por isso que nos EFA são definidas estratégias de aproximação, não só ao mercado de trabalho (ex. estágio), mas também à comunidade (espaço envolvente).

Reconhece as competências e conhecimentos que as pessoas já trazem e que adquiriram através das suas distintas experiências

As diferentes modalidades de educação e formação de adultos reconhecem que as pessoas já chegam com um manancial de adquiridos que deve ser uma base para continuarem a aprender. Por isso, é com bastante frequência que evoco a sua experiência anterior para enriquecer as sessões e haver partilha de experiências.

Não parte do conceito de compensar deficiências e satisfazer aprendizagens mínimas, mas está assente num projecto em que se quer desenvolver ao máximo as potencialidades de cada um

Tem uma abordagem positiva da aprendizagem, focalizando-se nas potencialidades de cada um e não nas suas deficiências. Pretende-se preparar os formandos para a sua participação na sociedade. Posso referir algumas estratégias que já desenvolvi nesse sentido, como a visitas a equipamentos culturais com os quais não estão familiarizados ou proporcionar-lhes algumas experiências diferentes (ex. yoga, sessão da DECO sobre “Como gerir o seu dinheiro” ou emitir opiniões num jornal regional).

Caracteriza-se pela flexibilidade em tudo o que se refere à organização e administração dos espaços e tempos

As aprendizagens estão socialmente contextualizadas.

Os professores trabalham num contexto igualitário de diálogo

Os formandos não são meros receptores, estimula-se o desenvolvimento de uma massa crítica, com capacidade de reflectir e pensar o mundo. Os formandos participam nas sessões, falam sobre a sua experiência e debatem. Já desenvolvi uma actividade muito interessante e que resultou bem, apesar das resistências iniciais por acharem que não estariam aptos para a realizar – Painéis Temáticos.

O modelo social de educação de adultos não só gera públicos participativos, mas também públicos gestores da acção social

No EFA, com o novo tema de vida sobre a Logística ao Serviço da Solidariedade, espero ter dado o meu contributo para a sua participação a nível da acção social.

Como formadora, tenho que estar atenta ao mundo que me rodeia, ser capaz de me adaptar às mutações sociais e orientar e preparar os formandos/as para essa adaptação, que dá lugar a uma abordagem de carácter sistémico, trabalhando o indivíduo no seu todo e não fazendo abordagens parciais do mesmo, como alguns profissionais o fazem, analisando apenas excertos autobiográficos relacionados com a sua especialização académica. É necessário dotar os aprendentes de ferramentas que lhe permitam uma maior adaptabilidade a situações imprevistas e serem flexíveis para conseguirem dar uma resposta eficaz às variadas situações que lhe possam ser colocados qualquer que seja o contexto em que surge.

Que tipo de Profissional/Formadora sou? Em vez de categorizar, direi apenas que não me considero uma excelente Profissional/Formadora, mas considero que sou diferente. Consigo reconhecer uma identidade profissional que é resultado de um somatório de experiências, filtradas no que de mais significativo vivi, aprendi e senti e extrapolado para uma prática que se assume de forma muito própria. Um resultado de um capital cultural e social e da minha formação como pessoa.

Mas, o próprio perfil profissional de formador tem vindo a alterar consoante as concepções teóricas dominantes no campo da educação de adultos. Com a teoria de Argyris e Schön “o formador de adultos torna-se um orientador (coach) ou mentor que ajuda os indivíduos (gestores, profissionais ou trabalhadores) a reflectir sobre as suas teorias-na-acção” (Finger e Asún, 2003, p. 49), através da chamada aprendizagem de dupla volta. Também eu, de modo, não orientado, vou sentido algumas influências para nos adaptarmos a novas formas de intervir em formação, apesar de não ter havido aprendizagem formal nesse sentido.

Argyris e Schön referem que é na diferença entre a teoria-em-uso e teoria abraçada que o formador de adultos leva o formando a reflectir sobre a sua teoria abraçada. Esta terminologia faz parte da teoria do arco duplo, na perspectiva da teoria da acção. Por teoria-em-uso, entenda-se o que se faz na realidade e por teoria abraçada o que se julga fazer. Esta teoria visa a mudança comportamental em especial em contexto de desenvolvimento organizacional, que permite a resolução efectiva de problemas.

Só um acumular de experiências tão diversas me permite manter neste *continuum* de aprendizagens e experiências novas e a conseguir assumir-me como pessoa e profissional. Os espaços organizacionais por onde passei permitiram-me ter conhecimentos diversos que me facilitam ultrapassar algumas dificuldades que possa sentir. Como já referi anteriormente, no grupo EFA com quem estou a trabalhar existem situações de emergência social que diagnosticamos, estando eu bastante sensível a essas questões, pelo que, entendo que a minha intervenção, neste caso como Formadora, vai muito mais além. Encaminhei as filhas de uma adulta minha para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, consegui, através de contactos privilegiados que adquiri nos projectos por onde passei, accionar uma ajuda económica à família e obter habitação social para o mesmo agregado. Isto para dizer que poderíamos ter ficado pela caridade, como a que se mobilizou, mas é necessário um outro tipo de acompanhamento, pelo que posso continuar a exercer um pouco de tudo aquilo que já fiz pois quando estamos com grupos temos uma pequena amostra populacional e sempre que for possível, a minha intervenção irá mais além do que a transmissão de conteúdos e respectiva avaliação. É por isso que digo, todas as experiências, a minha formação académica e profissional, os meus interesses, têm contribuído na minha formação enquanto Profissional/Formadora, na minha atitude perante os outros.

Identifico uma experiência no mesmo EFA em que defini uma actividade integradora sobre o tema *A Arte no Ribatejo*, entre outros acontecimentos, a realização de um *workshop* cujo tema é “A Diversidade Cultural pela Arte”, o qual foi dinamizado pela Câmara Municipal de Santarém, a quem se veio juntar a Comissão de Coordenação da Candidatura da Cultura Avieira e contou com o apoio da Associação Luso-Brasileira de Integração e Cultura Ísis e Júpiter, para a animação.

Este *workshop* teve como objectivo a promoção da interacção com agentes promotores do património artístico num contexto de diversidade cultural. Pretendi, com esta iniciativa, que a Cidadania seja construída num contexto multicultural, para que percebam o direito à igualdade e à diferença, através da valorização do património artístico. Este *workshop* aconteceu no dia 07/12/2010 e esteve aberto à comunidade escolar, bem como comunidade envolvente.

Através dos contactos com a Câmara Municipal de Santarém, Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas, dada a pertinência reconhecida ao *workshop* por este município, acordámos continuar a colaborar em mais iniciativas deste género na nossa comunidade escolar.

Este acontecimento, veio a determinar a dimensão empírica da prática profissional que irei analisar.

Posteriormente, à realização deste evento, já fui confrontada com alguns participantes imigrantes que me perguntaram quando haveria novos acontecimentos daquele género pois acharam pertinente e necessário.

CAPÍTULO 2

ABORDAGEM HISTÓRICO-EVOLUTIVA

2.1 Os principais paradigmas da educação de adultos

A educação e formação de adultos embora seja um fenómeno recente, não é uma novidade, existem antecedentes neste campo e que estão a montante do seu desenvolvimento actual. Surge após a revolução francesa, na continuidade da filosofia das Luzes (*cit in* Canário, 2008).

O campo da educação de adultos é atravessado por três paradigmas fundamentais: o pragmatismo, o humanismo e o marxismo.

O pragmatismo é um conceito americano. Tem as suas raízes nas ideias de John Dewey, considerado, por Finger e Asún (2003, p. 35), o pai da educação de adultos americana. No entanto, foram postas em prática pelo seu contemporâneo e colega da Universidade de Colúmbia, Eduard Lindeman. Podemos distinguir duas abordagens pragmatistas, a abordagem da “aprendizagem experiencial”, representada por Kurt Lewin, David Kolb, Chris Argyris e Donald Schön e o interaccionismo simbólico em que se destacaram Peter Jarvis e Jack Mezirow.

Nos últimos anos destacaram-se Richard Rorty e Hilary Putnam.

Preconiza a antropologia da aprendizagem com base na aprendizagem da espécie humana em que as pessoas ficam a conhecer mediante experiência e reflectirem sobre essa experiência. O aprendente está no centro da aprendizagem na medida em que só aprende aquilo que é significativo para ele, logo a educação passa pela acção para ser eficaz.

O método activo, nesta perspectiva é o que melhores resultados produz, pois as pessoas aprendem mais rápido fazendo (*learn by doing*).

Dewey (*cit in* Finger e Asún, p. 38) identificou 5 passos para mostrar como a acção sobre a realidade é importante:

- 1 – Acção da mente sobre o problema identificado – contacto directo com o objecto;
- 2 – Intelectualização – diagnóstico do indivíduo sobre a situação;
- 3 – Levantamento de possíveis soluções;

- 4 – Raciocínio entre as possíveis soluções e suas consequências;
- 5 – Testar as hipóteses mais razoáveis para ver se as consequências realmente ocorrem.

Na perspectiva antropológica, refira-se a capacidade de *construir ferramentas*, que permite transformar o meio ambiente e melhor o adaptar à espécie humana e a *capacidade de linguagem* para o relacionamento humano e a *capacidade de plasticidade* para aprender com os erros e ao fazê-lo aumentar a sua capacidade de aprendizagem.^a

O **Humanismo** teve uma influência notável em numerosos investigadores do campo de educação de adultos, particularmente sobre o conceito de andragogia de Malcom Knowles, investigador incontornável neste campo.

Tem como fundamento o trabalho de Carl Rogers e Maslow, baseando-se em princípios não directivos.

Trata-se de uma corrente que tem uma visão naturalmente positiva acerca da pessoa humana. Assume-se que as pessoas aprendem naturalmente, assim estejam reunidas condições facilitadoras. Transpondo para o campo da educação, os adultos têm uma potencialidade natural para a aprendizagem; existem elementos facilitadores da aprendizagem; o adulto apreende mais facilmente aquilo que assume como relevante, fazendo resistência ao que possa ser uma ameaça. Como referem Finger e Asún “(...) as pessoas são fundamentalmente boas, com liberdade de acção e escolha, e responsáveis pelo desenvolvimento do seu total potencial” (2003, p. 62).

O centro desta perspectiva é a pessoa, e a sua necessidade de auto desenvolvimento.

A maturação é entendida como um processo de contínuo crescimento. No processo de auto desenvolvimento, a pessoa assume a primeira responsabilidade pela sua própria aprendizagem. A aprendizagem significativa é adquirida através da acção, sendo a experiência a maior autoridade e critério de validade para a pessoa.

O supervisor / formador / professor tem apenas o papel de facilitar a aprendizagem, com vista a tornar o aprendente plenamente funcional.

Maslow (*cit in* Finger e Asún, p. 61) considera que a motivação humana é caracterizada pela gratificação de necessidades.

O ser humano é marcado por uma dinâmica crescente de satisfação de necessidades, com diferentes hierarquias:

^a www.rioei.org (consultado em 18 Julho 2011)

- necessidades fisiológicas,
- necessidades de segurança,
- necessidades de pertença e amor,
- necessidades de estima,
- necessidades de auto-actualização.

A dinâmica subjacente diz respeito à satisfação de necessidades, numa procura gradual de satisfação. As necessidades fisiológicas são as primeiras a satisfazer, passando ao nível seguinte da hierarquia.

Maslow identifica o nível mais alto da hierarquia, com a maturidade. A maturação do indivíduo apresenta as seguintes características:

Maior eficiência na percepção da realidade e relações mais confortáveis com o mesmo.

- Aceitação (eu, outros, natureza).
- Espontaneidade, simplicidade, naturalidade.
- Focalização em problemas.
- A necessidade de privacidade.
- Independência da cultura e do ambiente.
- Novidade contínua nas apreciações.
- Experiência mística.
- Sentimento social.
- Relações interpessoais.
- Carácter de estrutura democrática. Distinção entre meios e fins, entre bem e mal.
- Senso de humor não hostil. Criatividade.

Rogers considera que o desenvolvimento da pessoa é um processo com vista a torná-la *totalmente funcional*. A pessoa humana tem uma tendência natural para crescer e para se auto-actualizar, não sendo por isso determinada à partida. Este processo de se tornar pessoa está orientado para a direcção positiva da totalidade, integração, integridade e autonomia.

Este caminho para a autonomia implica em primeiro lugar *liberdade*. Ser pessoa totalmente funcional implica ser capaz de liberdade de escolha, assumindo uma nova perspectiva na relação entre liberdade e determinismo.

A maturação da pessoa envolve também uma forma de estar *criativa* e não conformista, num processo de procura de satisfação das suas necessidades mais profundas.

O indivíduo maduro não está fechado em si próprio, vivendo de uma forma defensiva, estando aberto a um leque muito mais alargado de necessidades (ambientais, sociais, etc.). Existe sentimento de *confiança na natureza humana*, pois à medida que se torna pessoa, mais sente a necessidade de abertura aos outros. Este processo implica, por isso, uma maior riqueza de vida, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Rogers destaca as condições da aprendizagem, para o crescimento humano “o seu propósito último é ajudar o indivíduo a crescer. O que é conseguido apenas criando um ambiente favorável – que não seja ameaçador -, pois ninguém pode forçar o crescimento, mas apenas criar as condições que, por seu turno, irão activar o potencial de crescimento de cada indivíduo, as suas energias intrínsecas” (*cit in* Finger e Asún, p. 63).

No paradigma **Marxista**, Paulo Freire é uma figura marcante na área da educação de adultos. É fundamental conhecer os seus fundamentos filosóficos e a sua pedagogia na sua tentativa de “reinventar” o mundo, como o próprio dizia.

Freire estudou Direito e também Filosofia e Psicologia Linguística. Trabalhou como advogado, professor de línguas e depois como formador de adultos onde teve um desempenho notório. Deixa o Brasil aquando do golpe militar, foi preso e segue-se o exílio. Teve contacto com regimes capitalistas e regimes socialistas, como Freire preconizava a *pedagogia do oprimido*, a educação popular, adaptava-se aquele último regime.

Os fundamentos filosóficos de Freire são quatro: o humanismo católico, o Marxismo, a filosofia alemã e a teoria do desenvolvimento.

A partir destas raízes intelectuais, Freire cria a sua *pedagogia da libertação* que surge na linha da Teologia da Libertação (teologia política alemã) conjugado com o Movimento de Educação de Base.

Freire procura a devolver a liberdade ao oprimido através do desenvolvimento de uma consciência crítica e libertadora e uma prática crítica, ou seja, a capacidade de intervenção na situação, que conduzirá à emancipação e transformação da cultura dominante e opressiva, para promoção do desenvolvimento local, assumindo a sua verdadeira identidade cultural e função societal, logo passando de um plano micro, para um macro relacionado com políticas de desenvolvimento territorial.

Os analfabetos eram preparados para a lógica dominante, para se tornarem parte dela, mas a sua lógica era outra, e Freire tem preocupações a esse nível, considera que essas pessoas têm um olhar distante, mais crítico sobre o sistema. Freire parte da realidade de cada um e incentiva a fuga à lógica dominante, com vista à sua libertação e não à sua manipulação.

O modelo pedagógico de Freire, não pode ser dissociado de uma intenção política, para mudar a sociedade, não se circunscreve ao acto de aprender em si próprio, tem a funcionalidade para interpretar o mundo e agir sobre ele.

Finger e Asún consideram que Freire combinou os vários fundamentos do campo da educação de adultos: as ideias iluministas que levam ao poder de transformação da educação; as ideias humanistas de respeito pelo aprendente; e a ideia pragmatista da abordagem colectiva. Referem ainda que o ponto mais forte da sua teoria e prática, é também a sua maior fragilidade intelectual, refiro-me à fusão entre epistemologia e política (aprender para se libertar da opressão), correndo o risco de se tornar instrumental num dado sistema (Finger, Asún, 2003, pp. 77-81).

O quadro conceptual de Paulo Freire tem que ser compreendido no seu contexto histórico-político e espacial. Freire é brasileiro e durante o seu exílio trabalhou em diversos países da América latina, em que o Norte dominava o Sul e daí a tentativa de *conscientização* colectiva para libertação do Sul.

A Investigação-Acção Participativa (IAP), é uma abordagem prática da mudança social através da aprendizagem aplicada em finais da década de 1970 e durante a década de 1980, que se desenvolveu tanto em África como no Sudeste Asiático. Preconiza o desenvolvimento auto-sustentado ou alternativo, que, resumidamente, desenrola-se da base para o topo, através das pessoas e com a tecnologia associada às necessidades.

Ao contrário de Freire, não dá especial importância aos aspectos ecológicos e culturais. Distingue Organizações Não Governamentais (ONGs) de primeira (vocacionadas para a satisfação de necessidades básicas e de segunda geração (preocupadas com o desenvolvimento local através do *empowerment* das pessoas).

Num contexto de dominação tecnológica, cultural e política pelo Norte em relação ao Sul, o que remete para a colonização, a IAP tem como pressuposto que os povos e as comunidades podem recuperar os seus recursos endógenos num processo de desenvolvimento autónomo ou auto-sustentado.

Comparativamente a Freire, a pobreza e o subdesenvolvimento não são problemas de opressão mas de marginalização do conhecimento endógeno.

A IAP propõe recuperar o conhecimento endógeno e potenciá-lo em conjunto com algumas apropriações da sociedade capitalista, para um desenvolvimento auto-sustentado, logo para a mudança social.

Comparativamente à pedagogia crítica e a Freire, destaca-se pela sua dimensão espacial, dimensão epistemológica, dimensão contextual e dimensão antropológica.

Embora, a meu ver, esta teoria esteja bem estruturada e poder ser uma base para um desenvolvimento alternativo e auto-sustentado, muito suportado pelas teorias do desenvolvimento local, a que estou bastante vinculada pela minha experiência profissional, vai mais além por não se limitar à consciencialização, contém algumas fragilidades, que convém enumerar (Finger e Asún, 2003):

- abordagem do desenvolvimento
- redução dos problemas à escala micro
- aplicabilidade nas sociedades industriais, onde terá o desafio, recordando Illich da “desinstitucionalização”, desconstruindo o mito do desenvolvimento industrial.

Não obstante as diferentes conceptualizações e abordagens da educação de adultos, Finger e Asún, consideram que todas visam humanizar o processo de desenvolvimento das sociedades pós-industriais, com a intervenção das pessoas (Iluminismo), mas intervindo ao nível da consciencialização e não das *praxis*.

Analisando a evolução paradigmática da educação de adultos, denota-se o abandono da perspectiva da educação enquanto motor e alavanca do desenvolvimento, para produto societal, instrumentalizada e privatizada para a racionalidade de mercado, ou seja, a competitividade (*vide* Finger, Asún; 2003). Desvinculou-se da sua missão de construção de uma sociedade sustentável e assumiu interesses de mercado e capacitação para o posto de trabalho.

Relativamente à orientação da educação de adultos, a sua identidade vem reafirmando o princípio da individualização, ou seja, o aprendente está no centro do processo, é “a aprendizagem a partir das pessoas e pelas pessoas”.

As diferentes escolas posicionaram-se de forma diferente face a esta dimensão, mas a diferença é sobretudo política e não epistemológica.

É pois possível observar diferentes marcas identitárias das perspectivas da acção educativa ao longo do tempo.

Estamos a assistir a um momento histórico de mudança de ciclo que pode levar à queda da civilização ocidental e do modelo capitalista por se tornar insustentável a nível político, cultural, económico e ecológico.

Penso que a saída será pela democracia participada, com uma maior consciencialização dos cidadãos e construção e capacitação das comunidades, a uma responsabilidade social e ecológica que conduza a uma sociedade sustentável.

Sem querer ser fundamentalista, pois não nos podemos fechar ao mundo, considero que o desenvolvimento terá que ser procurado a um plano micro, ou seja, a rentabilização e valorização dos recursos endógenos, para garantir a identidade territorial e evitar a fragmentação ou desvirtuação sociocultural.

Nesta linha de pensamento, a nível da educação de adultos, penso que a sua evolução deve capacitar, dar quadros de referência, precisamente para o desenvolvimento local em que o enfoque não é o mercado ou a competitividade organizacional, mas a sustentabilidade da pessoa, das comunidades e das regiões com ligação ao mundo que nos rodeia, mas mais aproximado do conceito de comércio justo.

A mudança social é inevitável e parece-me que a educação pode voltar a ser uma “alavanca” nesse sentido.

2.2 Políticas e Práticas Educativas

2.2.1 UNESCO e a Comunidade Europeia

A UNESCO, enquanto organismo internacional saído do pós guerra, assume um papel decisivo no campo da educação e formação de adultos, “sobretudo na definição de políticas, na mobilização de recursos e na propagação de conhecimento a nível mundial.” (Cavaco, 2009, p.89).

Em 1949, realizou-se na Dinamarca (Elseneur) a primeira de uma série de conferências internacionais de educação de adultos. Neste contexto, a necessidade de construção de uma paz duradoura, conduziu ao *focus* na vertente da educação cívica, no sentido de aprofundamento de uma cultura e uma comunidade mundial para que pudessem participar na vida democrática, nos problemas da sua comunidade, nas suas estruturas democráticas e na promoção social. Como refere Carmen Cavaco na sua análise crítica aos relatórios finais das várias Conferências internacionais, a educação de adultos está sobretudo associada à educação popular.

A ausência de preocupações, com a alfabetização nesta I Conferência, pode dever-se ao facto de, como refere Carmen Cavaco “a maioria dos delegados presentes nesta conferência ser representante de países desenvolvidos (América do Norte, Europa Ocidental) e de organizações ligadas à educação popular para os quais a educação de adultos não constituía uma prioridade” e também pelo facto de o modelo dialógico social ser dominante (2009, p. 99).

Para estes as práticas de alfabetização e de educação de base pretendem ser um instrumento para o acesso à cultura e realizar a mudança social.

O discurso ainda se apresenta, contudo, muito vago em relação ao domínio da educação de adultos.

Este centro de interesse mudou de rumo com a conferência internacional de educação de adultos que veio a ter lugar em Montréal, em 1960. Aqui desviam-se as atenções para a pobreza dos países do Terceiro Mundo que se evidenciou a partir dos anos 50, com grandes taxas de analfabetismo, em contraste com a prosperidade e desenvolvimento dos países do Norte industrializado. Verificou-se uma maior participação dos países em vias de desenvolvimento e passa-se a dar maior ênfase ao papel da educação de adultos nos processos de desenvolvimento económico. Como refere Bholá “ a partir deste momento, o desenvolvimento passará a estar no centro da ideologia da educação de adultos no Terceiro Mundo” (*cit in* Canário, 1999, p. 13), o que se vai reflectir no investimento na alfabetização e numa educação de segunda oportunidade, assente na defesa de uma **educação integral**,

no “aprender a ser” para que possam ser mais participativos e agentes de mudança social. Propõe-se uma educação baseada no “humanismo integral”, como refere Le Goff “inspirado nos ideais da filosofia da Luzes: a emancipação é inseparável da instrução” (*cit in Cavaco, 2009, p.94*). Esta associação entre educação de adultos e desenvolvimento leva à priorização de estratégias de educação de adultos e, como refere Carmen Cavaco passa a estar ligada à alfabetização e à educação de base. Esta II Conferência fica também marcada pelo impulso que foi dado na importância e valorização da educação de adultos, assim como aos recursos financeiros atribuídos aos projectos de alfabetização, não só pelos Estados, mas também pela cooperação internacional, através de um fundo financeiro disponibilizado pelos países industrializados. Tem subjacentes duas lógicas a compensatória através do modelo receptivo alfabetizador e a emancipatória através do modelo dialógico social.

Na III Conferência, realizada em Tóquio (1972), fortemente influenciada pela sua projecção a nível da educação de adultos, a associação entre educação e desenvolvimento é reforçada e os governos são sensibilizados para a sua importância. O relatório final desta Conferência introduz o conceito de educação permanente “o conjunto de meios e métodos que permitem dar a todos as possibilidade de compreender o mundo em evolução e de estar em condições de poder participar na sua transformação e no progresso universal” (*cit. in Cavaco, 2009, p. 90*). A alfabetização e educação de base de adultos estabelecem uma ruptura com o modelo escolar e com as campanhas realizadas anteriormente com base no modelo receptivo alfabetizador. É pois a partir da década de 70, com o surgimento da educação permanente que se aprofunda e se reconhece a importância estratégica da educação de adultos para o desenvolvimento dos países, numa lógica dialógico social e são visados não apenas os analfabetos mas também os indivíduos com baixos níveis de escolaridade. Segundo Carmen Cavaco é notória a influência do Relatório Faure (1972), que, de acordo com António Nóvoa, se pode considerar o “Manifesto da Educação Permanente” (*cit in Cavaco, 2009, p. 108*). As orientações políticas veiculadas nesta Conferência passaram a ser de criar práticas ligadas às suas “dinâmicas e culturas locais”, enraizadas na comunidade, nos seus “problemas e recursos”.

Coloca-se o enfoque nos grupos mais desfavorecidos e na educação funcional e alfabetização funcional, começa-se a falar em públicos desfavorecidos no acesso à educação de adultos. A educação é encarada como um instrumento de promoção social. A educação permanente teve como base as aquisições do movimento de educação popular. Na III Conferência dá-se um enfoque, que se irá retomar mais adiante no III Eixo, segundo a UNESCO, “a força da educação de adultos está na sua diversidade” (*cit in Cavaco, 2009, p. 96*), daí o respeito e incentivo à diversidade.

Na IV Conferência realizada em Paris (1985) reforça-se que a educação, ou melhor, o aprender, é uma oportunidade para o desenvolvimento e visa-se a sua democratização, enquanto direito “fundamental para a humanidade” e um dever do Estado. Como refere Carmen Cavaco, esta mudança de discurso provoca alterações na prática educativa mais centrada nas aprendizagens do adulto.

O analfabetismo surge associado aos grupos desfavorecidos e a novidade é de associar uma formação geral a uma formação técnica e profissional.

O analfabetismo continua a ser uma preocupação, mais ligado aos países do Terceiro Mundo, mas também aos países industrializados que se preocupam com o *analfabetismo funcional* ou *iletrismo* (paliativo conceptual, criado para identificar os analfabetos funcionais dos países industrializados). O *analfabetismo funcional* é a falta de domínio de competências consideradas básicas de leitura, escrita e cálculo. Há pessoas que não tendo completado a escolaridade básica, não dominam e outras, que, pela não utilização destes recursos, regrediram. As dificuldades económicas e o desenvolvimento das novas tecnologias tornaram determinados grupos desfavorecidos expostos à falta de competências para a sua inserção profissional e social e o exercício activo de cidadania. É nesta sequência, que se começa a dar importância às medidas complementares de pós-alfabetização que visam a consolidação das competências adquiridas e sua eficácia. O Programa Experimental Mundial de Alfabetização (PEMA) já contemplava medidas de pós-alfabetização.

A partir dos anos 70, com o Movimento da Educação Permanente, defende-se que a pós-alfabetização não deveria corresponder a momentos circunscritos, mas fazer parte de um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida que garanta o aperfeiçoamento e o uso social das competências.

Como se referiu a UNESCO assume um papel fundamental na definição e operacionalização das políticas de alfabetização. Desde a época de 60 que a UNESCO investe na alfabetização. Tinha como meta eliminar o analfabetismo até 2000, tendo vindo posteriormente a corrigir essa meta, durante a Conferência Mundial sobre Educação realizada em Jomtien (Tailândia, 1990) para metade. Reconhece-se que o analfabetismo é um problema complexo, a UNESCO alerta que depende também de “elementos históricos, culturais, políticos de cada povo” (*cit in Cavaco, 2009, pp. 108-109*).

Na V Conferência, realizada em Hamburgo (1997), “a abordagem é essencialmente orientada para o carácter estratégico da gestão de recursos humanos, ou seja, na lógica do

modelo económico produtivo de Fernández. Esta mudança de perspectiva foi fundamentada nas “grandes transformações políticas, económicas e sociais” (Cavaco, 2009, p. 118).

A projecção e visibilidade dada pela UNESCO à educação de adultos (alfabetização e educação de base de adultos) derivam de um discurso político baseado na perspectiva da educação permanente, em que a educação surge associada ao desenvolvimento económico, o que conduziu à subordinação das políticas á racionalidade económica e a perda dos seus ideais e missão.

Carmen Cavaco refere que, pela análise dos documentos da V Conferência, se percebe a referência à *aprendizagem ao longo da vida* por oposição à *educação permanente*, a expressão *educação e formação de adultos* substitui a *educação de adultos* e o termo *competências* é preferencial ao discurso anterior baseado sobretudo em *saberes e conhecimentos*. Estas mudanças reflectem-se na alteração de práticas. Esta alteração conceptual é justificada pela UNESCO como uma adaptação a um mundo em constante mudança, no entanto, também tem subjacente uma “ruptura ideológica” embora não manifesta e até se falar de continuidade (Cavaco, 2009, p. 119). Os fundamentos iniciais do *movimento da educação permanente* assentavam numa visão “utópica e humanista”, enquanto que a *aprendizagem ao longo da vida* assenta numa visão “pragmática de resolução de problemas, sobretudo os referentes à competitividade económica e ao desemprego” (Cavaco, 2009, p. 119).

Laot e Orly referem que se dá o “abandono de dispositivos de promoção social em proveito de uma resposta relativa às exigências da crise económica (reconversões, formação de públicos específicos, em dificuldade e com certificações reduzidas)” (*cit in* Cavaco, 2009, p. 120).

Pela análise do discurso presente nos vários documentos, Carmen Cavaco refere que se criticam as políticas neoliberais por se dificultar a democratização no acesso à educação e encaram a formação de adultos. Defende-se uma educação integral que promova competências técnicas e sociais “orientada para a adaptação social e para a gestão de recursos humanos” (Cavaco, 2009, pp. 120-121), que, segundo a UNESCO “valorize o enriquecimento interior, acreditando que favorece a flexibilidade requerida no mundo moderno do trabalho” (*cit in* Cavaco, 2009, p. 120). A assunção de que as competências de cidadania são actualmente necessárias e valorizadas no mercado de trabalho.

No seu discurso, segundo Carmen Cavaco, a UNESCO oscila entre a necessidade de recuperar aprendizagens através de vias não formais, por outro lado desvaloriza os saberes adquiridos por outras modalidades educativas. Reconhece-se que a alfabetização é essencial para a participação social, cultural, política e económica mas não é determinante

existem outros factores que influenciam. Carmen Cavaco advoga que as ideias de base não são novas, o que diferencia são os pressupostos.

A alfabetização já não é só nos domínios da leitura, escrita e cálculo, mas também de informática, línguas, códigos visuais, etc. Ou seja, passa-se a preconizar o desenvolvimento de competências em que a perspectiva é permitir a participação na sociedade como nos anos 70, só que nos anos 90 visam a sua empregabilidade, a sua adaptação às novas exigências sociais. Esta V Conferência alimentou-se dos ensinamentos de Paulo Freire, mas Carmen Cavaco assinala que a sua teoria e metodologia de alfabetização foi pervertida pela subjugação à lógica de mercado (Cavaco, 2009, p. 123).

Estas orientações parecem-me muito actuais, na redefinição do papel do Estado, pela erosão do Estado-Providência e a pressão para a realização de parcerias com organismos da sociedade civil ou maior privatização dos serviços porque temos que ter menos Estado, um Estado mais sustentável, que define políticas, acompanha e avalia resultados, como garante de qualidade. Será tudo isto compatível com um desenvolvimento sustentável a nível social? É um desafio. Parece-me que as Novas Oportunidades respondem um pouco a esse desafio se não formos pela massificação das certificações e se na orientação de processos se diversificar o leque de oferta, em que o RVCC passa a ser cada vez mais uma excepção ou uma etapa de certificação do que já se aprendeu, um passo para a continuidade de aprendizagens de carácter formal.

Estudos realizados asseguram que não chega uma oferta educativa de qualidade para assegurar o direito à educação para todos, pois quem procura estas ofertas são aqueles que têm maiores níveis de escolaridade, enquanto que aqueles que estão mais desfavorecidos são os que menos procuram. Com base neste pressuposto, na V Conferência defendeu-se que “o Estado continuaria a assumir a responsabilidade na garantia do acesso à formação por parte dos públicos mais desfavorecidos, como forma de assegurar a igualdade de oportunidades e evitar problemas sociais” (Cavaco, 2009, p. 127).

A V Conferência é bastante influenciada pela União Europeia, sobretudo, a partir do trabalho publicado por Jacques Delors *Educação um Tesouro a Descobrir* (1996), e é onde surge a referência à nova orientação educativa designada por *aprendizagem ao longo da vida*.

Outro documento relevante na evolução do discurso da UNESCO é o *Livro Branco da Educação e Formação – Ensinar e Aprender Rumo à Sociedade Cognitiva* (1995) que é um documento estratégico da Comissão Europeia nesta matéria. A partir deste documento

surge o *Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida (Comissão Europeia, 2000)* onde são clarificados os fundamentos ideológicos da nova orientação.

Assume-se que a educação e formação ao longo da vida são fundamentais para resolver os problemas de desemprego e exclusão social, muito embora reconheçam que por si só não resolve o problema do desemprego, bem como para promover a competitividade e o desenvolvimento económico. Aborda-se a questão da igualdade de aprendizagens entre homens e mulheres no acesso ao emprego e a necessidade de intervir junto de públicos desfavorecidos (comunidades rurais, idosos, minorias étnicas e os imigrantes). Apesar da reduzida referência a públicos prioritários, dá-se destaque aos jovens principalmente oriundos de populações excluídas dos subúrbios urbanos devido por um lado às elevadas taxas de desemprego e por outro lado, como prevenção de problemas sociais.

Trata-se sobretudo de intervir na adaptação destes públicos às novas condições do emprego e à evolução do trabalho.

A educação e formação de adultos deixa de ser considerada estratégica como acontecia nos documentos da UNESCO, perde visibilidade. Assiste-se à sua instrumentalização para fins económicos e à sua mercantilização, fundindo-se nos próprios princípios económicos que pretende promover.

Potencia-se uma cidadania activa com vista à participação no mercado de trabalho e não a participação social e cultural. “O discurso é orientado para a adaptação e resignação e não para o papel activo do sujeito na mudança social” (Cavaco, 2009, p. 133). Na perspectiva do movimento da educação permanente o enfoque é na “humanização do desenvolvimento” enquanto que na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida, o enfoque é no desenvolvimento económico e na gestão dos recursos humanos. Carmen Cavaco diz que se pode inferir que a educação e formação de adultos pretende desenvolver nos adultos as competências promotoras de inserção profissional (2009, p. 133).

Nesta Conferência começa-se a falar de Reconhecimento de adquiridos experienciais e surge a proposta de criar mecanismos para a sua operacionalização.

2.2.2 O Reconhecimento de Adquiridos Experienciais

As primeiras práticas de reconhecimento de adquiridos, desenvolveram-se nos EUA e no Québec, entre 1950 e 1970. Rui Canário alerta para o paradoxo existente na sua génese, pois teve uma inspiração humanista (emancipação da pessoa) e está associada “a políticas e práticas de formação que contrariam essa inspiração fundadora” (*cit in* Cavaco, 2009, p. 139) associadas à gestão de recursos humanos e ao desenvolvimento económico.

Como refere Carmen Cavaco, por se ter tratado de um trabalho com grupos muito restritos não lhe conferiu visibilidade social, nem a sua disseminação para outros contextos.

O reconhecimento de adquiridos experienciais surge no quadro da aprendizagem ao longo da vida a partir dos anos 90. Passou a estar incluído em documentos de política educativa da União Europeia, o que lhe confere a atenção por parte de outros organismos internacionais e conseqüentemente dos diferentes Estados nacionais.

No Livro Branco da Educação e Formação (Comissão Europeia, 1995) propõe-se mecanismos de reconhecimento, validação e certificação de competências dirigidos sobretudo para os jovens que saem do sistema de ensino com baixas qualificações escolares ou sem uma qualificação profissional, poderem fazer uma “acreditação” dos seus saberes; para facilitar a mobilidade dos trabalhadores na União Europeia e para reconhecer competências adquiridas por vias não formais e informais.

Na V Conferência, como já se referiu, fez-se a proposta da criação de dispositivos de reconhecimento de adquiridos associado à progressão de estudos no ensino formal e acesso ao emprego e formação profissionalizante.

Através da análise do discurso oficial desta Conferência, Carmen Cavaco conclui que essas propostas são muito vagas e vieram a consubstanciar-se no documento da Agenda para o Futuro (1997). Acrescenta ainda que estas medidas surgem “na continuidade das orientações políticas da União Europeia” (Cavaco, 2009, p. 138).

Quer através das orientações políticas por parte da União Europeia, como da UNESCO, Cavaco refere que “o reconhecimento de adquiridos experienciais, tem por base uma lógica instrumental, orientada para a aquisição e acesso a diplomas escolares e/ou profissionais, no sentido de se promover a empregabilidade, o que justifica também a ênfase dada aos jovens” (2009, p. 139), através de um método inovador.

O reconhecimento de adquiridos adopta uma estratégia de responsabilização individual pelo seu percurso formativo e pela sua empregabilidade. Passa a ser gestor das suas competências e qualificações, de modo que possa adaptar-se às alterações e exigências do mercado de trabalho e da economia.

2.2.3 Corrente das “histórias de vida”

Esta é uma corrente de pesquisa-ação-formação. Refira-se a este propósito Gaston Pineau (2006), que fez um estudo da génese do recurso a esta metodologia em formação entre 1980 e 2005. Destacou três períodos distintos e identifica: um período de eclosão (anos de 1980), o período de fundação (os anos de 1990) e um período de desenvolvimento diferenciador (os anos de 2000).

Pineau conclui neste artigo que “(...) ela pode contribuir para fazer de suas práticas uma arte poderosa de autoformação da existência ou, ao contrário, de submissão, conforme permite ou não aos sujeitos apropriarem-se do poder de reflectir sobre suas vidas e desse modo, ajudá-los a fazer deles uma obra pessoal” (p. 329).

Com esta corrente os indivíduos são capacitados para a “construção de sentido das suas vidas”, inscrevendo-se num desafio dominado por relações de poder entre o controlo e a autonomia.

De uma forma sistematizada e orientada, induz-se a reflexão sobre os seus percursos pessoais, profissionais e sociais; a aquisição de conhecimentos; a formação no seu sentido mais lato está ancorada nas “histórias de vida”.

O adulto é levado a reflectir sobre o modo como ele próprio se forma, conduz a uma compreensão retrospectiva, a uma abordagem reflexiva e auto formadora sobre o seu “património vivencial” nas palavras de António Nóvoa (*cit in* Canário, 2008). Segundo o mesmo autor, a formação é sempre um processo de transformação a nível do saber saber (conhecimentos), saber fazer (capacidades) e saber ser (atitudes).

As dimensões investigação-ação estão aqui interligadas, pois são simultaneamente uma estratégia de formação e uma metodologia de investigação (Canário, 2008).

2.3 A evolução da educação e formação de adultos em Portugal

A educação e formação de adultos em Portugal tem uma história, uma evolução que muito acompanhou as tendências internacionais sobretudo tributárias de organismos como a UNESCO ou a União Europeia. Passou por mudanças, produziu mudanças nas pessoas e nas organizações, gerou novas práticas de formação em alternativa ao paradigma escolar. A sua evolução ficou profundamente marcada por políticas educativas descontínuas, por avanços e recuos.

A aprendizagem ao longo da vida está cada vez mais presente nas nossas práticas e na nossa oferta formativa numa lógica de recursos humanos. A obsolescência dos conhecimentos/saberes adquiridos assim o exigem na sociedade actual, em constante mutação, o que na mesma lógica, exige, por parte dos sujeitos, grande flexibilidade, proactividade, inovação e imaginação.

A mobilização de saberes adquiridos do contexto profissional para a formação e vice-versa adquire um movimento pendular interessante e gerador de articulação entre estes dois mundos.

Verifica-se, que no caso de Portugal, até à mudança de regime, a partir da revolução de 1974, não se promovia a educação e o conhecimento, uma orientação intencional para manter o povo alienado do poder e da participação cívica.

O período pós revolucionário ficou marcado pela Educação Popular, um Movimento de matriz democrática, emancipatória e desenvolvimentista. A Direcção-Geral de Educação Permanente (DGEP), criada em 1971, alimentou este Movimento através da concessão de parcerias com associações de educação popular e o Ministério da Educação. A título de exemplo refira-se que a DGEP tinha parcerias com “meio milhar de associações e grupos locais” (Lima, 2008, p.39), a quem fornecia apoio técnico, material e pedagógico.

A Educação Popular ficou associada a “dinâmicas participativas e num activismo socioeducativo que se traduziu numa miríade de iniciativas de auto-organização, de tipo local, dotadas de grande autonomia e, frequentemente, de assinalável criatividade” (Lima, 2008, p. 37). Segundo Lima, as suas manifestações surgiam de processos reivindicativos, projectos culturais e sociais ou desenvolvimento local, de forma autónoma e descentralizada em diversas instituições de carácter socioeducativo que passaram a proliferar, como associações diversas de âmbito local, sindicatos, casas do povo, grupos paroquiais,

cooperativas, etc. Não possuíam um fio condutor comum e funcionavam à margem da política pública estatal. No entanto, com os pedidos de apoios públicos, surgiram campanhas de alfabetização, designadas Campanha de Dinamização Cultural que foi conduzida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), com o apoio do Ministério da Educação. A diferença entre ambas é que a primeira se inscreve numa abordagem comunitária, numa perspectiva mais ampla da educação popular e a segunda pretendia simplesmente reduzir a taxa de analfabetismo.

No período pós 25 de Abril dominava uma dinâmica de “mobilização popular” que foi progressivamente substituída por uma dinâmica de “reorganização”, de estabilização do sistema, sob o Ministro da Educação do I Governo Constitucional, Sottomayor Cardia. Este I Governo apenas faz uma breve referência à educação permanente e à democratização no acesso à educação enquanto direito de todos os cidadãos, mas é ineficaz pela falta de concretização de medidas instrumentais. Caracterizou-se por um “desinvestimento” público na educação e formação de adultos.

Já se referiu a extinção da Direcção-Geral de Educação Permanente e o afastamento de uma equipa que tinha realizado um trabalho profícuo neste domínio, dando origem a uma série de descontinuidades a que já se fez referência. Note-se, contudo, que a DGEP que no período entre 1975 e 1976 ainda conseguiu regulamentar (Decreto-Lei 478/77) a criação de um Fundo de Extensão Educativa para apoiar associações de educação popular, mas que foram suspensas posteriormente por aquele Governo. Algumas críticas apontadas são de facto a descontinuidade das políticas, a incoerência entre o discurso e a prática política e a excessiva importância dada ao enquadramento legal, fazendo tábua rasa do que se tinha adquirido e das práticas de sucesso neste domínio. Alberto Melo refere esse desinvestimento público como uma forma de “controlo e reprodução social (*cit in Cavaco, 2009, p. 149*).

Alberto Melo e Ana Benavente, responsáveis pela DGEP referem o período pós-revolucionário como aquele em que se conseguiu de facto realizar práticas socioeducativas, marcado pelo movimento popular e o vácuo de Poder com a queda do regime fascista.

A partir de finais de 1976, inicia-se um período em que o Estado volta a chamar a si o seu papel na educação, com a recentralização no Ministério da Educação das suas responsabilidades, não descurando, contudo, da intervenção do Movimento da Educação Popular no campo da educação de adultos. Embora ainda referenciado à Educação Popular, passa a estar vinculado às políticas públicas e a estar mais centralizado. Como refere Griffin, o cariz social-democrata em termos das políticas sociais e ao papel do Estado-

Providência, conduz à necessidade de planeamento, à “criação de uma rede pública, da produção de legislação e de outros instrumentos de regulação, da concessão de apoios, da elaboração de programas e de metas a atingir, em boa medida inspirados nas recomendações da UNESCO” (*cit in* Canário *et al.*, 2008, p. 39).

Com a aprovação da Lei nº 3/79, procura-se concretizar uma política de educação de adultos integrada através do PNAEBA. Este Plano surge num contexto de reorganização e de perspectiva de educação popular, porém, a preocupação era sobretudo com a alfabetização, evidenciando alguma divergência de orientações. Este Plano combinava a intervenção governamental, de carácter formal, com as estruturas de dinamização das políticas de educação de adultos, ou seja, as associações populares.

A DGEF foi extinta, criando-se novas valências. Através de um relatório emitido em 1980 pela Direcção-Geral da Educação de Adultos (DGEA), percebeu-se que o Plano tinha sido abandonado, assim como a orientação das políticas de educação na perspectiva da Educação Popular.

Com a Educação Permanente, como refere Licínio Lima, deu lugar a “(...) uma educação escolar de segunda oportunidade, conhecida por “ensino recorrente” e a uma lógica da modernização económica e da produção de mão-de-obra qualificada, comandada por orientações de tipo vocacionalista e de produção de capital humano” (Lima, 2008, p.33). Segundo o mesmo autor ambas se revelaram impróprias para a educação/formação de adultos de baixas qualificações, persistindo o problema de falta de uma educação de base para a população adulta, que a formação profissional *per si* não consegue solucionar. Dá a ideia que se trata de recuperar “á força” a modernização, provocando “saltos”, deixando lacunas por preencher, sem as quais, apenas podemos ilusoriamente almejar um desenvolvimento sustentado. Entre as década de 1980 e 1990, passa-se a falar em ensino recorrente e formação profissional, o conceito de educação de adultos desaparece do vocabulário das políticas públicas.

O ensino recorrente inscreve-se em escolas do ensino regular, através de cursos nocturnos, com regras próprias.

Como já se referiu, deu-se a erosão dos ideais da Educação Popular, passa-se de uma lógica de promoção social, de educação para a cidadania, para uma lógica de racionalidade económica, de gestão de recursos humanos, desvinculada das tradições, culturas locais, experiência de vida e *leitura do mundo*, é instrumentalizada para outros fins.

Lima refere as “perspectivas elitistas da democracia, associadas aos princípios da competitividade económica, que vêm influenciando a lógica da qualificação e da gestão de

recursos humanos, revelam a sua oposição a uma grande parte dos ideais, das realizações e do potencial da educação popular, antes favorecendo processos de aprendizagem individual aparentemente neutros e despolitizados, abordagens de ajustamento e de adaptação funcional aos imperativos do capitalismo global” (Lima, 2008, p. 43).

No discurso oficial do X Governo Constitucional (1986), fala-se sobre “educação permanente”, “formação profissional” e “educação não formal”. A grande preocupação é o desenvolvimento de um sistema de formação profissional dirigida principalmente para os jovens e para os desempregados, a ser assumido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Num período de integração na União Europeia é notória a influência das suas orientações, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida e de submissão ao desenvolvimento económico.

Com a adesão à CEE surgiram alguns programas para financiamento da educação de adultos, como o Programa Operacional de Desenvolvimento da Educação para Portugal (PRODEP) I e II que foram canalizados para o ensino recorrente e formação profissional. Segundo a análise de Lima, aumentou a certificação escolar e qualificação profissional, no entanto, não relançou uma política pública de educação de adultos e o problema estrutural do sector da educação em Portugal carecia e uma intervenção mais incisiva sob a égide de uma política de continuidade (Lima, 2008, p. 44-45).

A subordinação da educação e formação de adultos à lógica escolar também é testemunhado, como refere Cavaco, pelas alterações subjacentes à designação do seu organismo tutelar. Esta premissa é corroborada pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) aprovada em 1986 – Lei 46/86. A LBSE é um documento estruturante da política educativa em Portugal e ainda está em vigor.

A educação de adultos, não formal, tem a sua primeira “aparição” em textos oficiais, apesar de ainda muito *ténue*, leia-se a referência que é feita no Artº4º da *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei nº46/86 de 14 de Outubro):

“Artº 4º - 1. O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. [...] 2. A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.” (*sublinhado da autora*)

Se analisado o *Artº 23º*, corrobora-se que a educação escolar para adultos é uma oferta de segunda oportunidade, dirigida a públicos adultos analfabetos ou com muito baixas qualificações:

“1. A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.”

Com a Lei de Bases estipulam-se assim dois eixos fundamentais da educação de adultos:

- Ensino recorrente, enquanto modalidade especial da educação escolar;
- Educação extra-escolar, tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades em complemento da educação escolar ou em suprimento da sua carência.

O Decreto-Lei nº 74/91, de 9 de Fevereiro, estabelece o quadro geral de organização e desenvolvimento da educação de adultos nas suas vertentes de ensino recorrente e de educação extra-escolar.

Decorrendo da nova lei orgânica do Ministério da Educação, verificou-se em Abril de 1993 uma reestruturação dos serviços centrais do Ministério que se ocupam da educação de adultos, nomeadamente a extinção da Direcção-Geral de Extensão Educativa; a atribuição, aos Departamentos da Educação Básica e do Ensino Secundário da competência para promoverem e assegurarem acções no domínio da educação de adultos.

Estavam lançadas as bases para a integração da prática de educação de adultos na política de educação em Portugal.

Cavaco atribui uma intencionalidade ao carácter redutor do subsistema educativo em análise. Atribuindo ao momento histórico político, decorrente da Revolução de Abril de 1974, com a democratização do ensino, a criação de uma rede de oferta de pré-escolar e ensino superior por parte dos primeiros Governos. No entanto, também eram estes que tinham as orientações da UNESCO e da União Europeia para priorizarem a intervenção com adultos a nível da educação de base e da alfabetização.

Por outro lado, a LBSE correspondeu ao período de integração na União Europeia, em que estavam disponíveis programas para o desenvolvimento de projectos neste domínio através do Fundo Social Europeu (FSE).

Para Canário, já existia uma tradição de política de educação de adultos durante a ditadura “apesar dela e contra ela, a educação de adultos e a educação não formal afirmaram-se como um campo de resistência e de autonomia à margem da esfera do Estado” (2007, pp. 224-225). Pelo que explica esta ausência por uma ruptura com um passado perturbador, “que se caracterizou por uma fragmentação do poder político e por dinâmicas de participação comunitária e de emancipação social muito expressivas (p. 235) associado ao movimento popular do período Revolucionário.

Com a integração na então CEE, foram prioridades estratégicas a modernização económica, a educação de adultos não foi considerada uma variável estratégica.

Apesar da análise negativa da acção governativa em matéria de educação de adultos, por parte da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, a lógica político-educativa persistiu. A Comissão volta a “(...) insistir numa política pública global, valorizando as diversas áreas e dimensões do conceito de educação de adultos e, designadamente, as vertentes da educação de base, do associativismo e da educação popular, bem como a criação de um Instituto Nacional” (Lima *cit in* Canário *et al.*, 2008, p. 41).

Paralelamente, continuaram a emergir, a partir da década de 1980, um considerável número de associações com vocação diferenciada, que intervêm através de candidaturas a programas financiados, que por vezes, têm intervenção a nível socioeducativo, no âmbito da acção social. Ou seja, estas acções pontuais que surgem já têm enquadramento político, mas que iam criando alternativas à lógica político-educativa governamental, mais orientadas para a mudança social.

A partir de 1996 dá-se especial importância à educação de adultos, com o objectivo de retirar este campo da posição marginal a que tinha sido sujeito nos últimos dez anos.

Faz-se a articulação entre as várias modalidades educativas (formal, não formal e informal), aposta-se na territorialização, faz-se a revisão da educação recorrente e dinamização da educação extra-escolar e a articulação entre as medidas da educação e da formação profissional.

O desenvolvimento das políticas educativas nacionais, neste período, está profundamente influenciado pela política educativa da União Europeia, nomeadamente pelo Livro Branco da Educação e Formação (1995), orientada na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. Criou um Grupo de Missão composto por especialistas, responsáveis pelo diagnóstico e apresentação de propostas de intervenção, criou a Agência Nacional de Educação de

Adultos (ANEFA) em 28 de Setembro de 1999 através do Decreto-Lei nº 387/99 e o lançamento do concurso sobre boas práticas de educação e formação de adultos.

Relança-se o debate político sobre esta matéria, no entanto, “foi notória a diferença de perspectiva entre os políticos e os especialistas neste domínio. As orientações propostas pelos especialistas só muito parcialmente foram tidas em conta pelos políticos”, como foi o caso da ANEFA, cujas competências ficaram muito aquém das atribuídas pelos especialistas (Cavaco, 2009, p. 160).

A partir de 2000, as grandes prioridades são o ensino básico e secundário. É clara a instrumentalização da educação e formação de adultos para as políticas activas de emprego e das políticas sociais. Refere-se novamente a importâncias das parcerias, das organizações locais, a articulação entre a formação e o emprego e valoriza-se a certificação das aquisições informais.

A ANEFA foi responsável por algumas iniciativas consideradas inovadoras como os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), com dupla certificação escolar e profissional e a criação de uma rede de **Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**, os concursos de boas práticas de educação e formação de adultos e as Acções S@ber +.

Os CRVCC surgiram no início deste século, quando Ana Benavente entrou para o Governo como Secretária de Estado da Inovação Pedagógica, eram 40.

Os **EFA** permitem a dupla certificação escolar e profissional, o que vai de encontro aos ideais da educação permanente, ao defender a formação integral da pessoa e que já tinha sido defendida nos anos 70.

A ANEFA extinguiu-se e criou-se a Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV). Ou seja, deixa-se falar de educação de adultos e passa-se a falar em qualificação dos recursos humanos.

O reconhecimento de adquiridos tem a sua origem em metodologias de valorização da pessoa e de emancipação e foram apropriadas em termos políticos para fins de qualificação e gestão de recursos humanos criando algumas tensões quer para os profissionais envolvidos, quer para os adultos desempregados que se vêem agora confrontados com a obrigatoriedade de frequentarem estes processos.

A mercantilização da educação e formação, com a responsabilização individual pelos percursos desenvolvidos e a gestão das competências, penaliza aqueles que se encontram em situação de maior desfavorecimento por terem uma representação muito negativa da escola e da formação, pela sua forma escolar e pela sua marginalização face a esse sistema. Na escola não se reconhece, nem se valoriza os seus saberes, pelo contrário.

Nos CRVCC seriam realizados diagnósticos individuais para proceder ao encaminhamento mais adequado que poderia ser um curso de educação e formação para adultos (EFA) ou o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Inicialmente também se previa a criação de um Centro S@ber + em cada CRVCC o que nunca se veio a concretizar.

Na análise de Cavaco, o enquadramento legal dos CRVCC permite reforçar a ideia de que foram criados na perspectiva política de aprendizagem ao longo da vida (2009, p. 184).

O RVCC permite a conclusão de percursos interrompidos mas também o ingresso em novos percursos formativos ao longo da vida.

A prioridade de intervenção são os activos empregados e desempregados. Criou-se mesmo o CRVCC-Profissional realizados nos Centros de Formação Profissional do IEFP, no entanto, actualmente já se realizam nos CNOs.

Na legislatura de Pedro Santana Lopes, a educação é estruturante na modernização e desenvolvimento do país, prevê continuidade na articulação entre as políticas de educação e formação inicial e ao longo da vida. Mostra-se intenção de “contrariar o Estatismo” e “assegurar a sustentabilidade da educação e formação ao longo da vida”. Este Governo pretendeu também criar uma plataforma através do “desenvolvimento de um sistema de informação integrado” onde é possível obter informação actualizada e sistematizada sobre as ofertas de formação.

Com José Sócrates como Primeiro-Ministro (2005-2009), pretende-se recuperar o impulso dado pela extinta ANEFA em matéria de educação e formação de adultos. Aspira dar um salto qualitativo, ajustando a oferta às necessidades específicas dos adultos de baixas qualificações. Preconiza também a extensão dos processos de RVCC ao Nível Secundário.

Na segunda legislatura de Sócrates (2009-2011), cria-se as Novas Oportunidades e um Programa de formação em competências básicas, destinado a adultos que não possuem capacidades de leitura, escrita ou cálculo para permitir posteriormente o acesso a cursos de educação e formação de adultos ou processo de RVCC.

As acções previstas passam a ser estruturadas em unidades de formação integradas no Catálogo Nacional de Qualificações. As estruturas de acolhimento seriam os estabelecimentos de ensino da rede pública e os Centros de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O Governo promoveu a reforma da formação profissional e em consequência desse processo foi criado o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) através do Decreto-Lei nº 396/2007. Neste âmbito foram disponibilizados os cursos EFA, o RVCC e as formações modulares certificadas.

Quanto às orientações do actual Governo, pela leitura que faço do Programa do Governo, a nível da educação de adultos, remete-se para a formação profissional, aliás, nem sequer é feita essa referência enquanto subsistema. Esta aposta mudou de natureza pois está sobretudo associado ao programa de emprego, logo, assumindo plenamente a perspectiva de instrumentalização para combate ao desemprego e promoção da empregabilidade. Uma novidade parecer ser a maior responsabilização que as empresas vão ter que assumir numa “rede” de aproximação ao mercado de trabalho. Quanto às Novas Oportunidades, apenas uma referência apontando para a sua reestruturação visando a sua melhoria. Durante a campanha gerou-se polémica no discurso de Pedro Passos Coelho em relação às Novas Oportunidades, por isso se gerou muita apreensão quanto à sua evolução. Aguardemos pelas estratégias de execução do plano, mas uma coisa é certa, o conceito de formação seguindo as “profecias” de Bernard Honoré de há cerca de trinta décadas atrás, assume supremacia e hegemonia face à educação de adultos, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Ou citando Gilles Ferry (*cit in* Canário, 1999, p. 39), a formação impôs-se como uma “resposta a todas as interrogações, a todas as perturbações, a todas as angústias dos indivíduos e dos grupos desorientados e sacudidos por um mundo em constante mutação e, ainda por cima, desestabilizados pela crise económica”. Este mito assinalado por Ferry e referenciado por Canário está bem presente, na minha opinião, no Programa do XIX Governo Constitucional.

CAPÍTULO 3

RVCC E INTERCULTURALIDADE

A educação e a formação de jovens e adultos já não pode ter uma simples função de transmissão de conhecimentos. O desenvolvimento de competências transversais tem de acompanhar a evolução da própria sociedade, para dotar os aprendentes com ferramentas e estratégias que possam criar mudanças necessárias ou a adaptação conveniente.

Relativamente à dimensão empírica da minha prática profissional, proponho-me realizar um projecto sobre a integração da perspectiva intercultural nos processos de RVCC, tendo por reporte, o universo onde exerço a minha actividade profissional, ou seja, o CNO do ISLA Santarém.

A fundamentação desta escolha é a importância que os CNOs podem ter no contributo para a integração da população imigrante na nossa sociedade, cada vez mais pautada pela interculturalidade.

A pergunta orientadora é: “Como podem os processos de RVCC contribuir para a integração da população imigrante”.

Objectivo geral:

Conhecer os efeitos do processo de RVCC na promoção da integração da população imigrante.

A realização do projecto, assenta nas etapas de diagnóstico e análise. A estratégia, operacionalização e acompanhamento não se enquadram no âmbito deste trabalho.

Uma breve nota metodológica, para reforçar que este projecto se integra no âmbito de uma pesquisa de terreno, num contexto onde me encontro integrada profissionalmente, logo, com relações de proximidade ao objecto de estudo.

O objecto de estudo consiste na análise dos efeitos que os processos de RVCC provocaram nos adultos certificados e perceber até que ponto esses efeitos promoveram a sua integração social. Para o efeito, realizei análise documental, através de recolha e sistematização de informação empírica necessária para a análise das diferentes dimensões através da exploração estatística (SIGO) e a análise de conteúdo a partir da realização de

entrevistas semi-dirigidas a adultos estrangeiros que terminaram o processo (perceber se o processo correspondeu às expectativas, as principais dificuldades, as melhorias verificadas, os principais problemas que sentem, etc.).

Pretende-se analisar e reflectir sobre as experiências consideradas relevantes, para a partir daí deixar pistas para um eventual plano de intervenção, tendo em conta a orientação dada a este estudo e contribuir para a integração da perspectiva intercultural nos processos de RVCC no universo de estudo.

3.1 Do Diagnóstico

Nesta etapa, proponho apresentar o CNO onde exerço a minha actividade de Profissional de RVC. Começarei pela caracterização da entidade promotora, ou seja o ISLA Santarém, identificando a sua origem, missão, objectivos e intervenção no domínio na educação e formação de adultos. De seguida, apresentarei o CNO, a sua origem, especificidades e papel na comunidade, a região em que se insere, a sua organização, modo de funcionamento e a sua intervenção.

Após o respectivo enquadramento teórico e institucional, farei a identificação e caracterização do grupo-alvo, ou seja, população imigrante que já esteve envolvida em processo de RVCC e posteriormente a caracterização sociodemográfica dos entrevistados.

3.1.1 Enquadramento da problemática

A mobilidade de pessoas através de fluxos migratórios é um fenómeno que não é recente, mas que é acelerado em situações de crise económica, social, cultural ou mesmo religiosa. Caracteriza-se, normalmente, pela procura de melhores condições de vida.

Portugal é tradicionalmente um país de emigração, contudo, a partir dos anos 90 tornou-se também num país de acolhimento de imigrantes, influenciando a sua estrutura demográfica. No entanto, não é um fenómeno assim tão recente se considerarmos que na segunda metade dos anos 60 começaram a chegar imigrantes oriundos das ex-colónias, em especial cabo-verdianos e mais tarde de todos os PALOP na sequência dos processos de descolonização e transição política.

Mas podemos andar mais para trás no tempo, refira-se a este propósito Tinhorão (*cit in* Malheiros, 2011, p. 8), que relata como no século XVI chegava a Portugal população africana (incluindo escravos e livres), mas também comerciantes biscainhos, flamengos e genoveses. Mais tarde, entre os finais do século XVIII e o início do século XX houve um fluxo de galegos. E, ao longo da primeira metade do século passado diversos povos procuraram o nosso país para fugir à guerra, como foi o caso dos *boers* da África do Sul fugidos à guerra 1899-1902, espanhóis no quadro da Guerra Civil e de diversos povos da Europa Central e do Norte, como os judeus que fugiam ao holocausto provocado pelo Nazismo. Estes fluxos foram, contudo, interrompidos durante a ditadura, durante a qual deixou de ser um país “apetecível” para o efeito, antes pelo contrário, gerou dinâmicas de

emigração para a Europa, com destaque para a França, tal como antes já tinham sido destinos o Brasil e em menor escala os EUA (*cit in* Malheiros, 2011, pp. 8-9).

Os imigrantes representam 9% da população activa e 4,5% da população total (Teixeira, 2010, p. 3). De acordo com o mesmo estudo, em 2007, 77,9% da população estrangeira era activa, a taxa de emprego era de 68,5%, a taxa de desemprego de 12% e a taxa de inactividade era de 22,1%. Se comparado com a situação dos cidadãos nacionais, verifica-se que aqueles ocupam sobretudo trabalhos desqualificados e o desemprego também os afecta de forma desigual.

“No ano de 1995 os estrangeiros com residência ou permanência legal em Portugal eram 168.316, quatro anos depois existiam 190.896 estrangeiros e, em 2007 estavam a residir em Portugal 435.736 estrangeiros (240.096 homens e 195.640 mulheres), correspondendo a 401.612 com autorização de residência, 5.741 com prorrogações de autorizações de permanência e 28.383 com prorrogações de vistos de longa duração.” (Teixeira, 2010, p. 3).

As dificuldades de integração e a sua concentração territorial podem dar origem a problemas de exclusão social.

Embora as dinâmicas de interacção cultural conduzam a alguma tolerância da população nacional, quando se trata de ter os mesmos direitos, nem todos concordam. O risco de dominação de uma cultura hegemónica sobre culturas minoritárias é uma realidade.

Malheiros explica que essa maior propensão para a tolerância dos portugueses face aos imigrantes se deve pela criação de uma “consciência colectiva nacional” deste fenómeno pela sua experiência histórica na diáspora e que tem expressão em termos institucionais e legais. No entanto, considera que, face ao período que se atravessa, existe um risco acrescido do aumento das atitudes xenófobas (Teixeira, 2010, p. 9).

O conhecimento das diferentes culturas pode ser um elemento facilitador, para a sua compreensão e abertura ao outro e ao mundo e quebrar o etnocentrismo.

Um aspecto que gostaria de salientar é que o integrar não pode querer dizer anular, tem mais a ver com o participar na sociedade acolhedora, com o respeito mútuo, com a valorização da diversidade cultural e o diálogo intercultural. Não é a hegemonia da cultura dominante face à outra! Malheiros alerta para algumas práticas que não podem ter incorporação directa nas sociedades de destino, como seja, a nível de princípios, valores e normativos, o caso da aceitação da poligamia ou a nível dos direitos humanos, por exemplo, a mutilação genital feminina por excisão, que devem ser combatidas, quer na sociedade de origem, quer na de destino (Teixeira, 2010, p. 12).

A comunidade imigrante aumentou e sofreu uma reconfiguração, deixou de ser maioritariamente originária dos PALOP, com perfis diferenciados, o que exigiu uma abordagem distinta em termos da promoção da sua integração.

Foquemo-nos nas características globais da população imigrante do concelho de Santarém em termos de escolaridade. Conforme se pode ler no estudo coordenado por Teixeira, uma elevada percentagem dos imigrantes apresentam baixas qualificações (ensino básico), em especial os que são originários da América do Sul e África; enquanto os europeus apresentavam níveis de escolaridade mais elevados (ensino secundário/médio e ensino superior).

Teixeira constata que “Portugal tem sido, justamente, referenciado em diferentes momentos como um exemplo positivo de esforço de integração, nas suas diferentes vertentes. A legislação e estratégias de intervenção adoptadas em Portugal são consideradas de qualidade e inovação superiores às de muitos países economicamente e socialmente mais “evoluídos” (2010, p. 5).

No seguimento do mesmo estudo, uma análise do *ranking* MIPEX (Migrant Integration Policy Index) coloca Portugal face à Europa dos 25, na segunda posição das melhores práticas, apenas superado pela Suécia (88 pontos contra os 79 de Portugal). Todas as variáveis analisadas obtiveram bons resultados, excepção para o acesso à nacionalidade, o que indicia uma área carenciada de intervenção neste domínio, conforme se pode constatar no Gráfico 1.

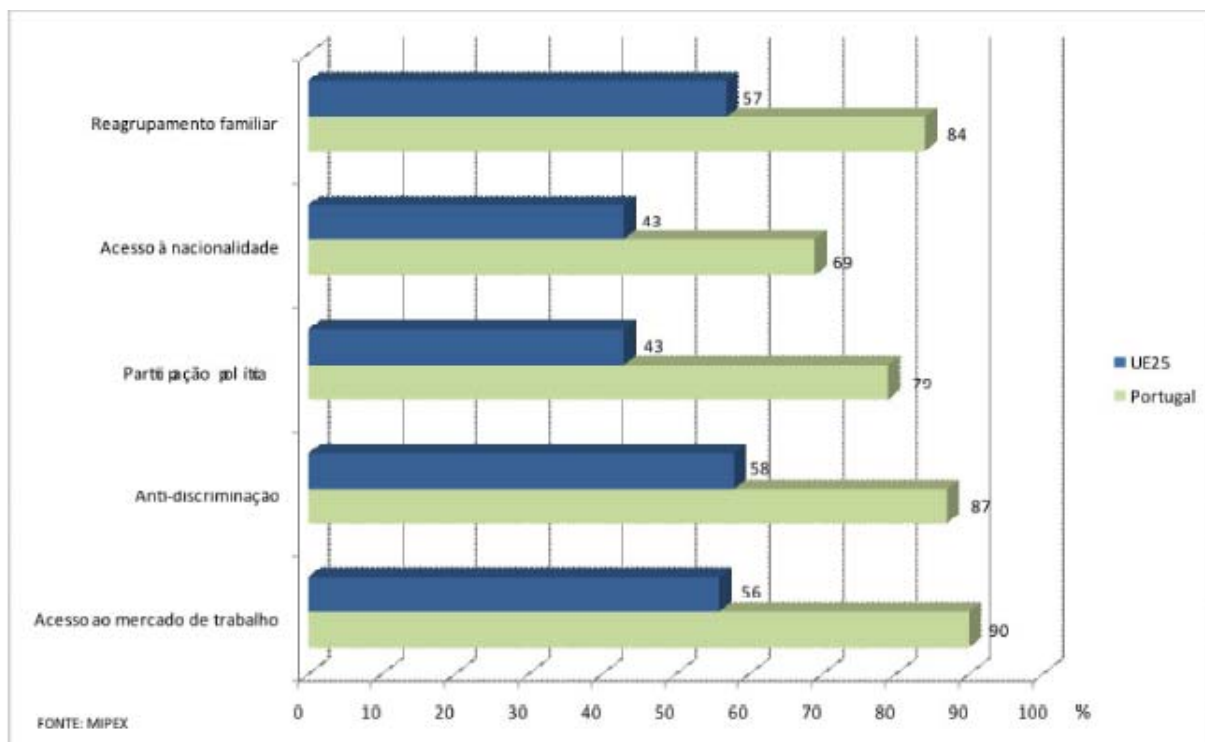


Gráfico 1: Uma visão comparada de algumas dimensões de integração de imigrantes em Portugal e na UE25 – 2006 (%)

No distrito de Santarém, destacam-se cinco grandes grupos de imigração que são responsáveis por 78% dos estrangeiros residentes no distrito.

País de Origem	Total	%
Brasil	4.052	28,02
Ucrânia	3.535	24,45
Roménia	1.969	13,62
China	1.017	7,03
Moldávia	709	4,90
Outros	3.178	21,98
Total	14.460	100,00

Fonte: SEFstat

Quadro 1 – Residentes estrangeiros no distrito de Santarém

Os dados obtidos referem-se a dados oficiais 2010, logo não estão contabilizados os imigrantes ilegais.

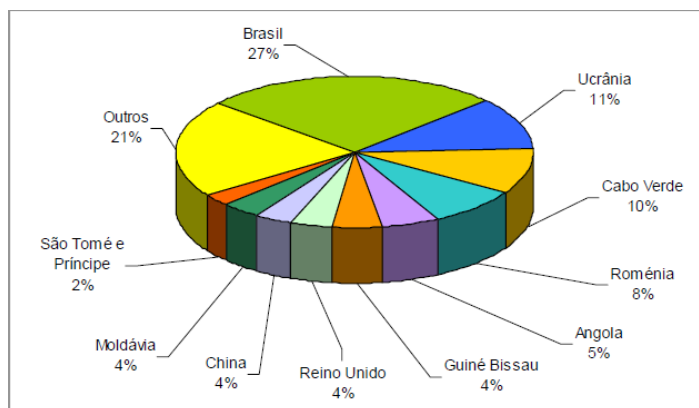
Marques, refere que “Esse desafio [intercultural], sublinhe-se, tem na Escola um dos seus territórios fundamentais onde se pode consolidar, desde tenra idade, a tolerância e o afecto pela diversidade” (Marques, 2005, p. 7). Uma crescente diversidade cultural, que leva a que os países se tornem mais multiculturais e nos leva a nós, enquanto CNO a ter que encarar

esta realidade, não como um problema, mas como uma oportunidade. Oportunidade para quê? Para mediar a interculturalidade, apoiando a integração dos estrangeiros e preparando os nacionais para a diversidade cultural, o que exige a complexificação das relações sociais. Direito à igualdade ou direito à diferença? De acordo com Santos e Nunes “Devemos defender a igualdade sempre que a diferença gerar inferioridade, e defender a diferença sempre que a igualdade implicar descaracterização das suas identidades culturais” (*cit in* Araújo e Pereira, 2005, p. 4), o que nos leva ao mote “Todos diferentes Todos iguais”. O que se pretende é que no CNO seja possível trabalhar na construção de uma cidadania em contexto multicultural, mais inclusiva e pluralista. Por esse motivo a nossa Ficha de Inscrição, já se encontra traduzida em mais quatro idiomas: inglês, francês, russo e ucraniano.

A nível nacional, destaca-se também os cinco maiores grupos imigratórios que correspondem a aproximadamente 61,36% de todas as nacionalidades de imigração em Portugal:

País de Origem	Total	%
Brasil	119.363	25,59
Ucrânia	49.487	11,51
Cabo Verde	43.510	10,75
Roménia	36.830	7,15
Angola	23.233	5,85
Restantes	79.596	39,15
Total Nacional	352.019	100,00

Quadro 2 – Residentes estrangeiros em Portugal



Fonte: SIGO

Gráfico 2 – Principais nacionalidades em Portugal (%)

Ao comparar estas tabelas podemos constatar que apenas Brasil e Ucrânia mantêm as suas posições no ranking tanto no distrito de Santarém, como em Portugal. A Roménia também ocupa uma posição significativa no *ranking* do Distrito, mas numa 3ª posição.

Pela distribuição da população estrangeira no Distrito, pode-se verificar que, a população com que estamos actualmente a trabalhar no nosso CNO reflecte essa mesma orientação. Ou seja, o nosso público-alvo em RVCC, é na sua grande maioria constituído por brasileiros de baixas qualificações, já que os oriundos de países de Leste apresentam mais altas qualificações. Os chineses inscrevem-se no CNO apenas para aprendizagem da língua portuguesa, portanto, apenas têm estado representados nas etapas de inscritos, diagnóstico e encaminhamento. Não têm frequentado o processo de RVCC.

Sendo os CNOs uma estrutura cujo modelo de funcionamento opera em rede na área da educação e da formação, penso que constitui uma rede de proximidade capaz de promover a integração da população imigrante que recorre a estes centros. Penso que se podem afirmar como parceiros fundamentais nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes através da dimensão educacional. Urge, por conseguinte, conhecer este público, conhecer os seus problemas e dificuldades a nível de integração, perceber como é que, eventualmente, o processo pode ter algum impacto nesse sentido. Pretende-se lançar as bases para a criação de um projecto sustentável, assente na partilha do conhecimento, de produtos e de boas práticas na *integração da perspectiva intercultural nos processos de RVCC*, para uma assunção efectiva de direitos e deveres deste segmento da população.

Após a análise dos resultados, poder-se-á, afirmar ou refutar o pressuposto de que os CNOs poderão constituir uma verdadeira rede de mediação para a interculturalidade através da educação e formação, num quadro de promoção da interculturalidade ao nível local.

Pretende-se recuperar o conhecimento micro sobre esta matéria pelos próprios intervenientes, ancorado na sua experiência e na sua prática, para a definição do papel que os CNOs têm ou podem vir a assumir.

A metodologia de concepção deste projecto passa num primeiro nível pela realização de entrevistas exploratórias a alguns adultos imigrantes certificados. Como segundo nível, será feita a análise de conteúdo.

Como já se referiu, o CNO em referência está localizado na cidade de Santarém, logo tem um âmbito territorial de intervenção localizado sobretudo no concelho de Santarém, mas também nos outros concelhos que fazem parte da NUT III Lezíria do Tejo, a saber, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Rio Maior, Azambuja, Chamusca, Coruche e Golegã.

Tendo por referência o estudo coordenado por Paulo Teixeira, constata-se que os fluxos migratórios muito têm contribuído para a dinâmica demográfica do concelho de Santarém (unidade de análise) em termos de crescimento ténue, já que o crescimento natural há muito se revela negativo (Teixeira, 2010, p. 8).

3.1.2 Caracterização do CNO

O CNO onde trabalho tem como entidade promotora o ISLA Santarém, que faz parte do grupo UNISLA, que detém também o ISLA de Leiria e de Vila Nova de Gaia, sendo que, neste último também constitui estrutura de acolhimento de um CNO.

O ISLA de Santarém conta já com 25 anos de experiência no ensino superior privado. Tem passado por alguns processos de reestruturação e adaptação e foi nesse âmbito que alargou a sua intervenção ao domínio das pós-graduações, mestrados e doutoramentos, mas também à formação financiada e não financiada.

É uma escola pioneira em áreas como a Gestão de Empresas, Recursos Humanos, Turismo, Informática, Línguas e actualmente em Segurança e Higiene do Trabalho. O ISLA dispõe de uma oferta formativa integrada, disponibilizando aos alunos a garantia de continuidade da sua formação ao longo da vida.

As licenciaturas não descuram o carácter técnico e a ligação ao mundo empresarial.

O ISLA procedeu à alteração da sua matriz institucional adequando-a aos critérios do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – RJIES, consubstanciada depois na implementação dos Estatutos aprovados. Esta alteração confere ao ISLA a presença num sistema como instituição de ensino superior em conformidade com os mais elevados padrões de ensino, investigação, gestão e recursos materiais e humanos.

O ISLA passa a organizar programas de 1º ciclo (Licenciaturas) e de 2º ciclo (Mestrados), estes últimos nas diversas áreas de especialização do ISLA.

A vitalidade do ISLA manifesta-se ainda na sua actividade de investigação e na organização de pós-graduações, formação especializada e Cursos de Especialização Tecnológica.

Terá sido na tentativa de dar uma resposta integrada e também funcionar como porta de entrada no ensino superior, que o ISLA Santarém se envolveu na Iniciativa Novas Oportunidades e que está fundamentada da seguinte forma:

“A Iniciativa Novas Oportunidades pretende dotar os cidadãos das competências essenciais à moderna economia do conhecimento, para que possamos adquirir e reter, ao longo da vida, novas competências.

A estratégia da Iniciativa Novas Oportunidades tem como objectivo elevar a formação de base dos activos. Dar a todos aqueles que entraram na vida activa com baixos níveis de escolaridade, uma Nova Oportunidade para poderem recuperar, completar e progredir nos seus estudos.

Asseguramos a certificação e qualificação de competências, equivalentes ao 4º, 6º, 9º e 12º ano, inclusive com dupla certificação (escolar e profissional) e através do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).” (www.unisla.pt, consultado em 10/07/2011)

O CNO, estando integrado no ISLA de Santarém, permiti-lhe rentabilizar o know-how organizacional e as relações institucionais existentes, nomeadamente para o acompanhamento pós-secundário dos diplomados das Novas Oportunidades, bem como orientação dos candidatos para um encaminhamento de qualificação eficaz e adequado ao perfil de cada um.

O Centro regula a sua acção pela procura de novos processos de aprendizagem, de formação e de certificação por parte dos adultos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, como forma de combate ao desemprego e à exclusão social.

A sua área de intervenção, conforme definido pela ANQ é a NUT III a que o CNO se encontra afecto pela sua localização, logo a Lezíria do Tejo, é a delimitação do nosso território de intervenção, excepção feita ao abrigo do Protocolo com o Exército Português, através do qual, o CNO tem autorização para realizar itinerâncias no campo militar de Stª. Margarida, concelho de Constância.

O CNO encontra-se no patamar de funcionamento C, o que corresponde aos seguintes resultados esperados, no biénio 2010-2011:

Nível de Ensino	Nº Meses	Inscritos	Com Diagnóstico e Encaminhamento Definido	Em Processo RVCC	Certificados RVCC (Parcial e Total)
Básico	24	1040	936	656	623
Secundário	24	1561	1405	632	569
TOTAL		2601	2341	1288	1192

Fonte: SIGO

Quadro 3: Resultados esperados RVCC Escolar CNO ISLA Santarém 2010-2011

O ano 2010 foi um ano de mudanças de paradigma relativamente ao plano para a acção deste Centro Novas Oportunidades. Esta mudança de paradigma, provocou, no âmbito do trabalho de Orientação Vocacional, profundas evoluções teóricas e práticas, e no âmbito do reconhecimento de competência, uma evolução natural do processo de reflexão e do reconhecimento e centralidade da acção.

O Centro de Novas Oportunidades do ISLA Santarém tem a sua centralidade no trabalho da Orientação ao Longo da Vida para uma Aprendizagem ao Longo da Vida. Somos um centro que funciona 100% com entidades parceiras. Somos um centro que está integrado na sociedade civil com forte incidência nos públicos desfavorecidos: parceiros activos do Ano Europeu, parceiros da Rede Social do Concelho de Santarém, da EAPN Rede Europeia Anti Pobreza, do SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, das equipas do RSI, da Equipa de Tratamento do Instituto da Toxicoddependência, dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), de Escolas do Superior acolhendo estagiários do Curso Superior de Educação Social. Somos um centro que participa em Iniciativas da comunidade civil e Institucional: a) Iniciativa local das Tardes do Emprego; b) Como oradores/ moderadores em conferências e seminários; c) De forma pró-activa com as empresas da região, rentabilizando sempre que possível os protocolos estabelecidos com a ANQ. Somos um centro que faz uma ligação fluida e contínua ao ensino superior. Como Instituto do Ensino Superior detemos esse know-how e os contactos privilegiados. Somos um centro que co-criou a Rede Local de Centros Novas Oportunidades da Lezíria do Tejo.

Pretende-se que o ISLA – Santarém através do Centro Novas Oportunidades ganhe cada vez mais espaço na comunidade e no campo da Educação e Formação ao Longo da Vida. Temos identificados os 3 processos-chave da visão que temos do futuro dos CNO enquanto parte integrante da Rede de Educação e Formação ao Longo da Vida:

1. Orientação ao Longo da Vida
2. Capacitação para: 2.1) ensino profissional; 2.2) ensino superior
3. Resposta às necessidades do mercado

O CNO tem a missão de garantir a sustentabilidade da qualificação, com resultados na integração socioprofissional dos adultos e a criação de uma sociedade do conhecimento mais evoluída e com maior expressão.

Esta sustentabilidade assenta na constituição de rede de trabalho, estabelecimento de parcerias e na investigação.

Execução Física 2010 Nível Básico		
ADULTOS	Nível Básico 2010	Aprovado biénio
Inscritos	563	1040
Encaminhados	518	936
Reconhecimento	241	656
Certificados	151	623

Quadro 4 – Execução Física 2010 NB

Execução física 2010 Nível Secundário		
ADULTOS	Nível Secundário 2010	Aprovado biénio
Inscritos	577	1561
Encaminhados	707	1405
Reconhecimento	317	632
Certificados	91	569

Quadro 5 – Execução Física 2010 NS

Os resultados esperados (objectivos), continuam a ser trabalhados numa estratégia que, chamemos-lhe “quantilidade”, assim no 1º semestre de 2011, apresentamos os seguintes resultados:

Total Execução Física 1º semestre 2011		
ADULTOS	Nível Básico	Nível Secundário
Inscritos	279	318
Encaminhados	262	271
Reconhecimento	169	187
Certificados	95	69

Quadro 6 – Total Execução Física 1º semestre 2011

3.1.3 Identificação e caracterização do grupo-alvo

O universo da população imigrante envolvida em processos de RVCC passa pelas diferentes etapas do processo, no entanto, face às características e natureza deste trabalho,

a dimensão de análise focaliza-se apenas em adultos certificados com o Nível Básico (NB) ou Nível Secundário (NS) do RVCC Escolar.

Lima (2008, pp. 43-49), referindo-se à educação popular, já comentava a sua dimensão cívica no trabalho com adultos de baixas qualificações, onde se integravam, entre outros grupos mais vulneráveis, os imigrantes. Salientava a importância da gestão da diversidade cultural.

A relevância do conhecimento dos problemas e necessidades específicas dos grupos de imigrantes e do impacto que os processos de RVCC têm e podem vir a ter, é deixar pistas para a operacionalização de uma intervenção futura dos CNOs neste domínio.

No decorrer das minhas funções tive a oportunidade de trabalhar com alguns imigrantes, apesar de ainda serem muito poucos os que estão certificados, apenas 13, e de serem muito poucos, apenas 3 que chegam ao NS, como se constata adiante. No entanto, a questão da interculturalidade é algo em que tenho interesse pessoal e que também tive oportunidade de trabalhar na formação em EFA. Temos também uma parceria com o SEF de Santarém, pelo que também existe todo o interesse institucional em melhorar as práticas de trabalho com imigrantes.

Como primeira abordagem, começemos por conhecer um pouco melhor a composição social do público-alvo deste estudo, recordando, os adultos imigrantes certificados.

A grande maioria da população em estudo é originária dos PALOP: 8 brasileiros, 2 angolanos e 1 são-tomense.

São de facto os brasileiros que estão mais representados na certificação das suas competências através dos processos de reconhecimento de adquiridos experienciais.

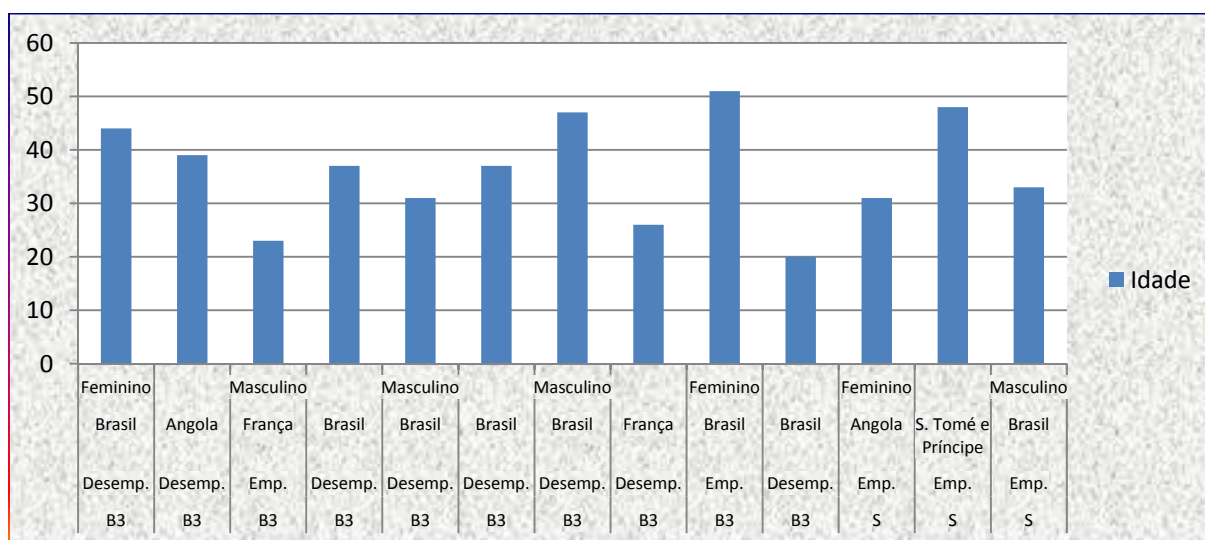


Gráfico 3 – Estrutura etária dos imigrantes certificados

A média etária é de 37 anos, ou seja, são pessoas em idade activa. Entre os brasileiros, verificam-se alguns representantes, com idade acima dos 40, o que poderá corresponder a diferentes vagas de imigrantes.

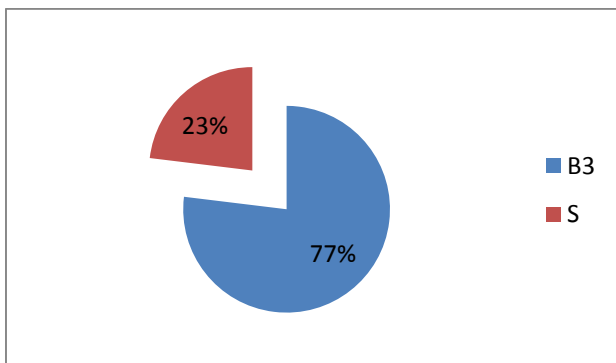


Gráfico 4 – Distribuição da certificação da população estrangeira do CNO ISLA Santarém

Pela representação gráfica (Figura 5) pode-se verificar que a grande maioria dos adultos estrangeiros (77%), obteve uma certificação de Nível Básico – B3, enquanto apenas 23% dessa mesma população concluiu o Nível Secundário. A população certificada é pois detentora de baixas qualificações quando procura o nosso CNO para elevar a sua escolaridade.

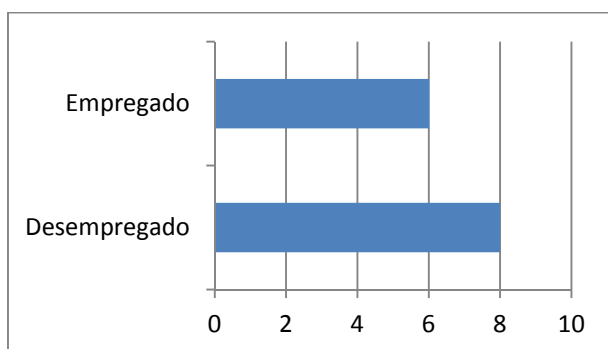


Gráfico 5 – Situação face ao emprego, da população estrangeira certificada no CNO ISLA Santarém

Pela análise do SIGO e entrevistas realizadas, foi possível perceber que o desemprego afecta bastante a população estrangeira, no entanto, torna-se necessário ressaltar, que as pessoas que não foram alvo de entrevista, poderão ter, entretanto, alterado a sua situação face ao emprego.

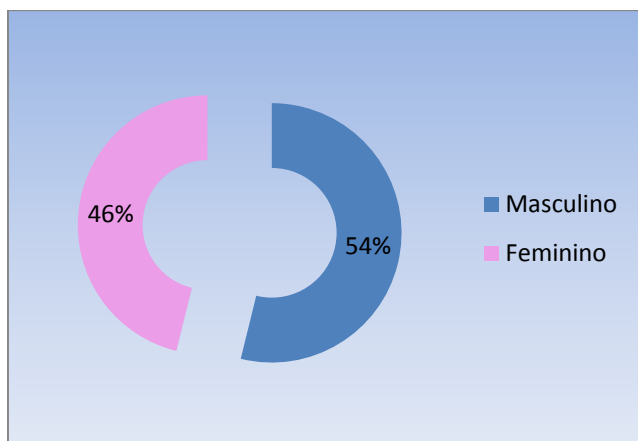


Gráfico 6 – População estrangeira certificada, por género

A estrutura da população estrangeira, certificada no nosso CNO, por género, apresenta uma configuração próxima da paridade, apesar de, historicamente a imigração masculina ser superior à feminina, o que veio a ser atenuado pela via do reagrupamento familiar nos casos de sucesso. Mas, a imigração feminina também tem vindo a crescer.

No nosso CNO, verifica-se essa mesma tendência, o que pode explicar a sua distribuição por género.

3.1.4 Abordagem metodológica

Este trabalho de investigação parte de um problema identificado que é a integração da população estrangeira numa sociedade cada vez mais multicultural, que faz com que trabalhem com uma população estrangeira no CNO, que antevimos aumente significativamente com o protocolo assinado com o SEF.

Visa, por um lado, identificar as principais dificuldades da população estrangeira, a nível da integração, num contexto específico e, por outro lado, saber como os processos de RVCC podem contribuir para a sua integração. Este trabalho remeter-se-á ao diagnóstico da situação, não estando, pois, contemplada a operacionalização do projecto.

Para a facilitação do processo de operacionalização da investigação, considerou-se essencial decompor a pergunta inicial em questões orientadoras da investigação, de acordo com os objectivos e com as dimensões em análise para a compreensão de um fenómeno complexo, que requer uma abordagem multidimensional e contextualizada. Como se pode verificar no Quadro 7, pretende-se identificar as principais dificuldades dos estrangeiros na sua integração e obter a sua perspectiva sobre o contributo que o RVCC pode ter.

<i>Objectivos</i>	<i>Questões orientadoras</i>	<i>Dimensões em análise</i>
Conhecer as principais dificuldades de integração dos estrangeiros.	Quais os principais problemas que os estrangeiros têm que enfrentar?	Experiência de vida
Conhecer as principais dificuldades no processo de RVCC.	Qual a maior dificuldade sentida no processo de RVCC?	Ameaças ao sucesso do RVCC
Compreender se o processo ajuda na integração dos estrangeiros.	Que mudança(s) provocou a obtenção da certificação?	Impacto do RVCC
Obter a opinião dos estrangeiros sobre o contributo que o RVCC pode vir a dar na sua integração.	Como é que o processo pode contribuir para a integração dos estrangeiros?	Reestruturação da abordagem do processo na perspectiva intercultural.

Quadro 7 – Estruturação do estudo

Parte-se de uma abordagem humanista do fenómeno da interculturalidade, em que o imigrante se apreende de uma forma holística e não apenas numa visão utilitária da sua instrumentalização enquanto trabalhador. Caso contrário, estaria apenas a abordar uma dimensão do fenómeno, mas dentro da natureza deste trabalho, pretende-se uma visão integrada do ser humano, com matrizes culturais e religiosas próprias.

Na opinião do Alto-comissário Adjunto para a Imigração e Minorias Étnicas “A opção por uma sociedade intercultural exige a plena participação social, cultural e económica dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Um dos espaços fundamentais para essa participação acontece ao nível comunitário, nas redes de proximidade.” (Marques, 2005, p.7). Esta perspectiva vai precisamente ao encontro do que se pretende realizar nos CNOs enquanto espaços territorializados e disseminados a nível nacional, enquanto espaço formativo e que pode assumir um papel determinante na promoção da integração dos cidadãos estrangeiros, a nível social, cultural e económico.

O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), defende três prioridades que vão de encontro a uma abordagem humanista do fenómeno da interculturalidade:

- O reagrupamento familiar, viabilizando o direito a viver em família. É considerado um factor de estabilização emocional e psicológica e inviabilizar comportamentos desviantes.

A facilitação no acesso a habitação condigna que não os remeta para guetos marginalizados e os proteja da exploração económica do arrendamento a estrangeiros;

- Vulnerabilidade económica, pode conduzir a situação de *sem abrigo*. A ausência de redes sociais de apoio, baixos rendimentos e precaridade laboral podem ser potenciadores desta situação;

- A defesa de uma imigração legal. Sensibilizando para os riscos da irregularidade através de apoio e informação especializada.

Os dados foram recolhidos a partir de entrevistas semi-dirigidas, com base num guião de entrevista (anexo I) e posteriormente sujeitos a análise, no sentido de aprofundar as principais dificuldades que têm a nível da sua integração e como os processos de RVCC podem ou já contribuem para a sua integração.

A entrevista constitui uma das melhores técnicas de recolha de dados quando se pretende aceder às representações, ideias ou opiniões dos sujeitos. A escolha do tipo de entrevista tem a ver com os objectivos e a temática em estudo. Pretende-se obter a maior informação possível e a entrevista permite a expressão livre do interlocutor sob orientação do entrevistador. Através desta técnica poderão surgir outras formas de abordar a problemática em estudo.

Colaboraram três adultos estrangeiros certificados dois com NS e um com NB, sendo dois homens de origem brasileira e uma mulher de S. Tomé e Príncipe. Para um melhor conhecimento das suas características socio demográficas, segue uma breve sistematização:

ESTUDO DE CASO I	ESTUDO DE CASO II	ESTUDO DE CASO III
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil ▪ 31 Anos ▪ Masculino ▪ Cartaxo ▪ Casado (em processo de divórcio) ▪ Reside em Portugal há 8 anos ▪ Tem o NB. Está a frequentar EFA NS ▪ Pedreiro / Construção civil ▪ Tem contrato ▪ Partilha casa com ex-mulher ▪ Língua portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ S. Tomé e Príncipe ▪ 46 Anos ▪ Feminino ▪ Póvoa de Santarém ▪ Solteira (com 3 filhos) / Separada ▪ Reside em Portugal há 4 anos ▪ Tem o NS ▪ Empregada doméstica interna ▪ Vive com patrões ▪ Língua portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Brasil ▪ 33 Anos ▪ Masculino ▪ Santarém ▪ Casado ▪ Reside em Portugal há 1 ano ▪ Tem licenciatura em História, não reconhecida em Portugal. Tem o NS. ▪ É assistente de cinema / Indústria cinematográfica ▪ Vive com a mulher e 1 colega ▪ Língua portuguesa

Quadro 8 – Caracterização sociodemográfica dos estrangeiros entrevistados

Para a análise das entrevistas, recorreu-se à análise de conteúdo para o tratamento dos dados recolhidos. Esta técnica permite sistematizar de forma objectiva as ideias mais importantes da comunicação e extrair a significação.

Segundo Quivy (1998, p. 227), “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” na análise de dados qualitativos.

Permite dar um sentido ao texto e atingir a compreensão do seu significado, que vai além de uma leitura comum.

Bardin (1977, p. 95), destaca como etapas essenciais da análise de conteúdo a pré-análise, a exploração do material e o tratamento e interpretação. Os dados das entrevistas,

recolhidos em formato áudio e posteriormente transcritos, foram sujeitos a análise de conteúdo seguindo aquelas etapas.

Na pré-análise, foi feita uma leitura “flutuante” sobre o texto e se levantaram as primeiras hipóteses sobre a forma de segmentar, foi-se aprofundando a leitura e segmentando o discurso. Referenciaram-se os índices, ou seja, os temas, e os indicadores, que correspondem à frequência com que os temas surgem no discurso.

Na segunda etapa, na exploração do material, codificaram-se as unidades de registo e procedeu-se à respectiva categorização. As unidades de registo correspondem ao mais pequeno fragmento de texto com significado relativamente ao contexto, que foram convertidos em indicadores.

A categorização consiste na identificação de segmentos de um todo que é o texto que dão origem a rubricas, categorias ou variáveis inferidas, que sustentam fragmentos de texto referentes à categoria de análise.

O objectivo da categorização é tornar inteligível a informação recolhida, neste caso, através de entrevistas. Alguns cuidados que se teve na sua estruturação, foi a nível da escolha das categorias, para que um elemento não possa ser classificado em mais do que uma, bem como ter em conta os objectivos do estudo e ter em conta não apenas a semântica, mas também o sentido que o sujeito pretende dar à mensagem.

Estando estruturados os Temas e respectivas Categorias, foram agrupados os indicadores nas diversas categorias.

3.2 Da Análise

Neste capítulo, procurarei apresentar e interpretar os dados recolhidos, tendo como referência o quadro teórico construído ao longo da presente investigação. Embora os dados recolhidos não sejam representativos da população, não sendo por isso extrapoláveis para o universo dos adultos estrangeiros certificados em RVCC no meu CNO, estes poderão contribuir, de forma significativa, para uma maior compreensão da forma como os processos de RVCC podem contribuir para a integração da população estrangeira e promover o sucesso com este público específico.

Fica em aberto a operacionalização de um projecto que vise a *integração da perspectiva intercultural nos processos de RVCC* e, eventualmente, o aprofundamento do potencial dos CNOs na abordagem desta problemática.

A análise dos dados foi orientada a partir de uma abordagem teórica específica e tratados os dados recolhidos a partir das entrevistas exploratórias realizadas a três adultos estrangeiros certificados no CNO ISLA de Santarém, de modo a poder dar resposta à pergunta orientadora deste estudo “Como pode o processo de RVCC contribuir para a integração da população imigrante?”

Irei orientar a apresentação dos resultados a partir da estrutura da análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos sujeitos.

FREQUÊNCIA DO PROCESSO DE RVCC

Motivação inicial para o processo

O que motivou as pessoas entrevistadas foi sobretudo a vontade de concluir o 12^o ano, através de uma abordagem instrumental, seja para prosseguir estudos ou conclusão do secundário; seja para contornar dificuldades de reconhecimento institucional de habilitações obtidas no país de origem.

Através do exposto pelos sujeitos, o processo de RVCC surge como uma resposta mais fácil e imediata face às alternativas existentes e a Entrevistada 02 refere mesmo ser uma “*oportunidade que não tinha no meu país*”.

Foi ainda possível percepcionar alguma estratégia de integração, a Entrevistada 02 refere *“também procurei encontrar-me na altura um pouco vazia”*, assim como o Entrevistado 03, *“(...) também com o objectivo de me aproximar mais das pessoas, com certeza ajuda no meu processo de integração, né, as amizades os próprios formadores, enfim”*.

Foi também possível perceber a dificuldade com que se confrontam para o reconhecimento das suas habilitações, tanto a nível burocrático, como económico. Foi o caso do Entrevistado 03, que, tendo uma Licenciatura em História, preferiu recorrer ao RVCC para ter um nível válido em Portugal.

“Eu fiz o processo de RVCC numa tentativa de obter uma escolaridade, um diploma aqui em Portugal, já que as minhas habilitações não tinham validade, ainda não validei (...)”

Expectativas

Embora o processo não tenha correspondido, em todos os casos, às expectativas, todos consideraram uma experiência positiva.

A referência escolar esteve presente nas respostas dos Entrevistados 01 *“Pensei que ia aprender, com professor e não é isso e o EFA também não.”* e 03 *“Claro que talvez esperava que taria aprendendo orrores”*, através da aprendizagem. Marcam de facto a diferença, pois de um modo geral consideram que não aprenderam. O Entrevistado 03 estabelece mesmo o paralelismo entre o processo e o regime supletivo praticado no Brasil, que o próprio, enquanto docente, teve oportunidade de exercer.

“E porque eu trabalhei num tipo de escola lá no Brasil que faziam algo semelhante com o que vocês fazem. O que agente chama lá no Brasil de supletivo, para aquelas pessoas que não tinham feito os primeiros ciclos, principalmente o secundário que era a área que eu trabalhava. O que aí ao invés de fazerem o secundário em três anos, que é o normal no Brasil, as pessoas às vezes faziam em um ano ou um ano e meio.”

A Entrevistada 02, enfatiza a importância do processo pela reconstrução da sua vida, o que, provavelmente estará relacionado com alguma necessidade de encontrar alguma ordem na sua vida, a avaliar pelo seu discurso.

“Eu inscrevi-me porque sempre foi uma das preocupações minhas fazer o 12º ano, oportunidade que não tinha no meu país e por

razões várias e também procurei encontrar-me na altura um pouco vazia.”

Dificuldades

As principais dificuldades evidenciadas foram a nível metodológico pelo facto de ser auto biográfico.

“Falar de nós nunca é fácil. É muito complicado falar da minha vida”.

(E01)

A nível operativo, pela dificuldade na escrita, associado ao sentido de perfeccionismo do adulto.

“Sou chato para escrever. Poderia ter feito um trabalho talvez muito mais exaustivo, mais completo, mas aquela minha minúcia, aquilo, que não é pouco obviamente, mas eu sabia que poderia ter sido mais, mas não foi talvez por causa dessa chatice minha e claro por tar trabalhando, talvez se eu tivesse mais tranquilo, poderia ter sido, ter fluído mais rápido e então sem dor, não que tenha sido dolorido, claro que não foi, mas às vezes para escrever um parágrafo passava a manhã inteira, sendo que as coisas estavam na cabeça. Queria fazer, mas queria encaixar a frase. Queria fazer com que combinassem, fazer com que alguns aspectos fosse até poético. Então, isso foi o mais difícil.” (E03)

IMPACTO DO RVCC

Mudanças

Os contributos da certificação em RVCC e a interacção com os outros são aspectos dominantes nesta categoria.

Foi referido o acesso à formação profissional na modalidade de EFA e a qualificação profissional.

“Agora estou a completar pelo EFA, o 12º ano. Fiz o 9º aqui no ISLA de Santarém e agora estou completando o 12º ano do curso EFA na Secundária, termino agora em Dezembro”. (E01)

“ Por acaso estou a completar agora também um curso de Vigilante que acaba dia 9”. (E01)

A formação profissional, pretende ser utilizada como processo de reconversão profissional no seu país de origem, no caso do Entrevistado 01.

No caso do Entrevistado 03 é valorizado o acesso à formação modular, pois se não tivesse um diploma reconhecido, não poderia ter acesso à formação, que lhe poderá ser útil para abrir um negócio na área da restauração ou *franchising* de roupa de surf em Portugal ou na Escócia.

“ (...) ela mostrou-me uma grelha com uns cursos e então senão tivesse feito este processo não tivesse contactado com vocês, sabe, nunca iria ter esta oportunidade. Por isso, eu acho que para mim foi uma mais-valia e vejo como uma coisa muito positiva.”

O Entrevistado 01 refere as aprendizagens realizadas em Cidadania, mas não concretizou as mudanças específicas que terão originado.

A Entrevistada 02 refere mudanças do reconhecimento público, a nível institucional no seu país de origem, refiro-me ao Ministério da Educação em S. Tomé e Príncipe. Esta adulta era professora do ensino básico no seu país.

“Sim, houve uma grande mudança na minha vida e para mais no meu país eu já lá fui e fui muito elogiada por muitas pessoas.

(...) Sim, sobretudo no ministério da educação do qual eu fazia parte.

(...) Sim, eles ficaram muito satisfeitos e felizes comigo, até me encorajaram para continuar e foi bastante bom obter reconhecimento no meu país.

Um aspecto referido tem a ver com a proactividade. O Entrevistado 03 considera que não houve mudanças significativas, mas dirige para si essa ausência, dizendo mesmo “tou meio chateado comigo”. O adulto individualiza as mudanças, colocando-se como actor na acção.

“Não é que mudou, eu também tenho de ir atrás, eu é que tenho de procurar”.

INTEGRAÇÃO

Experiências

A nível da integração, as experiências referidas assumem uma pluralidade de dimensões.

A nível laboral, destaca-se a precariedade dos vínculos e das condições de trabalho e o seu carácter provisório. Trabalham em áreas onde existe carência, tal como referiu o Entrevistado 01, fazem o que os portugueses não querem fazer.

Neste momento, todos os entrevistados, estão a trabalhar legalmente, o que nem sempre aconteceu, tal como refere o Entrevistado 01.

“Fiquei a trabalhar durante 30 dias, nuns tinha trabalho, outros, parava.” (E01)

De um modo geral, consideram não haver dificuldade maior de integração laboral, porque fazem o que os portugueses não querem fazer.

“Mas enfim, ele estava num restaurante e precisavam de gente para trabalhar tanto que eu cheguei numa quarta ou quinta-feira e no outro dia já estava trabalhando.” (E03)

Os Entrevistados 01 e 03 reconhecem não conhecer todos os seus direitos enquanto trabalhadores.

Saliente-se ainda o papel que as agências de recrutamento podem ter na facilitação do processo de integração dos imigrantes, como foi o caso da Entrevistada 02.

“primeiro vivi em Lisboa em casa de familiares, depois inscrevi-me numa agência em Lisboa e eles é que me enviaram para a Póvoa de Santarém.”

Foram salientados, pelo Entrevistado 03, os apoios sociais existentes no país como algo positivo neste domínio, no entanto, considerou a flexibilização e a crise como causadores de agravamento da situação laboral.

“E que têm uma série de benefícios, as pessoas têm muito apoio/ajuda, diferente do que tem no Brasil e acredito nos restantes países da América Latina. Lá tem que ganhar todos os dias, tem que matar o leão todos os dias e aqui as coisas até há algum tempo atrás eram muito mais fáceis, Subsídio daqui, subsídio dali, ajuda aqui ajuda ali, sabe, as pessoas só não atingem o que quer se realmente não quiser. Já lá tem muita dificuldade, não é só a pessoa querer.”
(E03)

“Em Portugal tem-se perdido muita coisa agora por causa da questão da crise.” (E03)

Um outro aspecto salientado foi o “*choque de culturas*” (E01), foram destacadas as diferenças culturais.

“Não, porque primeiro é o choque de culturas, é totalmente diferente. Vocês são mais fechados, nós somos mais abertos, então, ficamos um pouco limitados.” (E01)

Todos se consideram integrados, apesar das dificuldades que encontram em alguns campos ou no relacionamento interpessoal.

“Hoje em dia já me sinto mais à vontade.” (E01)

“Sim, mais ou menos integrada, não totalmente, mas mais ou menos sinto-me integrada.” (E02)

“Sim, sinto. [integrado]” (E03)

No caso 03 é feita referência à aquisição de automóvel, passeios e desporto. Ou seja, são evidenciados indícios de integração económica e cultural no nosso país.

Foram mencionadas algumas experiências em que se sentiram discriminados ou alvos de preconceitos. No entanto, não generalizam e referem mesmo situações de apoio e de amizade com cidadãos portugueses.

“Sempre existe algumas pessoas, claro que a gente sempre sofre um pouco, sempre aparece um ou outro que quer estragar a coisa, mas

a maioria das pessoas de uma forma geral não, tento ser o mais educado possível, né? E, por mais que eu tenha sotaque brasileiro, às vezes não é aquele brasileiro típico a que eles estão habituados e às vezes as pessoas respondem de uma maneira muito positiva, no primeiro ou segundo dia que estava no cinema uma pessoa disse para mim, ah, “tem o mesmo apelido que o meu, deve ser um primo”, então, às vezes dão sempre gorjetas e tudo, sem motivo nenhum, só pelo tratamento.” (E03)

No relacionamento interpessoal, foram evidenciadas experiências positivas e negativas.

“Tem tem, alguns são muito educados, outros, como vou dizer, é bruto a falar.” (E01)

O caso referido pela Entrevistada 02 relativamente à Saúde, foi considerado fazer parte de uma atitude discriminatória do médico e do trato pessoal e não um problema de acesso à saúde, como a própria reconhece também.

“Acesso à saúde tenho, mas o acesso à motivação por parte do médico de família, isso me deixa um pouco desmotivada.” (E02)

O reconhecimento das habilitações é uma dificuldade sentida, sobretudo pela morosidade e a vertente financeira.

“É, não sei o que dizer, eu já ouvi relatos, tem muitos brasileiros professores que estão trabalhando no ensino público e privado, mas eu acabei esbarrando em algumas barreiras e acabei me acomodando, enfim e também tenho de trabalhar, não posso estar aqui muito tempo sem receber dinheiro para me manter e acabei deixando o processo de pedido de equivalência que é moroso e caro. Tenho que levar adiante por agora.” (E03)

Referem nos casos 01 e 03 não conhecer grande parte dos seus direitos enquanto imigrantes ou cidadãos nacionais. Reconhecem o esforço de Portugal no tratamento dos imigrantes, mas também identificam a deturpação dos direitos legalmente existentes.

“Diante da Constituição Portuguesa, eu acredito que pelo menos no papel somos todos iguais. Não sei, mas é regida pelo homem, é complicado, o que está no papel é regido por alguém, pelo ser humano.” (E01)

Relativamente à estrutura familiar, os Entrevistados 01 e 02 vieram sozinhos, só depois realizaram o reagrupamento familiar, enquanto que o 03 veio com a mulher, no entanto, já vinha numa situação mais confortável pois tinha acabado de obter a cidadania portuguesa.

Factores climáticos também foram evidenciados, pela Entrevistada 03 de S. Tomé e Príncipe no seu processo de integração.

*É o frio.
(...) Sim, foi uma grande dificuldade, depois fui-me adaptando (...)*

Outra dificuldade identificada, foi a burocracia ligada ao processo de legalização. O desconhecimento dos procedimentos, a morosidade e os custos inerentes ao processo.

“Sim, foi uma grande dificuldade, depois fui-me adaptando, no processo de legalização, muitos papéis, tinha que dar muitas voltas, ir a muitas instituições. Mas foi bom, consegui.” (E02)

(...) “Mais ou menos um ano e meio.” (E02)

Em dois dos casos em estudo, recorreram a processos de obtenção de nacionalidade portuguesa como facilitador do processo de integração. Foi o que aconteceu com o Entrevistado 03 para o próprio e com a Entrevistada 02, para os seus filhos.

“Mas foi rápido em menos de um ano eu me ter tornado num cidadão Português, com passaporte, B.I., e até certidão de nascimento tenho, Portuguesa.” (E03)

“(...) Mas o processo da minha mãe foi mais demorado, demorou para aí dois anos e meio a três anos, teve de começar o processo por ela, ela se tornar Portuguesa, para aí eu e o meu irmão podermos tornar Portugueses também. Mas não, no meu caso foi rápido, um ano consegui tudo isso, claro que gastei um certo dinheiro.” (E03)

“(...) quando os mandei vir eles também tiveram a oportunidade por causa do pai, o pai tem a nacionalidade Portuguesa e eles facilmente se integraram e tiveram documentos, os meus filhos têm documentos Portugueses.” (E02)

A língua surge como uma facilidade, já que todos têm como língua materna o português, apesar do reconhecimento de algumas diferenças.

Os Entrevistados 01 e 02 mostraram intenção de regressar aos seus países de origem; o Entrevistado 03 não está ainda decidido, está a considerar a abertura de um negócio em Portugal ou na Escócia.

Contributos actuais do processo para a integração

No caso 02, foi considerado haver grande contributo, quer em termos de empregabilidade, quer em termos de conhecimentos que são adquiridos e que podem ser colocados em prática, considera *“é de louvar o contributo”*.

No caso 03, considera que o processo não teve grande contributo a nível da sua integração “*como estava numa situação mais confortável, acredito que o processo não me ajudou muito nisso na questão da minha regularização*”. Este Entrevistado, remete, contudo, para o apoio informal que acredita que os técnicos se disponibilizariam para dar, em caso de necessidade. Salientou, ainda, o desenvolvimento que realizou a nível de competências em informática “*(...) Eu fui aprender mesmo a mexer no powerpoint a fazer os powerpoints aqui para vocês(...)*”.

Perspectivas de contributos futuros do CNO na mediação intercultural

Surgiram algumas sugestões interessantes para a criação de um eventual projecto a desenvolver com a população imigrante e portuguesa.

A desmitificação da imigração e a valorização da diversidade cultural, informação sobre os seus direitos e questões burocráticas relativas ao SEF, são na perspectiva dos três entrevistados, os principais contributos que o processo de RVCC poderia dar, face às suas dificuldades.

“É explicar a vantagem da imigração, com certeza que é uma Vantagem, uma vantagem para o país. Se hoje em dia saíssem todos os imigrantes de Portugal, Portugal ia para um buraco porque são essenciais para a economia portuguesa. Explicar para as pessoas entenderem a importância do imigrante. O povo português também é um povo emigrante. Muitas pessoas têm a noção que porque está aqui, tem que ser assim, tem que ser assado e têm que respeitar os direitos do outro. Por estar no país deles, acham que têm mais direitos do que eu.” (E01)

“Isso seria óptimo [sessões de esclarecimento no CNO, dinamizadas por representante do SEF]. Alguém mais especializado e com conhecimentos maiores nessa área relacionado ao SEF que é o órgão que aqui regulariza e que trata disso.” (E03)

VANTAGENS NA INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA INTERCULTURAL NO PROCESSO DE RVCC

Todos os entrevistados consideram haver vantagem em integrar a perspectiva intercultural nos processos de RVCC enquanto facilitador do processo de integração.

“Não, não, eu acredito que tem toda a vantagem (...) (E01)

“Acho que há uma grande vantagem.” (E02)
“Eu acho que ajuda (...).” (E03)

A integração e a inserção dos imigrantes é um problema que, o CNO enquanto estrutura de acolhimento de um público adulto com baixas qualificações, pode assumir em termos de mediação intercultural.

O CNO Isla de Santarém tem um protocolo com o SEF, assinado recentemente, o que irá certamente aumentar a população imigrante envolvida em processos de RVCC e temos parcerias implementadas a nível local e outras que podemos desenvolver nesta área.

Com o melhor conhecimento deste público, das suas necessidades e dificuldades, podemos contribuir para o seu sucesso escolar e formativo. Os CNOs poderão constituir uma rede de mediação intercultural de proximidade. Os adultos imigrantes entrevistados têm uma representação positiva do processo e consideram importante as relações interpessoais que se estabelecem com os colegas, técnicos e formadores. Os CNOs dispõem de meios técnicos e humanos, bem como recursos pedagógicos.

Temos o Projecto “Desafiar a Cidadania 2011”, o qual pretende desenvolver uma série de actividades no contexto da cidadania. “Desafiar” porque muitas vezes necessitamos de sair do nosso lugar para nos colocarmos no lugar do outro. Temas como a actualidade, a saúde, o voluntariado, o desporto a educação, a cultura, a acção social, a economia doméstica, promovidas quer pela rede de parceiros, quer por adultos do CNO. Neste último caso, apresentam voluntariamente os seus saberes aos outros, como é exemplo um ciclo de sessões de primeiros socorros, dinamizado por um bombeiro que já foi certificado e que, assim, dá continuidade ao seu processo emancipatório.

No entanto, como foi evidenciado por alguns adultos estrangeiros, existe uma representação negativa da imigração por parte dos portugueses, apesar de relatarem experiências positivas e da tolerância dos portugueses face à diversidade. Com a actual crise que o país está a passar, o desemprego está a aumentar, o que possivelmente também irá reduzir o número de imigrantes que escolhem Portugal como país de acolhimento. Tendo presente a actual conjuntura, temos que criar estratégias para gerir a sua integração num contexto adverso.

Considero, contudo, que existe margem de intervenção que tem que ser muito bem programada para não sobrecarregar demasiado os técnicos.

A partir da análise da problemática e do conteúdo das entrevistas (anexos II, III, IV e V), foi possível identificar algumas oportunidades de intervenção no domínio da integração dos adultos estrangeiros envolvidos em processos de RVCC. A partir do discurso dos adultos imigrantes entrevistados, sistematizou-se as ideias de integração presentes, nas suas várias dimensões (Quadro 9).

Integração político-institucional	<ul style="list-style-type: none"> → Conhecimento de direitos → Conhecimento de procedimentos do SEF
Integração sociofamiliar	<ul style="list-style-type: none"> → Reagrupamento familiar → Socialização → Relacionamento interpessoal com técnicos e formadores → Reagrupamento familiar → Criação de rede de parceiros com intervenção na área da interculturalidade
Integração Cultural	<ul style="list-style-type: none"> → Conhecimento da cultura local → Valorização da diversidade cultura → Progressão da escolaridade → Qualificação profissional
Integração económica	<ul style="list-style-type: none"> → Empregabilidade → Conhecimento da legislação laboral → Sensibilização para a importância da imigração para a economia nacional

Quadro 9 – Sistematização das dimensões de integração presentes no discurso dos entrevistados

Foram identificadas quatro dimensões da integração, a saber, político-institucional, sociofamiliar, cultural e económica que permitem uma visão geral da problemática da integração da população estrangeira que concretizou processos de RVCC no CNO do ISLA em Santarém. Cada uma das dimensões destaca pontos fracos/ameaças à sua integração, que poderão constituir pontos de partida para a execução de um Plano de Intervenção neste domínio.

Conclusão

Este projecto de investigação surge num quadro de uma sociedade multicultural, em que os mais diversos profissionais têm que interagir com públicos imigrantes, logo com matrizes culturais diferentes das nossas. Pessoas que enfrentam dificuldades a nível da sua integração em maior ou menor grau, o que também pode dificultar o seu sucesso no processo de RVCC.

No meu contexto profissional, é expectável um aumento do número de imigrantes que irão frequentar o processo devido ao protocolo assinado com o SEF. O que justifica o interesse em integrar esta abordagem no nosso processo.

Este estudo foi estruturado em três eixos, que corresponderam a cada um dos capítulos, a saber:

- Narrativa Reflexiva Autobiográfica
- Abordagem Histórico-Evolutiva
- RVCC e Interculturalidade

Na *Narrativa Reflexiva Autobiográfica*, pretendeu-se reconstruir a minha identidade enquanto profissional da área da Educação e Formação de Adultos. Procurei identificar os alicerces da minha formação e perceber o meu perfil enquanto Profissional de RVC e Formadora.

No segundo eixo, *Abordagem Histórico-Evolutiva*, procurou fazer-se uma abordagem teórica dos principais paradigmas da evolução do campo da educação e formação de adultos, conhecer a sua evolução, as abordagens subjacentes, o estado actual do seu desenvolvimento e desafios que se lhe colocam. Com este desenvolvimento obteve-se maior consistência teórica para compreender a contextualização do processo de RVCC neste campo.

Através do eixo *RVCC e Interculturalidade*, realizaram-se entrevistas junto de três adultos certificados, representantes da população imigrante certificada no CNO em processos de RVCC. Não foi possível emitir generalizações sobre a integração deste público, já que a amostra não era representativa daquela população, embora, inicialmente, o estudo tivesse esse intuito. Confrontada com as dificuldades de contacto para marcação de entrevistas e o prazo para a entrega do estudo, resolvi reestruturar os procedimentos a adoptar.

Procurou-se, então, fazer o estudo de caso no CNO onde me encontro inserida profissionalmente, a partir de uma entrevista aplicada a três imigrantes certificados. Apesar do reduzido número de dados recolhidos, temos que considerar que o universo também não é extenso, trata-se de treze imigrantes certificados, pelo que pode ser um ponto de partida para a definição de um projecto a desenvolver com este público.

Pretende-se com este estudo dar resposta à questão **“Como pode o processo de RVCC contribuir para a integração da população imigrante?”**

Com esta investigação, foi possível identificar um conjunto de tópicos relacionados com diferentes dimensões da integração, induzidos pelo discurso dos entrevistados. Foram estruturados em quatro dimensões: integração político-institucional; integração sociofamiliar; integração cultural e integração económica.

Em termos de integração político-institucional, foi evidenciado o desconhecimento de direitos, o que pode condicionar ou dificultar a sua plena integração. As dificuldades burocráticas relativas aos procedimentos do SEF também foi uma dificuldade relativa à sua regularização no nosso país, o que remete para a criação de uma rede de parceiros com intervenção na área da interculturalidade e que poderiam criar sinergias nesta área.

A nível sociofamiliar, foi evidenciada a importância da socialização, ou seja, o modo como interpretam o que vêem, o que sentem e percebem o seu espaço de acolhimento. Sobressaiu a necessidade e a importância do convívio que se estabelece quer com colegas, quer com técnicos e formadores, que contribui para o estabelecimento de redes sociais entre migrantes e não-migrantes que poderão ajudar a superar as dificuldades, quer a nível individual, colectivo ou institucional. Ainda neste tópico, foi evidenciado a necessidade do reagrupamento familiar, que no âmbito de uma abordagem humanista desta problemática, surge como um imperativo e uma forma de estabilidade e suporte emocional, que poderá mesmo ser um elemento regulador das relações com o meio.

Na dimensão cultural, a integração foi referenciada pelas dificuldades causadas pela falta de conhecimento da cultura local, logo, o seu conhecimento poderá ser factor facilitador da sua integração positiva. Mas, também a necessidade de valorização da diversidade cultural foi evidenciada nos seus discursos, como combate a formas de discriminação e preconceitos. Ainda associado ao domínio cultural, a progressão da escolaridade surge como uma necessidade e uma forma de se promoverem socialmente, mesmo a um nível simbólico através do reconhecimento que lhes é dado, sobretudo no país de origem. A

qualificação profissional através do acesso viabilizado pelo aumento da escolaridade foi algo bastante vincado e evidenciado pelos entrevistados, sobretudo como estratégia de conseguirem uma ascensão profissional nos seus países de origem.

A sua integração económica, afigura-se como essencial para um percurso de emigração de sucesso. Evidenciou-se a vertente da empregabilidade, essencial para a sua sustentabilidade e efectivarem a função principal da sua vinda. Os que têm menores qualificações procuram aumentar a sua empregabilidade em novas áreas, não tanto em Portugal, onde exercem sobretudo profissões que os portugueses não querem, mas principalmente no retorno ao país de origem. No exercício das suas profissões, foi possível perceber a necessidade de maior conhecimento da legislação laboral para o pleno exercício dos seus direitos e deveres. A desmitificação da imigração foi algo que também surgiu nos seus discursos, no sentido de sensibilizar para a importância da imigração para a economia nacional, o que também tem repercussões no plano simbólico através das representações que se tem dos imigrantes.

Importa referir que no âmbito da realização do projecto de investigação empírica, pelas contingências já referidas não foi possível realizar em tempo útil maior número de entrevistas. Mas mesmo não podendo ser alvo de generalizações, foi possível encontrar situações em que houve alguma unanimidade e um contributo importante para integrar a perspectiva intercultural no processo de RVC, das quais se destaca a questão da desmitificação da imigração, a necessidade de valorização da diversidade cultural, divulgação dos seus direitos, esclarecimentos sobre questões burocráticas relativas ao SEF e o conhecimento da cultura local. Os itens indicados encontraram alguma unanimidade como facilitadores do processo de integração e que poderiam ser introduzidos no processo.

Constatou-se também que não é tanto ao nível do impacto presente do RVCC, que não é muito, situa-se sobretudo no plano da promoção educativa e social e no plano relacional. Mas muito mais se pode fazer, conforme já se deixou evidenciado.

Quero ainda mencionar que este projecto, foi realizado mediante constrangimentos temporais na tentativa de conciliação da vida familiar e profissional, o que me limitou um pouco em termos do seu enquadramento teórico. No entanto, foi muito importante voltar a realizar um estudo, voltar a pensar nos métodos e técnicas, a escolha da abordagem teórica, o relacionar conceitos com aspectos práticos do quotidiano, o conhecimento teórico

e analítico do campo da educação e formação de adultos, o fazer a análise dos dados e extrair conclusões, tinha saudades, confesso!

Foi também importante pensar numa outra dinâmica e numa outra função que eu penso que o processo de RVCC pode e deve assumir, adaptando-se neste caso para trabalhar com um segmento da população específico, a população imigrante que recorre aos CNOs. O acolhimento e integração de imigrantes, em termos gerais, uma população fragilizada, deve ser uma prioridade em termos de agilização de estratégias de integração, pela promoção da diversidade e interculturalidade.

Bibliografia

- Araújo, A. e Pereira, M. A. (2005). *Interculturalidade e políticas educativas em Portugal: reflexões à luz de uma visão pluralista de justiça social*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais
- Ataíde, J. e Dias, P. *Relatório de Imigração* (Coord.) (2011), *Fronteiras e Asilo, 2010*. Lisboa, SEF/Departamento de Planeamento e Formação.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Canário, R. (1999). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa
- Canário, R. (2006). "Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal". In *A Educação em Portugal (1986-2006) Alguns contributos de investigação*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, pp. 207-267. Disponível em: http://www.debatereducacao.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=10
- Canário, R. e Cabrito, R. (Org.) (2005). *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa
- Cavaco, C. (2002). *Aprender fora da escola*. Lisboa: Educa
- Cavaco, C. (2009). *Adultos Pouco Escolarizados. Políticas e Práticas de Formação*. Lisboa: Educa. UI&DCE
- Fernández, F. S. (2006). *As raízes Históricas dos Modelos Actuais de Educação de Pessoas Adultas*. Lisboa: Educa/Unidade I&D de Ciências da Educação
- Finger, M. e Asún, J. M. (2003). *A Educação de Adultos numa Encruzilhada. Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.
- Lima, L. (2008). "A Educação de Adultos em Portugal (1974-2004). Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos". In *Educação e Formação de Adultos – Mutações e Convergências*. Lisboa: EDUCA.
- Malheiros, J. M. (2011). *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Manual para Técnicas/os*. Lisboa: ACIDI
- Marques, R. (2005). "Imigração em Portugal", in *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Pineau, G. (Maio-Agosto 2006). "As Histórias de Vida em Formação: Gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial" in *Educação e Pesquisa*, vol. 32, número 002. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V.(1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Teixeira, P. (Coord.) (2010). *Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante e identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do Município de Santarém*. Lisboa: Logframe.

Legislação Consultada:

- Lei nº46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo
- Decreto-Lei nº387/99 de 28 de Setembro - Criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
- Portaria nº 1082-A/2001 de 5 de Setembro - Implementação do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Sítios Consultados:

<http://sefstat.sef.pt>

www.rieoei.pt

www.unisla.pt

Anexos

ENTREVISTA 01

ENTREVISTADORA: Emanuel, a sua nacionalidade é brasileira?

ENTREVISTADO: Sim.

ENTREVISTADORA: Está cá há quanto tempo?

ENTREVISTADO: Há oito anos.

ENTREVISTADORA: Pode-me dizer a sua idade?

ENTREVISTADO: 31 anos.

ENTREVISTADORA: Reside onde?

ENTREVISTADO: No Cartaxo.

ENTREVISTADORA: As suas habilitações literárias...

ENTREVISTADO: Agora estou a completar pelo EFA o 12º ano. Fiz o 9º aqui no ISLA de Santarém e agora estou completando o 12º ano do curso EFA na Secundária, termino agora em Dezembro.

ENTREVISTADORA: Em que área?

ENTREVISTADO: Técnico de Redes Informáticas.

ENTREVISTADORA: E era o que queria?

ENTREVISTADO: Não, o que eu queria mesmo era Administração ou Técnico Jurista, ou uma coisa assim, mas por causa do horário não pude.

ENTREVISTADORA: Para poder trabalhar e estudar em simultâneo.

ENTREVISTADO: Exacto.

ENTREVISTADORA: A sua ideia já era tirar o 12º ano quando chegou até nós ou surgiu depois?

ENTREVISTADO: Não, eu sempre tive vontade de terminar o 12º, sempre tive vontade de cursar direito. O RVCC, o curso EFA não tem nada a ver com a escola,

isso é totalmente diferente, que ajuda mas não te prepara para aquilo, pronto mas é abrindo caminho.

ENTREVISTADORA: Claro, passo a passo. Já realizou o Básico, agora estás prestes a concluir o Secundário.

ENTREVISTADO: Por acaso estou a completar agora também um curso de Vigilante que acaba dia 9.

ENTREVISTADORA: É com a Formar 5?

ENTREVISTADO: Com a Formar 5.

ENTREVISTADORA: É com a Lia, nos Bombeiros, muito bem.

Então, o que é que faz, está como Segurança?

ENTREVISTADO: Não não, sou pedreiro.

ENTREVISTADORA: E agora está a tirar o curso para mudar de profissão?

ENTREVISTADO: Construção civil foi uma coisa que fui obrigado a abraçar.

ENTREVISTADORA: Quando veio para cá ou já fazia lá?

ENTREVISTADO: Não não, eu trabalhava como estafeta num escritório de advocacia.

ENTREVISTADORA: Daí o gosto pela actividade...

ENTREVISTADO: Não, eu sempre pensei tirar o curso de advocacia. Foi um amigo que sabia que me encaminhou, que sabia que eu gostava dessa área.

ENTREVISTADORA: E aproximou-se como estafeta para estar um pouco mais próximo...

ENTREVISTADO: Estava mais próximo dos processos.

ENTREVISTADORA: E ia aprendendo alguma coisa.

ENTREVISTADO: É, tomei o gosto por aquilo. Agora, na condição de imigrante surgiu a construção civil, então, eu para poder ganhar mais, tive que aprender a profissão, até acho que me desenrasco bem, né? Mas não é isso que eu quero para mim.

ENTREVISTADORA: Claro, é uma estratégia para conseguir outras coisas, não é, e está a construir o seu caminho. Portanto, neste momento, trabalha na área da construção civil.

Qual é o seu estado civil?

ENTREVISTADO: É assim, eu estou casado no papel.

ENTREVISTADORA: Está em processo de divórcio, é isso?

ENTREVISTADO: É.

ENTREVISTADORA: Mas vive com alguém cá?

ENTREVISTADO: Não, na casa onde eu moro, tem duas casas. Eu estou vendo se consigo até ao mês de Outubro, deixar a casa. Mesmo sendo separado, nunca dá certo.

ENTREVISTADORA: Sim, está no mesmo espaço.

E tem filhos?

ENTREVISTADO: Tenho dois.

ENTREVISTADORA: Estão cá?

ENTREVISTADO: Não, a menina está cá e o rapaz está no Brasil.

ENTREVISTADORA: A menina está com a mãe?

ENTREVISTADO: É mais fácil, não é? Acho que enquanto estiver com a mãe é melhor.

ENTREVISTADORA: Ele é mais crescido?

ENTREVISTADO: Não, pelo contrário, é mais novo.

ENTREVISTADORA: A sua língua é o português. Tem conhecimentos de mais alguma língua?

ENTREVISTADO: Tirei um cursinho de inglês, também nunca tive contacto com outra língua.

ENTREVISTADORA: Tirou já cá?

ENTREVISTADO: Sim, tirei de espanhol também. Esse, se eu continuasse era capaz de desenvolver.

ENTREVISTADORA: O inglês precisa de continuação, é pouco tempo.

Completo o processo de RVCC Básico connosco, concluiu. Porque se inscreveu, porque procurou o Centro de Novas Oportunidades?

ENTREVISTADO: Eu tentei um currículo normal na Secundária, mas nem a Secundária estava preparada para aquilo, não tinha professores, é por módulos, é uma coisa meio complicada.

ENTREVISTADORA: Deram-lhe equivalência às suas habilitações?

ENTREVISTADO: Era o 7º ano. Então, eu optei pelo RVCC, achei que era mais fácil.

ENTREVISTADORA: E gostou?

ENTREVISTADO: Gostei, dizem que é fácil. Falar de nós nunca é fácil. É muito complicado falar da minha vida.

ENTREVISTADORA: Portanto, a sua inscrição aqui enquadra-se num objectivo que era ir mais além em termos de escolaridade e depois em termos profissionais

ENTREVISTADO: Sim, estou a tirar o curso de Vigilante, nem é aqui para Portugal, na construção civil ganho mais. Então, eu estou tirando o curso para exercer no Brasil, a Secretaria de Estado que trabalha na área da segurança prisional, este tipo de curso de 25, 80 horas, para tentar uma contratação no Brasil.

ENTREVISTADORA: Esses cursos depois são reconhecidos lá?

ENTREVISTADO: São são.

ENTREVISTADORA: O processo correspondeu ao que estava à espera ou não, ou não sabia bem o que era isto?

ENTREVISTADO: Pensei que ia aprender, com professor e não é isso e o EFA também não.

ENTREVISTADORA: Sim, o EFA é um pouco mais próximo, mas também não é isso.

Não correspondeu às expectativas uma vez que se tem sempre aquela representação da escola e quando começa não é propriamente isso.

ENTREVISTADO: Mas não foi mau.

ENTREVISTADORA: O facto de ter feito o aqui o RVCC connosco provocou algumas mudanças na sua vida? Para já está a terminar o Secundário...

ENTREVISTADO: E mesmo o de Vigilante, sem o 9º ano também não podia fazer.

ENTREVISTADORA: E a nível de Cidadania, por exemplo, acha que houve mais algum contributo do processo para além do nível escolar que pode ter repercussões a nível profissional ou há mais alguma vertente que ache que o processo possa ter sido favorável?

ENTREVISTADO: Foi bom, foi bom. Aprendi muitas coisas, sobretudo no caso da Cidadania. Aprende-se sempre alguma coisa.

ENTREVISTADORA: Sente-se integrado na nossa sociedade.

ENTREVISTADO: Hoje em dia já me sinto mais à vontade.

ENTREVISTADORA: Mas não foi sempre assim...

ENTREVISTADO: Não, porque primeiro é o choque de culturas, é totalmente diferente. Vocês são mais fechados, nós somos mais abertos, então, ficamos um pouco limitados.

ENTREVISTADORA: A principal dificuldade foi a nível cultural, nessa abertura que criou algumas barreiras por parte das pessoas.

ENTREVISTADO: Associam o Brasil a um país de criminosos, então, julgam todos os brasileiros assim.

ENTREVISTADORA: São estereótipos.

ENTREVISTADO: É estereótipo. Brasileiro está ligado com a prostituição, com o crime. Eu tenho a prestação da minha casa em dia, as minhas coisas estão em dia.

ENTREVISTADORA: Quando veio para cá não tinha trabalho?

ENTREVISTADO: Fiquei a trabalhar durante 30 dias, nuns tinha trabalho, outros, parava. Tinha alguns conhecidos, alguns até viraram amigos, um ou dois.

ENTREVISTADORA: Teve alguma dificuldade em conseguir habitação ou escola para a criança?

ENTREVISTADO: Não, porque é assim, enquanto imigrante, não quero luxo, não quero nada. Aqui em Santarém há alguns brasileiros que vivem, em condições espectaculares, mas no começo agarraram qualquer coisa. Um quarto com casa de banho.

ENTREVISTADORA: Quando veio para cá, veio sozinho?

ENTREVISTADO: Vim sozinho.

ENTREVISTADORA: A principal dificuldade que sentiu foi mesmo a nível cultural e o facto de associarem os brasileiros a práticas que não são lícitas.

ENTREVISTADO: O problema é julgarem o Brasil como um todo. O Brasil é um país violento, todo o mundo sabe. É um país com uma Constituição que qualquer criminoso consegue dar a volta. Tem mais de cinquenta e tal anos, mais de sessenta anos, nasceu em 42. Dá liberdade aos menores de fazerem o que querem e o que não querem e com 18 anos começam uma vida de criminosos.

ENTREVISTADORA: Já terminou o processo há quanto tempo?

ENTREVISTADO: Há cerca de 3 anos.

ENTREVISTADORA: Dessas dificuldades que aqui assinalou, acha que o processo ajudou ou poderia ajudar em alguma coisa se fosse feito de forma diferente?

ENTREVISTADO: Não, eu acho que os formadores também estiveram bem.

ENTREVISTADORA: Durante o processo sentiu alguma discriminação?

ENTREVISTADO: Não, pelo contrário.

ENTREVISTADORA: A nível cultural sentiu de vez em quando alguns choques ou isso não acontecia?

ENTREVISTADO: Cultural, como assim?

ENTREVISTADORA: Por exemplo a nível dos costumes ou de você ser mais aberto e as outras pessoas mais fechadas e não achavam tanta graça a certas coisas...

ENTREVISTADO: Isso é praticamente o prato do dia. As pessoas dizem “você não está no Brasil”, são coisas que baralham um pouco porque eu não tenho conhecimento, são coisas destas assim.

ENTREVISTADORA: O Emanuel tinha vindo do Brasil e começado logo o processo conosco, acha que este tipo de processo que frequentou aqui, o RVCC, poderia trabalhar melhor as pessoas, quer convosco que vêm de fora, quer com os portugueses. Poderiam ser melhor trabalhados para conviverem com pessoas de diferentes culturas, acha que há algo que poderia ser feito a mais do que aquilo é feito?

ENTREVISTADO: É explicar a vantagem da imigração, com certeza que é uma Vantagem, uma vantagem para o país. Se hoje em dia saíssem todos os imigrantes de Portugal, Portugal ia para um buraco porque são essenciais para a economia portuguesa. Explicar para as pessoas entenderem a importância do imigrante. O povo português também é um povo emigrante. Muitas pessoas têm a noção que porque está aqui, tem que ser assim, tem que ser assado e têm que respeitar os direitos do outro. Por estar no país deles, acham que têm mais direitos do que eu.

ENTREVISTADORA: Em termos legais, tem sentido que tem os mesmos direitos que os portugueses?

ENTREVISTADO: Diante da Constituição Portuguesa, eu acredito que pelo menos no papel somos todos iguais. Não sei, mas é regida pelo homem, é complicado, o que está no papel é regido por alguém, pelo ser humano.

ENTREVISTADORA: É interessante a perspectiva que me falou, que as pessoas não têm noção da importância dos imigrantes, pensam que eles vêm para cá tirar os nossos postos de trabalho...

ENTREVISTADO: Que eles não querem fazer! Há duas semanas que andam a tentar arranjar um ajudante. Falei com uma pessoa que estava desempregada, fiquei um pouco incomodado, mas "ah, as obras" etal e pronto, eu não falei mais.

ENTREVISTADORA: É interessante o podermos explicar melhor as vantagens da imigração.

ENTREVISTADO: As pessoas só não gostam do imigrante quando lhes convém. Quando elas precisam de um criado, não importa se ele é chinês, se ele é francês, quando é preciso um criado para fazer o que pedem. Aí não interessa a cor, a nacionalidade. Mas há exceções, tenho um amigo que também é formador de inglês, já o conheço há quase 7 anos.

ENTREVISTADORA: Apesar de tudo os portugueses têm alguma abertura.

ENTREVISTADO: Tem tem, alguns são muito educados, outros, como vou dizer, é bruto a falar.

ENTREVISTADORA: Acha que há vantagens, de facto, em trabalhar estas questões no âmbito do RVCC?

ENTREVISTADO: Era uma boa valia, conhecer outras culturas, a importância da imigração.

ENTREVISTADORA: O seu objectivo é regressar ao Brasil?

ENTREVISTADO: É assim, não tenho aquela vontade de voltar já não. Depois sim, porque tenho lá umas pessoas que me podem ajudar, disseram para tirar uns cursos e depois tem muito por onde escolher. Isso me incentivou.

ENTREVISTADORA: Emanuel, há mais algum assunto que queira acrescentar relativamente a este tema que estamos a falar?

ENTREVISTADO: Não, não, eu acredito que tem toda a vantagem, a Helena, né, é simpática.

ENTREVISTADORA: Ok Emanuel terminamos aqui a entrevista.

ENTREVISTA 02

ENTREVISTADORA: Cosma, então a sua nacionalidade é S. Tomé e Príncipe?

ENTREVISTADA: Sim, é.

ENTREVISTADORA: Qual a sua idade?

ENTREVISTADA: Tenho 46 anos.

ENTREVISTADORA: Neste momento está a residir na Póvoa de Santarém? Está cá há quanto tempo?

ENTREVISTADA: Há quatro anos.

ENTREVISTADORA: As suas habilitações literárias são o ensino secundário, que fez aqui connosco.

ENTREVISTADA: Sim, é.

ENTREVISTADORA: Pode especificar a sua profissão?

ENTREVISTADA: A minha profissão neste momento aqui em Portugal é empregada doméstica interna.

ENTREVISTADORA: E está numa situação legalizada, fizeram-lhe contrato?

ENTREVISTADA: Sim fizeram-me contrato e tenho tudo legalizado.

ENTREVISTADORA: Qual é o seu estado civil?

ENTREVISTADORA: Sou solteira.

ENTREVISTADORA: Vive em casa dos seus patrões?

ENTREVISTADA: Sim, em casa dos patrões.

ENTREVISTADORA: Fale lá um pouco de si e da sua família?

ENTREVISTADA: Tenho três filhos, a minha filha vive numa casa particular em que eu mensalmente pago a renda da casa, e eles também estão a estudar, a menina frequenta o curso de técnica de laboratório, o segundo filho terminou o 9º ano do curso profissional de pintor de automóveis, pretende continuar com outra formação e o mais novo que tem treze anos está no curso normal.

ENTREVISTADORA: Está no ensino normal, e está tudo a correr bem?

ENTREVISTADA: Sim, está.

ENTREVISTADORA: Diga-me uma coisa Cosma, a sua intenção é um dia voltar ao seu país?

ENTREVISTADA: Sim, a minha intenção é regressar ao meu país, quando tiver as condições, sobretudo alojamento com boas condições, e depois regressar ao meu país.

ENTREVISTADORA: Poder criar essas condições que não teve lá e depois regressar?

ENTREVISTADA: Sim, sim.

ENTREVISTADORA: E os seus filhos também querem regressar?

ENTREVISTADA: Em princípio os mais velhos ainda estão indecisos, mas o mais novo vai comigo. Os mais velhos já se sabem desenrascar, depois de terminar o curso a menina quer ir para a universidade, para o ano vai terminar o seu curso e pretende ir para a universidade. É bom sinal. E depois logo se vê.

ENTREVISTADORA: Cosma, fala a língua Portuguesa e o Inglês teve algumas dificuldades no processo RVCC.

ENTREVISTADA: Sim, sim.

ENTREVISTADORA: Diga-me uma coisa Cosma, o que gosta de fazer nos seus tempos livres?

ENTREVISTADA: Não tenho assim tempos livres.

ENTREVISTADORA: Se tivesse oportunidade o que gostaria de fazer nos seus tempos livres?

ENTREVISTADA: Dar continuidade aos estudos.

ENTREVISTADORA: Não tem outras ocupações que goste, ou que gostasse de fazer no seu país?

ENTREVISTADA: É uma das questões que tenho estado a matutar, quando regressar o que eu penso lá fazer. Pronto em primeiro lugar era professora a minha profissão anterior e depois a situação do país não favorece ter um trabalho só.

ENTREVISTADORA: Quer continuar a dar aulas?

ENTREVISTADA: Sim, quero continuar a dar aulas ao ensino básico. E depois fazer outras coisas, que eu vinha fazendo e sempre fiz, vendendo doces de porta em porta. Quero daqui criar condições para mais tarde voltar a fazer isso.

ENTREVISTADORA: Vai ter doçaria e vender. Gosta de fazer doces?

ENTREVISTADA: Sim, gosto muito.

ENTREVISTADORA: Portanto a Cosma frequentou o processo de RVCC, fez o nível secundário. Porque se inscreveu Cosma?

ENTREVISTADA: Eu inscrevi-me porque sempre foi uma das preocupações minhas fazer o 12º ano, oportunidade que não tinha no meu país e por razões várias e também procurei encontrar-me na altura um pouco vazia.

ENTREVISTADORA: Quando veio para Portugal?

ENTREVISTADA: Sim, sim, e também quis desenvolver o meu conhecimento com este processo e desenvolver a memória, que algumas coisas estavam um pouco esquecidas.

ENTREVISTADORA: E diga-me uma coisa o processo correspondeu às suas expectativas, ao que esperava do processo ou foi completamente diferente?

ENTREVISTADA: Sim, correspondeu às minhas expectativas, me ajudou bastante, fez recordar tudo o que vivi no passado, me ajudou bastante.

ENTREVISTADORA: E diga-me uma coisa Cosma, consegue identificar ou acha que houve alguma mudança em si ou à sua volta nas oportunidades que tem sobre alguma mudança pela frequência e certificação do nível secundário?

ENTREVISTADA: Sim, houve uma grande mudança na minha vida e para mais no meu país eu já lá fui e fui muito elogiada por muitas pessoas.

ENTREVISTADORA: Foi?

ENTREVISTADA: Sim, sobretudo no ministério da educação do qual eu fazia parte.

ENTREVISTADORA: Foi lá actualizar as suas habilitações?

ENTREVISTADA: Sim, eles ficaram muito satisfeitos e felizes comigo, até me encorajaram para continuar e foi bastante bom obter reconhecimento no meu país.

ENTREVISTADORA: Portanto a esse nível já houve reconhecimento e abertura para depois poder dar continuidade ao seu trabalho?

ENTREVISTADA: Sim, sim, exactamente.

ENTREVISTADORA: Diga-me uma coisa Cosma, sente-se integrada na sociedade onde vive, acha que não está completamente integrada?

ENTREVISTADA: Sim, mais ou menos integrada, não totalmente, mas mais ou menos sinto-me integrada.

ENTREVISTADORA: Quais são aqueles aspectos que ainda tem alguma dificuldade?

ENTREVISTADA: Na saúde.

ENTREVISTADORA: No acesso?

ENTREVISTADA: Acesso à saúde tenho, mas o acesso à motivação por parte do médico de família, isso me deixa um pouco desmotivada.

ENTREVISTADORA: É! Mas porquê, acha que ele não a trata de igual forma?

ENTREVISTADA: Pois, acho, eu acho. No meu país temos lá médicos Portugueses que são muito bem tratados, nós somos um povo muito acolhedor.

ENTREVISTADORA: E acha que da parte do médico não está a ter esse acolhimento?

ENTREVISTADA: Sim, eu acho que não.

ENTREVISTADORA: Porque será Cosma?

ENTREVISTADA: Não sei, porque será, da forma como ele faz o acolhimento da minha parte.

ENTREVISTADORA: E acha que é só consigo ou com outras pessoas também ou é a maneira de ser dele?

ENTREVISTADA: Talvez seja da maneira de ser dele, talvez.

ENTREVISTADORA: Acha que pode haver alguma discriminação?

ENTREVISTADA: Sim, sim, eu acho isso.

ENTREVISTADORA: E há outras áreas em que sinta também que não está completamente integrada?

ENTREVISTADA: Os meus patrões são excelentes, na zona as pessoas são muito acolhedoras, não tenho grandes problemas.

ENTREVISTADORA: Em termos dos seus direitos como trabalhadora acha que isso está tudo assegurado?

ENTREVISTADA: Mais ou menos.

ENTREVISTADORA: Sendo trabalhadora interna é um pouco complicado?

ENTREVISTADA: É muito complicado.

ENTREVISTADORA: Se calhar não é só por ser imigrante é também por ser interna?

ENTREVISTADORA: Sim, pelas duas coisas, mas claro o meu objectivo é organizar, vou aguentando, tenho filhos a estudar, se eu me deixar disso para onde vou integrar neste momento.

ENTREVISTADORA: Mas tratam-na bem? É discriminada?

ENTREVISTADA: Sim, tratam-me muito bem, mas são muitas horas de trabalho.

ENTREVISTADORA: Pois o facto de ser interna, torna-se mais complicado.

ENTREVISTADORA: Diga-me uma coisa Cosma, isto é neste momento mas quando chegou cá a Portugal pela primeira vez, quais foram as principais dificuldades?

ENTREVISTADA: É o frio.

ENTREVISTADORA: [Risos] Foi o clima!

ENTREVISTADA: Sim, foi uma grande dificuldade, depois fui-me adaptando, no processo de legalização, muitos papéis, tinha que dar muitas voltas, ir a muitas instituições. Mas foi bom, consegui.

ENTREVISTADORA: Isso demorou quanto tempo?

ENTREVISTADA: Mais ou menos um ano e meio.

ENTREVISTADORA: Essas foram as principais dificuldades quando chegou cá? Não tinha trabalho cá em Portugal?

ENTREVISTADA: Sim, foram. Não tinha trabalho. Eu vinha com objectivos de fazer tratamentos de saúde, depois decidi mais tarde, pronto vou ficar. Houve um pouco algumas barreiras em encontrar trabalho, mas quando a gente procura, encontra.

ENTREVISTADORA: Mas foi difícil arranjar trabalho?

ENTREVISTADA: Sim, um pouco difícil.

ENTREVISTADORA: Assim a nível de dificuldade, quando veio para cá ainda não se sentia integrada. Veio logo viver para a Póvoa de Santarém?

ENTREVISTADA: Não, primeiro vivi em Lisboa em casa de familiares, depois inscrevi-me numa agência em Lisboa e eles é que me enviaram para a Póvoa de Santarém.

ENTREVISTADORA: Foi através de uma agência de trabalho, eles é que a enviaram para aqui?

ENTREVISTADA: Sim, sim.

ENTREVISTADORA: Portanto, foi uma ajuda?

ENTREVISTADA: Foi, foi, foram muito simpáticos.

ENTREVISTADORA: Portanto foram facilitadores deste trabalho?

ENTREVISTADA: Foram sim.

ENTREVISTADORA: O tratar dessas papeladas todas foi em Lisboa?

ENTREVISTADA: Sim, foi tudo em Lisboa. As papeladas para obter o cartão de residente é que tratei aqui.

ENTREVISTADORA: Cosma, de algumas destas dificuldades que possa ter sentido ou que sinta ainda, acha que o processo RVCC melhorou alguma coisa ou pode contribuir para melhorar a vossa integração, por um lado a vossa integração na nossa sociedade e por outro lado a aceitação por parte dos outros colegas que fazem parte da nossa sociedade, acha que o processo na área da cidadania teve algum contributo para esta integração ou já estava devidamente integrada? Acha que pode ter um outro papel mais activo no sentido de ajudar os imigrantes a se sentirem mais integrados em várias áreas, como se falou aqui?

ENTREVISTADA: É de louvar, acho que nos têm ajudado muito, não só aos imigrantes mas também aos nacionais, no processo de RVCC, porque nós devemos sempre lutar para mais, caso haja oportunidades de emprego com conhecimento adquirido a pessoa pode pôr em prática o mesmo conhecimento adquirido no RVCC, como também ajuda no nosso dia à dia.

ENTREVISTADORA: A Cosma, tem consciência de todos de todos os seus direitos como cidadã estrangeira residente no país, acha que o processo também poderia falar um pouco sobre essas coisas, acha que poderia haver mais alguma ajuda nesse sentido?

ENTREVISTADA: Imensa ajuda. Eu acho que o processo está mesmo em conta. Acho que poderia haver mais alguma ajuda. Os elementos que fazem parte de direcção, são

pessoas competentes nesta área e analisaram tudo mais. Podem integrar mais áreas no processo de RVCC ou manter.

ENTREVISTADORA: Portanto acha que o processo ajuda sobretudo a nível da educação, por facilitar o acesso a outros níveis de escolaridade?

ENTREVISTADA: Exactamente.

ENTREVISTADORA: E a nível cultural, a nível dos direitos que vocês têm, acha que está consciente disso tudo?

ENTREVISTADA: Sim, estou consciente disso tudo.

ENTREVISTADORA: Enfim, houve algum contributo do processo ou acha que poderia ter feito mais alguma coisa aqui?

ENTREVISTADA: Houve grande contributo. É de louvar o contributo.

ENTREVISTADORA: Portanto Cosma, acha que pode haver vantagens na integração desta perspectiva da interculturalidade nestes processos de educação e formação de adultos, ser trabalhada a vossa integração aqui?

ENTREVISTADA: Acho que há uma grande vantagem.

ENTREVISTADORA: Cosma, há mais algum assunto que queira referir relativamente à vossa integração aqui na sociedade, alguma coisa que queira partilhar em termos de dificuldades ou alguma coisa que possa ser facilitador da sua integração aqui na nossa sociedade?

ENTREVISTADA: Quanto à minha parte tive aquela sorte na integração, tive ajuda, apoio dos meus patrões que me ajudaram bastante, dos meus filhos também, quando os mandei vir eles também tiveram a oportunidade por causa do pai, o pai tem a nacionalidade Portuguesa e eles facilmente se integraram e tiveram documentos, os meus filhos têm documentos Portugueses.

ENTREVISTADORA: Têm dupla nacionalidade?

ENTREVISTADA: Sim, têm dupla nacionalidade.

ENTREVISTADORA: E foi facilitador?

ENTREVISTADA: Sim, foi.

ENTREVISTADORA: No seu caso foi um pouco mais complicado?

ENTREVISTADA: Sim, foi, um pouco mais complicado.

ENTREVISTADORA: Ok, Cosma, penso que está tudo, obrigada.

ENTREVISTA 03

ENTREVISTADORA: Marcelo, a sua nacionalidade é brasileira. Que idade tem?

ENTREVISTADO: Tenho 33 anos, faço 34 no final do ano.

ENTREVISTADORA: Reside em Santarém?

ENTREVISTADO: Sim.

ENTREVISTADORA: Está cá há quantos anos?

ENTREVISTADO: Agora em Dezembro faz dois anos.

ENTREVISTADORA: As suas habilitações literárias é um pouco complexo, tirou uma licenciatura no Brasil em Vitória e connosco fez o processo RVCC nível secundário, porquê?

ENTREVISTADO: Eu fiz o processo de RVCC numa tentativa de obter uma escolaridade, um diploma aqui em Portugal, já que as minhas habilitações não tinham validade, ainda não validei e também com o objectivo de me aproximar mais das pessoas, com certeza ajuda no meu processo de integração, né, as amizades os próprios formadores, enfim.

ENTREVISTADORA: Tem um duplo objectivo, por um lado conseguir um diploma válido cá e por outro a aproximação das pessoas. Quem tem uma licenciatura no Brasil, o pedido de equivalência é um processo complicado, para vocês que vêm de fora?

ENTREVISTADO: É, não sei o que dizer, eu já ouvi relatos, tem muitos brasileiros professores que estão trabalhando no ensino público e privado, mas eu acabei esbarrando em algumas barreiras e acabei me acomodando, enfim e também tenho de trabalhar, não posso estar aqui muito tempo sem receber dinheiro para me manter e acabei deixando o processo de pedido de equivalência que é moroso e caro. Tenho que levar adiante por agora.

ENTREVISTADORA: Trabalha no cinema?

ENTREVISTADO: Sim, sou assistente de cinema.

ENTREVISTADORA: Castello Lopes?

ENTREVISTADO: Sim.

ENTREVISTADORA: O seu estado civil, é casado?

ENTREVISTADO: Sim, vivo com a minha mulher.

ENTREVISTADORA: Marcelo que línguas fala, fala Português e mais alguma língua?

ENTREVISTADO: Sim, falo Português e Italiano, aprendi um pouco de Inglês, Francês e Espanhol também. O idioma que falaria com mais segurança seria o Italiano.

ENTREVISTADORA: Marcelo, quais são os seus principais interesses, os seus tempos livres, o que gosta de fazer, mesmo que não faça actualmente?

ENTREVISTADO: Bom, eu não tenho tido muito tempo livre, claro que o que eu tenho acabo gozando com algumas pessoas que têm vindo para cá. Em Junho veio o meu padrinho de casamento, agora veio o meu sogro de novo. Tenho tentado conhecer mais um pouco do país com eles, Já fui a Madrid com o meu padrinho de casamento, com os meus sogros fui à Batalha a Fátima, levei-os à Serra da Arrábida, que era um local que eu tinha conhecido. Quero ver se vou ao Algarve quero ver se vou ao norte que eu não conheço ainda. Em geral é o que gosto de fazer esporte que no caso seria corrida, ontem fui até surfar a Peniche. É que eu comprei um carro nestes últimos meses.

ENTREVISTADORA: Pois, já lhe dá mais mobilidade.

ENTREVISTADO: Verdade, gosto de ler também, mas gosto de fazer algum esporte ou ler e de estar com os amigos também.

ENTREVISTADORA: Marcelo, a sua situação legal como está?

ENTREVISTADO: Com relação a isso não posso reclamar, até porque judicialmente sou Português, tenho a nacionalidade, vim para cá e retornei no caso da Europa porque tinha a questão da documentação. Já havia passado por uma situação de estar ilegal, que não é uma coisa boa, eu não desejo isso ao meu pior inimigo. Não tive dificuldade. Quando estive na Itália tive de mudar de emprego, fui enganado, alguns locais que eu trabalhei. Tive foi alguma dificuldade em regularizar a minha esposa.

ENTREVISTADORA: Vieram ao mesmo tempo?

ENTREVISTADO: Sim, viemos juntos. O meu B.I. saiu em Junho no Brasil em Agosto já távamos casando, porque era até final de 2009 nós viríamos para cá.

ENTREVISTADORA: Como foi tratado a sua nacionalidade?

ENTREVISTADO: Foi um processo caro, acabei gastando mais ou menos uns três mil reais, mil e poucos euros, tinha de estar sempre me deslocando, da minha cidade para outra, porque na minha não tinha consulado Português só nas capitais vizinhas, aí tínhamos de viajar 3 ou 4 horas, algumas viagens eu fiz assim no extremo, saindo do trabalho meia noite às vezes dormia duas a três horas acordava no meio da madrugada para ir aí para voltar ainda à tarde para poder trabalhar foram bem malucas assim e mas, enfim, foi até um processo muito rápido.

ENTREVISTADORA: Poderia ser mais fácil?

ENTREVISTADO: Por exemplo na questão da cidadania, né, quando eu vi regularizada, se não saísse não viria, eu me concentraria no Brasil, é o meu país e eu gosto e tudo, claro tentaria fazer uma pós graduação.

ENTREVISTADORA: Na Europa?

ENTREVISTADO: Não lá mesmo, claro que se tivesse uma bolsa, tenho muitos colegas meus que estudam em Tomar.

ENTREVISTADORA: Em Tomar?

ENTREVISTADO: É. Eu que acabo fazendo um caminho sempre mais difícil. É que eu acabo escolhendo para mim e às vezes não fico tentando depender de ninguém, coloco aquilo e acabo fazendo.

Mas foi rápido em menos de um ano eu me ter tornado num cidadão Português, com passaporte, B.I., e até certidão de nascimento tenho, Portuguesa.

Mas o processo da minha mãe foi mais demorado, demorou para aí dois anos e meio a três anos, teve de começar o processo por ela, ela se tornar Portuguesa, para aí eu e o meu irmão podermos tornar Portugueses também. Mas não, no meu caso foi rápido, um ano consegui tudo isso, claro que gastei um certo dinheiro.

ENTREVISTADORA: O dela é que já foi mais complicado?

ENTREVISTADO: Sim, foi, iniciar o processo até abrir tudo, verem que ela tinha direito, claro como ela já era casada teve de pegar os documentos do meu pai, certidão de nascimento, certidão de casamento, aí pega isso nos cartório aí gasta-se um bom dinheiro nisso, aí mais um carimbo aqui mais um carimbo ali, gasta-se um bom dinheiro, mas no fim o meu foi rápido, comecei a meio do ano de dois mil e oito e antes do meio do ano de dois mil e nove já estava com o meu B.I. e passaporte na mão.

ENTREVISTADORA: Marcelo acha que o processo de RVCC correspondeu às suas expectativas, se calhar é bem diferente do que poderia estar à espera?

ENTREVISTADO: Essa era uma pergunta que imaginei que você ia fazer. Claro que talvez esperava que taria aprendendo orrores, né, e que no dia depois ia estar de diploma na mão, que a minha vida ia mudar completamente. Mas também eu me acomodei, mas acho que foi bastante positivo e particularmente não tenho nenhuma reclamação a fazer do processo, até como lhe disse só o facto de estar convivendo com outras pessoas com uma realidade de cada um, até mesmo estar ali com os formadores. E porque eu trabalhei num tipo de escola lá no Brasil que faziam algo semelhante com o que vocês fazem. O que agente chama lá no Brasil de supletivo, para aquelas pessoas que não tinham feito os primeiros ciclos, principalmente o secundário que era a área que eu trabalhava. O que aí ao invés de fazerem o secundário em três anos, que é o normal no Brasil, as pessoas às vezes faziam em um ano ou um ano e meio.

ENTREVISTADORA: Também reconheciam competências?

ENTREVISTADO: Era uma escola particular, é um tipo de escola que sofre um certo preconceito lá no Brasil, sofre não, são consideradas algumas melhores, mas no supletivo tem muito preconceito, ah tá ocupada. É um pouco o que as pessoas também questionavam vocês e eu via que vocês se sentiam mal e tentavam justificar que não era bem assim, eram essas as dificuldades. Não digo tanto eu, porque até pela minha postura, todo o pessoal sentia que eu era muito profissional, digamos

assim. Era um pouco o que essa escola em que eu trabalhava sofria em alguns aspectos. Tinha algumas práticas duvidosas, eles por vezes facilitavam. Mas, enfim, eu achei interessante porque até comparando este processo aqui com o que nós tínhamos lá, nós administrávamos matéria, no meu caso, história, mas claro a um tempo reduzido, enfim.

ENTREVISTADORA: Mais próximo do nosso ensino recorrente.

ENTREVISTADO: É, eu acredito que haja aqui algum tipo de ensino dessa forma aqui e era tudo reduzido para fazer com que a pessoa faça mais rápido o processo e o público eram pessoas que trabalhavam, eu geralmente dava aulas para pessoas bem mais velhas do que eu nesse tipo de escola, né?

ENTREVISTADORA: Mas não houve nenhuma mudança propriamente com a frequência do processo?

ENTREVISTADO: É, poderia dizer que não, mas eu sou um cara, assim como olho muito para os outros em alguns aspectos, eu também olho muito para mim e vejo que eu também estou muito acomodado, né? E que até vou dizer pelo menos quando eu estava fazendo o processo eu tava ocupado com o trabalho e com o processo. Agora por exemplo eu só me ocupo com o trabalho. Não sei, estou bem parado, tou meio chateado comigo mesmo e não culparia o processo. Porque, claro, talvez eu fosse atrás e enfim daqui a pouco o próprio diploma poderia me ajudar né nisso, mas como eu não tenho ido atrás eu não posso nem dizer que a culpa é só do diploma ou só do processo, né?

ENTREVISTADORA: Marcelo, sente-se integrado aqui na nossa sociedade?

ENTREVISTADO: Sim, sinto.

ENTREVISTADORA: Completamente, ou há aspectos...

ENTREVISTADO: Não sei nem que dizer, esta mesma semana mesmo eu estava falando para a minha esposa que às vezes eu tenho tido muitos pensamentos ou sentimentos sobre Portugal e os portugueses, com relação a preconceito e tudo. Sempre existe algumas pessoas, claro que a gente sempre sofre um pouco, sempre aparece um ou outro que quer estragar a coisa, mas a maioria das pessoas de uma forma geral não, tento ser o mais educado possível, né? E, por mais que eu tenha sotaque brasileiro, às vezes não é aquele brasileiro típico a que eles estão habituados e às vezes as pessoas respondem de uma maneira muito positiva, no primeiro ou segundo dia que estava no cinema uma pessoa disse para mim, ah, "tem o mesmo apelido que o meu, deve ser um primo", então, às vezes dão sempre gorjetas e tudo, sem motivo nenhum, só pelo tratamento.

Nos últimos tempos tenho ouvido muitas coisas e acho que Portugal está passando por essa situação devido aos próprios portugueses, o pouco que eu conheço da Europa, eu vejo que Portugal, Espanha e Itália é muito semelhante à América Latina, à América do Sul, entende e claro só não é a América do Sul porque tem mais história e tá colado à Europa. Porque senão eu vejo muitos problemas, principalmente eu via os problemas do Brasil, porque diziam que o Brasileiro era vagabundo, não tinha educação, enfim, né. Mas vou lhe dizer que quando cheguei na Itália e mesmo aqui

em Portugal, vejo que o Brasil é um país que trabalha muito, apesar de se falar no samba, na caipirinha, nas mulatas, etc., o Brasileiro em termos gerais trabalha muito, e principalmente comparado com o europeu.

ENTREVISTADORA: Também foi uma forma de descobrir o seu país?

ENTREVISTADO: Foi, foi, foi, quando fui para Itália percebi isso e até brinco com um exemplo, como o que, por exemplo na minha vida precisava de lavar roupa, no Brasil por mais que more num apartamento de luxo, tem uma área de lavagens.

ENTREVISTADORA: Aqui também há alguns que têm.

ENTREVISTADO: No Brasil do mais rico ao mais pobre todo o mundo tem um tanque para lavar a roupa em casa. Claro que o rico não precisa de lavar a roupa, tem empregado, tem máquinas de lavar e o tanque, sabe no tanque tira um pouco a sujidade para depois colocar na máquina. Eu aqui não existe tanque “eu a brincando digo: aqui não existem tanques” só máquina de lavar. Mas eu acho que isso se deve muito até, pode não estar completamente certo mas também não está completamente errado, é que na Europa depois da segunda guerra mundial, no geral se estabeleceu um estado de bem estar social, como se diria. E que têm uma série de benefícios, as pessoas têm muito apoio/ajuda, diferente do que tem no Brasil e acredito nos restantes países da América Latina. Lá tem que ganhar todos os dias, tem que matar o leão todos os dias e aqui as coisas até há algum tempo atrás eram muito mais fáceis, Subsídio daqui, subsídio dali, ajuda aqui ajuda ali, sabe, as pessoas só não atingem o que quer se realmente não quiser. Já lá tem muita dificuldade, não é só a pessoa querer.

ENTREVISTADORA: Falta de apoios sociais?

ENTREVISTADO: É que até nos últimos anos se estabeleceu muito, sabe, até se critica muito o governo Brasileiro por causa disso, até as pessoas mais ricas criticam, ah ficam dando isto e aquilo para os pobres e não sei quê. Não adianta pegar e dar às pessoas, tem que ajudar a pescar, como eles dizem, né. Que não adianta ficar só dando, no fim quem beneficia são os vagabundos e os encostados. E que aqui tem mais eu não sei, porque aqui também havia e ninguém via mal nisso, então.

ENTREVISTADORA: Sim, aqui há o RSI, que muito criticam.

ENTREVISTADO: Em Portugal tem-se perdido muita coisa agora por causa da questão da crise.

ENTREVISTADORA: Marcelo, quando chegou a Portugal, vindo do Brasil, com a nacionalidade, já com tudo tratado, quais foram as principais dificuldades na integração?

ENTREVISTADO: Até tou me lembrando, já tinha um amigo meu que estava aqui em Portugal.

ENTREVISTADORA: Já tinha alguma referência, brasileiro?

ENTREVISTADO: É, sim, brasileiro, não estava na mesma situação que eu, ele já estava aqui há dois anos, mas ainda estava batalhando para obter a cartão de

residente dele. Mas enfim, ele estava num restaurante e precisavam de gente para trabalhar tanto que eu cheguei numa quarta ou quinta-feira e no outro dia já estava trabalhando. Então, as dificuldades que tive na Itália, aqui não tive aqui nenhuma. A língua nos aproxima claro que havia diferenças, por exemplo na escrita. Quando li o primeiro livro de português de Portugal, eu demorei algum tempo a entender o que era o rebuçado. Por exemplo, no livro falava sobre a Segunda Guerra Mundial.

ENTREVISTADORA: Como é que vocês dizem?

ENTREVISTADO: Lá é bala. Assim como tem a bala para atirar, vocês dizem bala é para atirar. Mas a questão da acentuação é completamente diferente.

ENTREVISTADORA: Teve esta dificuldade no processo?

ENTREVISTADO: Nem tanto, que eu já estava um pouco habituado, já tinha lido alguns livros e já tinha percebido onde estavam as diferenças. Aí quase não tive, né?

ENTREVISTADORA: Qual foi a principal dificuldade que teve no processo?

ENTREVISTADO: Sou chato para escrever. Poderia ter feito um trabalho talvez muito mais exaustivo, mais completo, mas aquela minha minúcia, aquilo, que não é pouco obviamente, mas eu sabia que poderia ter sido mais, mas não foi talvez por causa dessa chatice minha e claro por tar trabalhando, talvez se eu tivesse mais tranquilo, poderia ter sido, ter fluído mais rápido e então sem dor, não que tenha sido dolorido, claro que não foi, mas às vezes para escrever um parágrafo passava a manhã inteira, sendo que as coisas estavam na cabeça. Queria fazer, mas queria encaixar a frase. Queria fazer com que combinassem, fazer com que alguns aspectos fosse até poético. Então, isso foi o mais difícil.

ENTREVISTADORA: Transcrever para o papel?

ENTREVISTADO: Sim, sim. Foi muito gostoso até por lembrar algumas situações. Eu até quando escrevo tenho as minhas ideias, sempre muito autobiográfico. Então, escrever uma biografia, era um desafio que eu queria encarar e por isso, também queria fazer as coisas direitinhas.

ENTREVISTADORA: Retomando o tema sobre a sua chegada cá, não teve dificuldades de maior?

ENTREVISTADO: Dificuldade foi a questão da regularização da minha esposa, porque eu já tinha enviado no Brasil para o Consulado português, onde tinha feito a minha cidadania. Para poder chegar até aqui e eu já estar casado, né? E, no final, quando cheguei estava meio enrolado. O Consulado voltou a fazer uma coisinha. Ainda vocês aqui não encontravam os papéis, eu estava como solteiro ainda e eu não tinha mais como. Aí a moça da Conservatória aqui de Santarém me deu o número da Conservatória Geral de Lisboa, aí eu liguei e uma rapariga me atendeu e ela me disse “ah não? O Consulado não fez? Mas eu faço aqui para si” e ela disse que o pessoal da Conservatória de Santarém poderia ter feito, entende, mas enfim e foi um pouco de chatice. As idas ao SEF, ali tem um segurança que ele está ali há muito tempo e conseguiria direccionar e resolver os casos. Também não culpo ele completamente,

mas enfim. Eu já era cidadão português, só estava tentando regularizar a minha esposa.

ENTREVISTADORA: Portanto, dificuldades a nível burocrático em relação a ela.

Marcelo, acha que estava informado sobre os seus direitos? Acha que o processo de RVCC os pode ajudar a conhecer os vossos direitos? Acha que o processo de RVCC os pode ajudar de alguma forma?

ENTREVISTADO: Eu, como estava numa situação mais confortável, acredito que o processo não me ajudou muito nisso na questão da minha regularização. Mas eu acredito que eu não vim tão informado na questão dos meus direitos, até hoje não sei 1/3 como cidadão português sobre os meus direitos. Tanto que eu vou dizer talvez acabe por ter um pouco mais de dificuldade até por causa disso.

Em relação ao processo de RVCC, dependendo de cada caso e de cada situação, a pessoa vindo ter convosco, vocês não negariam ajuda ou dentro daquilo que conhecessem, tentariam ajudar. Claro que o processo em si, acredito que não ajuda muito. Não sei, fico um pouco em cima do muro, dizer que sim e que não, depende.

ENTREVISTADORA: Ao nível da Cidadania, se calhar poderia haver aqui um contributo, falar sobre o direito dos cidadãos portugueses.

ENTREVISTADO: É sim, ou talvez aquelas questões ligadas ao SEF porque sempre tem, como é que eu posso dizer, muitos detalhes, muitas coisinhas, porque só quem passa por aquilo acaba conhecendo.

ENTREVISTADORA: Ou convidar alguém do SEF para vir falar sobre essas questões.

ENTREVISTADO: Isso seria ótimo. Alguém mais especializado e com conhecimentos maiores nessa área relacionado ao SEF que é o órgão que aqui regulariza e que trata disso.

ENTREVISTADORA: Responder a questões...

ENTREVISTADO: Com certeza, isso seria algo que ajudaria bastante. Bom, eu acho que quem acaba passando por esse processo, acaba conhecendo uma boa parte de todos esses procedimentos, né?

ENTREVISTADORA: Quem chega aqui, à partida, tem a sua situação completamente regularizada, portanto, não sei até que ponto ainda vale a pena.

ENTREVISTADO: É claro, para quem já passou por isso, não é que vá conhecer completamente o SEF e todas as leis e etc., mas sempre vai conhecendo um bocadinho. Cada um tem a sua história, tem gente que consegue com uma facilidade tremenda também. Eu também não posso reclamar muito porque depois de tanto insistir aconteceu. A minha esposa pagou € 7,00 para ter um documento que eu paguei mil e tal para ter.

ENTREVISTADORA: Portanto, Marcelo, na sua perspectiva, acha que há alguma vantagem de haver uma abordagem sobre estas questões da interculturalidade para

facilitar a integração quer a nível de valores, quer a nível de princípios, costumes, de direitos...

ENTREVISTADO: Eu acho que ajuda, porque, até pela própria convivência e é claro por outros aspectos que são valorizados e lógico, isso é importante. Portugal, enfim, é uma sociedade com séculos multicultural devido aos contactos que teve no período dos Descobrimentos. Até pela língua, do português. Tem alguns historiadores clássicos no Brasil que pensam que só os portugueses poderiam ter feito o Brasil. Há gente que está um pouco habituada ao negro, à questão da escravidão, até pelo contacto com os Índios e formou aquilo que hoje é o Brasil, que é uma sociedade multicultural. Eu acho que isso é importante. Muitas pessoas, às vezes, não gostam muito desses contactos, dessa coisa multicultural, mas eu acho que é importante. Tem muitos que acham que essas influências estrangeiras acabam fazendo por se perder o que de melhor havia do nativo. Eu acho que não, até porque em alguns aspectos eles fazem forçar aquilo que o nativo tinha de melhor.

ENTREVISTADORA: Também acaba por ser um preconceito.

ENTREVISTADO: É, sabe, tem tem. É difícil, mas eu acredito que acaba ajudando. Sim na questão da integração pela própria vivência, por valorizar.

ENTREVISTADORA: Até o estabelecimento das redes sociais, não é? Por vezes, acaba por se criar outros relacionamentos. De outra forma, não seria possível estabelecer tão rapidamente.

ENTREVISTADO: Correcto, correcto.

ENTREVISTADORA: Em relação por exemplo aos direitos do trabalhador, acha que vocês que vêm de fora têm noção dos vossos direitos enquanto trabalhadores aqui?

ENTREVISTADO: Muitas coisas são semelhantes, mas obviamente noutras são bem diferentes. Por exemplo o que se passa aqui em Portugal e acredito no resto da Europa, por exemplo a questão dos contratos de tempo em tempo e depois se renova, isso é uma coisa que eles quiseram implementar no Brasil há uma década atrás e isso na época era considerado flexibilização das leis trabalhistas, porque as nossas leis são lá da época do Gertúlio Vargas, década de 30 a 40. Muitas dessas leis são antigas e eles queriam implementar essas leis mas o sindicato acabou não se aprovando, né?

ENTREVISTADORA: Ainda resistem?

ENTREVISTADO: É, resistiu. Eu acho que essa flexibilização que há aqui acaba desprotegendo os trabalhadores, pelo menos comparando com o que nós tínhamos lá, né.

ENTREVISTADORA: E a tendência é continuar a flexibilizar.

ENTREVISTADO: Mas a gente não sabe, não dá para dizer que sabe, entende Dr^a. Helena? É complicado, a gente vai aprendendo, tem que ir atrás, tem que informar, por exemplo, foi como disse atrás não sei 1/3 dos meus direitos como cidadão português.

ENTREVISTADORA: Acha importante também organizar um *workshop* sobre essas temáticas para ficarem mais esclarecidos?

ENTREVISTADO: Sim, acho que seria uma mais-valia, inclusive, até para os próprios portugueses. No final, a gente não conhece tudo. A gente vive no mundo que conhecemos um bocadinho de cada coisa. Por mais letrado, por mais educada que seja uma pessoa. Por vezes não sabe coisas básicas do dia-a-dia. Então, que fazer? Até nas questões das novas tecnologias. Algo que para um miúdo de 6 anos é fácil, mas por vezes até para mim é difícil. Eu fui aprender mesmo a mexer no *powerpoint* a fazer os *powerpoints* aqui para vocês e já utilizava os *powerpoints* em algumas aulas lá no Brasil, mas era a minha esposa que fazia, eu ficava só ao lado dela. Eu fiquei mesmo precisando. Eu me julgo um antigo.

ENTREVISTADORA: O processo também ajudou nesse aspecto?

ENTREVISTADO: Ajudou com certeza, com certeza.

ENTREVISTADORA: Marcelo, há mais algum assunto que gostaria de falar relativamente à vossa integração e à interligação com o processo de RVCC, que forma é que poderia ajudar a população estrangeira que nos chega e nos vai chegando cada vez mais?

ENTREVISTADO: Eu vou dizer que acho que é positivo todo o processo, todo aquele período que eu vivi foi bastante positivo. Não é que mudou, eu também tenho de ir atrás, eu é que tenho de procurar.

ENTREVISTADORA: Mas tem novas perspectivas de mudança?

ENTREVISTADO: É, estou com algumas ideias. Estou um pouco chateado comigo porque gostaria de ter feito pesquisas de mercado e até conhecer alguns aspectos sobre a economia, enfim é como se fosse fazer um raio x do país, entende? E isso eu não fiz ainda, né? Eu já estou há alguns meses para fazer e não fiz ainda e o ano está passando. Enfim, estou com algumas ideias que gostaria de levar adiante. Espero levá-las adiante. Foi como lhe disse estou cansado de enriquecer os outros, né? Eu sei que tenho capacidades, sei que mereço, até pela pessoa que sou. Numa situação até mais confortável, melhor, claro que sei que daqui a pouco, eu montando um negócio próprio vou ter que trabalhar mais que trabalho ali, mas enfim, saber que é para mim, saber que tudo depende de mim, é complicado.

ENTREVISTADORA: O diploma com o 12º ano português, também eventualmente possa ajudar. Apesar da licenciatura ainda não estar regularizada.

ENTREVISTADO: Outro dia encontrei a Drª. Helena Nogueira no caminho, aqui próximo e ela falou “ah vá falar com a Drª. Filipa Martinho”, no mesmo dia falei com ela e ela mostrou-me uma grelha com uns cursos e então senão tivesse feito este processo não tivesse contactado com vocês, sabe, nunca iria ter esta oportunidade. Por isso, eu acho que para mim foi uma mais-valia e vejo como uma coisa muito positiva. O próprio facto de ter conhecido a Margarida numa Tarde de Emprego, entende? Aquilo já foi importante ir ali. Então, eu vejo uma coisa muito positiva e acho que ajuda no processo de integração, né? É claro que depende muito do ponto de vista de cada um, né?

ENTREVISTADORA: E das necessidades de cada um.

ENTREVISTADO: E até olhando no que pode estar na cabecinha de alguns conterrâneos meus, e que têm aquela cabeça de que eles vêm para cá e só querem dinheiro e viver no grupo deles como se estivessem ainda no Brasil. Talvez alguns dissessem – não serve para nada, não sei quê – mas isso tem a ver com a perspectiva de cada um. Eu acho que é muito importante na minha opinião. Mas tem aqueles que são muito imediatistas e vêm para cá com outros objectivos, né? Só pelo dinheiro, “ah quero ficar aqui 5 ou 6 anos e voltar para lá, montar o meu negócio” e às vezes não é bem assim, tanto que o pessoal até está voltando.

ENTREVISTADORA: E o Marcelo gostava de ficar por cá? Tem alguma ideia?

ENTREVISTADO: O futuro ainda é um pouco incerto. Ainda esta semana a minha esposa apesar de tudo, disse que gostaria de ficar aqui, me sinto bem aqui e eu não é que me sinta mal aqui. Mas, tem uns primos dela que estão já há uns 6 anos na Escócia e a mãe dela sempre pica a gente a dizer “Vão para lá que lá vão ganhar dinheiro de verdade”, não sei quê tananã, tananã, mas eu não sei, seria bom até para mim aprender inglês que acho que é um grande falhanço meu não saber inglês. A cultura que eu já tenho, deveria falar melhor do que eu já sei. Não sei ainda, a minha mulher vai ter duas semanas de férias em Setembro e vai com a mãe dela visitar esses primos, vai ficar uma semana lá. É para ver se dá. Depende do que acontecer, há um plano B. Porque eles dizem “temos imenso espaço na nossa casa, vocês podem ficar no início aqui com a gente. Trabalho a gente arranja”, eles trabalham todos na restauração. Eu não que tenha alguma coisa contra a restauração, eu até trabalhei aqui no início aqui na restauração.

ENTREVISTADORA: Não era por aí?

ENTREVISTADO: Só se fosse para abrir o meu negócio, aí teria mais prazer. Claro, eu também se precisa, né, não vou ficar preso a esse escrúpulo. Se tiver que ser vai ser.

ENTREVISTADORA: Está tudo em aberto.

ENTREVISTADO: Claro que sim. Gostaria de ficar aqui. Gosto do país, sou um cidadão nacional, já tenho algumas amizades, sabe, então, enfim, porque vejo oportunidades aqui também, há, há, é uma questão de saber procurar, né? De ver, de perceber onde está.

Mas, está meio aberto, até porque comprei carro agora, estou querendo comprar um ou outro electrodoméstico, uma outra coisa, mas tenho que me segurar porque sei lá daqui a pouco vou para a Escócia, o carro se vende rapidinho, mas daqui a pouco mais uma televisão, um *home theater*, né, não vendo né?

ENTREVISTADORA: É preferível definir primeiro o que se vai passar.

ENTREVISTADO: Sim, é. Mas enfim, já consegui o primeiro objectivo que era o carro; o segundo era uma casa, vamos ver, quem sabe daqui a um tempo, até mesmo se conseguir montar um negócio, quem sabe eu posso.

ENTREVISTADORA: Tem assim alguma área de preferência?

ENTREVISTADO: Aí uma das áreas seria ou a parte de restauração, o café ou a partir de franquias, de *franchising*, esse seria um processo mais caro que eu chamo mais megalomaniaco.

ENTREVISTADORA: Pois é um pouco mais, algumas coisas são mais garantidas. Eles fazem estudos de mercado muito precisos, mas em termos de custo, é muito mais complicado.

ENTREVISTADO: Se fosse por esse caminho, tinha que ser numa grande superfície, não seria em Santarém, seria, sei lá. Seria uma marca brasileira, a Mormai. Eles têm loja em França, Espanha, na Itália.

ENTREVISTADORA: E não têm cá?

ENTREVISTADO: E não tem cá, para não dizer, eu fui ao *Freeport* na segunda-feira e na loja da ... não era na Timberland...

ENTREVISTADORA: Encontrou algumas coisas da marca? Não há representante?

ENTREVISTADO: Sim, sim, tem uma óptica que tem alguns óculos deles, porque eles fazem de tudo, hoje o mercado do surf não é só para os surfistas, tem um gravador que pode levar para dentro de água, tem o MP3, é um mercado que ganha muito dinheiro, eu trabalhei nas minhas férias de verão numa loja de um franquizado, o meu irmão trabalhou sete ou oito anos nessa marca e vende muito não só no Brasil, mas pelo mundo todo, inclusive aqui em Portugal.

ENTREVISTADORA: Aqui em Santarém é que não.

ENTREVISTADO: Não, no litoral, Ericeira, Costa da Caparica talvez, Peniche onde há uma etapa do circuito mundial de surf ou numa grande superfície como o Vasco da Gama, que tem de tudo o ano inteiro.

ENTREVISTADORA: Portanto só em Lisboa ou mais perto do litoral, ou mesmo na linha, Carcavelos, Cascais, por aí?

ENTREVISTADO: Sim, era o que eu tinha pensado, eu precisaria de uns quinhentos mil euros, para fazer um negócio desses, uma parte do dinheiro eu até teria, a minha mãe tem um terreno lá no Brasil que deve valer quase um milhão de euros. A minha sogra tem uma quinta que é no interior do Brasil que ela está querendo se desfazer, e ela falou que uma parte do dinheiro ela poderia emprestar ou dar, né, seria para aí uns cem mil euros o restante eu poderia ir ao crédito, também tenho os meus direitos como cidadão Português, além que quando eu conversei com a Dr^a Filipa Martins ela falou que já se fez disso até ter havido a questão da crise, o próprio Instituto de Emprego e Formação, principalmente para desempregados.

ENTREVISTADORA: Para desempregados, por enquanto continua a haver.

ENTREVISTADO: Ela tinha falado nisso.

ENTREVISTADORA: Mas há outras formas de financiamento, através do QREN, do Nersant e há outras coisas.

ENTREVISTADO: Muita coisa que eu desconheço. Mas eu então na questão da restauração, além de que na restauração a ideia que tínhamos eu e a minha esposa, aí era se fossemos para a Escócia, aí faríamos um restaurante digamos Luso-Brasileiro, alguns pratos que a gente vê que são muito típicos e são muito bons.

ENTREVISTADORA: Juntavam os dois, comida tradicional Portuguesa e Brasileira.

ENTREVISTADO: Sim, é tem aqui na carta bacalhau com natas ou outra coisa dessas talvez, bem um colega meu que trabalha no cinema e mora comigo, moramos nós os três na casa e ele gosta de cozinhar e tudo e aí talvez ele fosse connosco, colocávamos ele como chefe, como cozinheiro, não que ele seja especialista nisso, mas enfim obviamente conhece os pratos típicos daqui e aí tentar pegar um pouco desse nicho e talvez aí nós e mais esses primos dela, talvez eles já tenham algum dinheiro e com a experiência que eles têm lá e talvez era minha intenção era que eles mantivessem os empregos deles e agente ia tocando ali, eles dariam mais esse apoio do conhecimento local, etc., porque é uma coisa que eu vejo que acho que correria bem, fazendo um restaurantezinho com uma boa comida um preço razoável e se trabalhando claro que não ficaria rico do dia para a noite, mas daria para se manter e seria uma boa experiência, e até porque tem uma coisa eu gosto de cozinhar, gosto desse ambiente, claro que não tenho experiência nisso né, já teria um pouco de dificuldade no idioma, mas minha intenção era se fosse para a restauração, até outro dia vi e cheguei a ter, algumas ideias boas, mas é que está tudo no campo das ideias, entende, Dr^a Helena, foi ali no próprio café das Portas do Sol, aquilo lá está fechado, mas a licitação foi até ao final da semana passada.

ENTREVISTADORA: Já terminou?

ENTREVISTADO: Terminou e eu até conheço a rapaz do restaurante das Portas do Sol, o Nuno, que me falou, vai lá cara, então se informa.

ENTREVISTADORA: Ainda não sabem quem ganhou o concurso?

ENTREVISTADO: Ainda não, mas é bem provável que seja o ElGalego.

ENTREVISTADORA: Está a ganhar tudo, já criticam, já falam muito.

ENTREVISTADO: É eu não sei o que dizem, é assim quem sou ele para falar mal dele, o cara está trabalhando, não conheço mas alguns questionam um pouco em relação ao início dele. Eu não sei de nada, quem sou eu para falar. O cara tem dinheiro, tem vontade, quer abrir, vai dar emprego a pessoas.

ENTREVISTADORA: Ok, Marcelo acabou a entrevista, obrigada.

Análise de Conteúdo

Entrevistas

Análise de Conteúdo

Entrevistas

Tema: Frequência do processo de RVCC

Categoria: Motivação inicial para o processo

Não, eu sempre tive vontade de terminar o 12º, sempre tive vontade de cursar direito. O RVCC, o curso EFA não tem nada a ver com a escola, isso é totalmente diferente, que ajuda mas não te prepara para aquilo, pronto mas é abrindo caminho. (anexo II, E01)

Eu tentei um currículo normal na Secundária, mas nem a Secundária estava preparada para aquilo, não tinha professores, é por módulos, é uma coisa meio complicada. (anexo II, E01)

Era o 7º ano. Então, eu optei pelo RVCC, achei que era mais fácil. (anexo II, E01)

Eu inscrevi-me porque sempre foi uma das preocupações minhas fazer o 12º ano, oportunidade que não tinha no meu país e por razões várias e também procurei encontrar-me na altura um pouco vazia. (anexo III, E02)

Sim, sim, e também quis desenvolver o meu conhecimento com este processo e desenvolver a memória, que algumas coisas estavam um pouco esquecidas. (anexo III, E02)

Eu fiz o processo de RVCC numa tentativa de obter uma escolaridade, um diploma aqui em Portugal, já que as minhas habilitações não tinham validade, ainda não validei e também com o objectivo de me aproximar mais das pessoas, com certeza ajuda no meu processo de integração, né, as amigas os próprios formadores, enfim. (anexo IV, E03)

Categoria: Expectativas

Pensei que ia aprender, com professor e não é isso e o EFA também não. (anexo II, E01)

Mas não foi mau. (anexo II, E01)

Sim, correspondeu às minhas expectativas, me ajudou bastante, fez recordar tudo o que vivi no passado, me ajudou bastante. (anexo II, E01)

Essa era uma pergunta que imaginei que você ia fazer. Claro que talvez esperava que teria aprendendo orrores, né, e que no dia depois ia estar de diploma na mão, que a minha vida ia mudar completamente. Mas também eu me acomodei, mas acho que foi bastante positivo e particularmente não tenho nenhuma reclamação a fazer do processo, até como lhe disse só o facto de estar convivendo com outras pessoas com uma realidade de cada um, até mesmo estar ali com os formadores. E porque eu trabalhei num tipo de escola lá no Brasil que faziam algo semelhante com o que vocês fazem. O que agente chama lá no Brasil de supletivo, para aquelas pessoas que não tinham feito os primeiros ciclos, principalmente o secundário que era a área que eu trabalhava. O que aí ao invés de fazerem o secundário em três anos, que é o normal no Brasil, as pessoas às vezes faziam em um ano ou um ano e meio. (anexo IV, E03)

Categoria: Dificuldades

Gostei, dizem que é fácil. Falar de nós nunca é fácil. É muito complicado falar da minha vida. (anexo II, E01)

Sou chato para escrever. Poderia ter feito um trabalho talvez muito mais exaustivo, mais completo, mas aquela minha minúcia, aquilo, que não é pouco obviamente, mas eu sabia que poderia ter sido mais, mas não foi talvez por causa dessa chatice minha e claro por tar trabalhando, talvez se eu tivesse mais tranquilo, poderia ter sido, ter fluído mais rápido e então sem dor, não que tenha sido dolorido, claro que não foi, mas às vezes para escrever um parágrafo passava a manhã inteira, sendo que as coisas estavam na cabeça. Queria fazer, mas queria encaixar a frase. Queria fazer com que combinassem, fazer com que alguns aspectos fosse até poético. Então, isso foi o mais difícil. (anexo IV, E03)

Tema: Impacto do RVCC

Categoria: Mudanças

Agora estou a completar pelo EFA o 12º ano. Fiz o 9º aqui no ISLA de Santarém e agora estou completando o 12º ano do curso EFA na Secundária, termino agora em Dezembro. (anexo II, E01)

Por acaso estou a completar agora também um curso de Vigilante que acaba dia 9. (anexo II, E01)

Sim, estou a tirar o curso de Vigilante, nem é aqui para Portugal, na construção civil ganho mais. Então, eu estou tirando o curso para exercer no Brasil, a Secretaria de Estado que trabalha na área da segurança prisional, este tipo de curso de 25, 80 horas, para tentar uma contratação no Brasil. (anexo II, E01)

E mesmo o de Vigilante, sem o 9º ano também não podia fazer. (anexo II, E01)

Foi bom, foi bom. Aprendi muitas coisas, sobretudo no caso da Cidadania. Aprende-se sempre alguma coisa. (anexo II, E01)

É assim, não tenho aquela vontade de voltar já não. Depois sim, porque tenho lá umas pessoas que me podem ajudar, disseram para tirar uns cursos e depois tem muito por onde escolher. Isso me incentivou. (anexo II, E01)

Sim, houve uma grande mudança na minha vida e para mais no meu país eu já lá fui e fui muito elogiada por muitas pessoas. (anexo III, E02)

Sim, sobretudo no ministério da educação do qual eu fazia parte. (anexo III, E02)

Sim, eles ficaram muito satisfeitos e felizes comigo, até me encorajaram para continuar e foi bastante bom obter reconhecimento no meu país. (anexo III, E02)

É, poderia dizer que não, mas eu sou um cara, assim como olho muito para os outros em alguns aspectos, eu também olho muito para mim e vejo que eu também estou muito acomodado, né? E que até vou dizer pelo menos quando eu estava fazendo o processo eu tava ocupado com o trabalho e com o processo. Agora por exemplo eu só me ocupo com o trabalho. Não sei, estou bem parado, tou meio chateado comigo mesmo e não culparia o processo. Porque, claro, talvez eu fosse atrás e enfim daqui a pouco o próprio diploma

poderia me ajudar né nisso, mas como eu não tenho ido atrás eu não posso nem dizer que a culpa é só do diploma ou só do processo, né? (anexo IV, E03)

Eu vou dizer que acho que é positivo todo o processo, todo aquele período que eu vivi foi bastante positivo. Não é que mudou, eu também tenho de ir atrás, eu é que tenho de procurar. (anexo IV, E03)

É, estou com algumas ideias. Estou um pouco chateado comigo porque gostaria de ter feito pesquisas de mercado e até conhecer alguns aspectos sobre a economia, enfim é como se fosse fazer um raio x do país, entende? E isso eu não fiz ainda, né? Eu já estou há alguns meses para fazer e não fiz ainda e o ano está passando. Enfim, estou com algumas ideias que gostaria de levar adiante. Espero levá-las adiante. Foi como lhe disse estou cansado de enriquecer os outros, né? Eu sei que tenho capacidades, sei que mereço, até pela pessoa que sou. Numa situação até mais confortável, melhor, claro que sei que daqui a pouco, eu montando um negócio próprio vou ter que trabalhar mais que trabalho ali, mas enfim, saber que é para mim, saber que tudo depende de mim, é complicado. (anexo IV, E03)

Outro dia encontrei a Dr^a. Helena Nogueira no caminho, aqui próximo e ela falou “ah vá falar com a Dr^a. Filipa Martinho”, no mesmo dia falei com ela e ela mostrou-me uma grelha com uns cursos e então senão tivesse feito este processo não tivesse contactado com vocês, sabe, nunca iria ter esta oportunidade. Por isso, eu acho que para mim foi uma mais-valia e vejo como uma coisa muito positiva. O próprio facto de ter conhecido a Margarida numa Tarde de Emprego, entende? Aquilo já foi importante ir ali. Então, eu vejo uma coisa muito positiva e acho que ajuda no processo de integração, né? É claro que depende muito do ponto de vista de cada um, né? (anexo IV, E03)

Tema: Integração

Categoria: Experiências

Construção civil foi uma coisa que fui obrigado a abraçar. (anexo II, E01)

É, tomei o gosto por aquilo. Agora, na condição de imigrante surgiu a construção civil, então, eu para poder ganhar mais, tive que aprender a profissão, até acho que me desenrasco bem, né? Mas não é isso que eu quero para mim. (anexo II, E01)

Hoje em dia já me sinto mais à vontade. (anexo II, E01)

Não, porque primeiro é o choque de culturas, é totalmente diferente. Vocês são mais fechados, nós somos mais abertos, então, ficamos um pouco limitados. (anexo II, E01)

Associam o Brasil a um país de criminosos, então, julgam todos os brasileiros assim. (anexo II, E01)

É estereótipo. Brasileiro está ligado com a prostituição, com o crime. Eu tenho a prestação da minha casa em dia, as minhas coisas estão em dia. (anexo II, E01)

Fiquei a trabalhar durante 30 dias, nuns tinha trabalho, outros, parava. Tinha alguns conhecidos, alguns até viraram amigos, um ou dois. (anexo II, E01)

Não, porque é assim, enquanto imigrante, não quero luxo, não quero nada. Aqui em Santarém há alguns brasileiros que vivem, em condições espectaculares, mas no começo agarraram qualquer coisa. Um quarto com casa de banho. (anexo II, E01)

Vim sozinho. (anexo II, E01)

O problema é julgarem o Brasil como um todo. O Brasil é um país violento, todo o mundo sabe. É um país com uma Constituição que qualquer criminoso consegue dar a volta. Tem mais de cinquenta e tal anos, mais de sessenta anos, nasceu em 42. Dá liberdade aos menores de fazerem o que querem e o que não querem e com 18 anos começam uma vida de criminosos. (anexo II, E01)

Isso é praticamente o prato do dia. As pessoas dizem “você não está no Brasil”, são coisas que baralham um pouco porque eu não tenho conhecimento, são coisas destas assim. (anexo II, E01)

Diante da Constituição Portuguesa, eu acredito que pelo menos no papel somos todos iguais. Não sei, mas é regida pelo homem, é complicado, o que está no papel é regido por alguém, pelo ser humano. (anexo II, E01)

As pessoas só não gostam do imigrante quando lhes convém. Quando elas precisam de um criado, não importa se ele é chinês, se ele é francês, quando é preciso um criado para fazer o que pedem. Aí não interessa a cor, a nacionalidade. Mas há excepções, tenho um amigo que também é formador de inglês, já o conheço há quase 7 anos. (anexo II, E01)

Tem tem, alguns são muito educados, outros, como vou dizer, é bruto a falar. (anexo II, E01)

Sim fizeram-me contrato e tenho tudo legalizado. (anexo III, E02)

Tenho três filhos, a minha filha vive numa casa particular em que eu mensalmente pago a renda da casa, e eles também estão a estudar, a menina frequenta o curso de técnica de laboratório, o segundo filho terminou o 9º ano do curso profissional de pintor de automóveis, pretende continuar com outra formação e o mais novo que tem treze anos está no curso normal. (anexo III, E02)

Em princípio os mais velhos ainda estão indecisos, mas o mais novo vai comigo. Os mais velhos já se sabem desenrascar, depois de terminar o curso a menina quer ir para a universidade, para o ano vai terminar o seu curso e pretende ir para a universidade. É bom sinal. E depois logo se vê. (anexo III, E02)

Sim, mais ou menos integrada, não totalmente, mas mais ou menos sinto-me integrada. (anexo III, E02)

Na saúde [não]. (anexo III, E02)

Acesso à saúde tenho, mas o acesso à motivação por parte do médico de família, isso me deixa um pouco desmotivada. (anexo III, E02)

Pois, acho, eu acho. No meu país temos lá médicos Portugueses que são muito bem tratados, nós somos um povo muito acolhedor. (anexo III, E02)

Não sei, porque será, da forma como ele faz o acolhimento da minha parte. (anexo III, E02)

Talvez seja da maneira de ser dele, talvez. (anexo III, E02)

Os meus patrões são excelentes, na zona as pessoas são muito acolhedoras, não tenho grandes problemas. (anexo III, E02)

Sim, pelas duas coisas, mas claro o meu objectivo é organizar, vou aguentando, tenho filhos a estudar, se eu me deixar disso para onde vou integrar neste momento. (anexo III, E02)

Sim, tratam-me muito bem, mas são muitas horas de trabalho. (anexo III, E02)

É o frio. (anexo III, E02)

Sim, foi uma grande dificuldade, depois fui-me adaptando, no processo de legalização, muitos papéis, tinha que dar muitas voltas, ir a muitas instituições. Mas foi bom, consegui. (anexo III, E02)

Mais ou menos um ano e meio. (anexo III, E02)

Sim, foram. Não tinha trabalho. Eu vinha com objectivos de fazer tratamentos de saúde, depois decidi mais tarde, pronto vou ficar. Houve um pouco algumas barreiras em encontrar trabalho, mas quando a gente procura, encontra. (anexo III, E02)

Sim, um pouco difícil. (anexo III, E02)

Não, primeiro vivi em Lisboa em casa de familiares, depois inscrevi-me numa agência em Lisboa e eles e que me enviaram para a Póvoa de Santarém. (anexo III, E02)

Foi, foi, foram muito simpáticos. (anexo III, E02)

Sim, foi tudo em Lisboa. As papeladas para obter o cartão de residente é que tratei aqui. (anexo III, E02)

Quanto à minha parte tive aquela sorte na integração, tive ajuda, apoio dos meus patrões que me ajudaram bastante, dos meus filhos também, quando os mandei vir eles também tiveram a oportunidade por causa do pai, o pai tem a nacionalidade Portuguesa e eles facilmente se integraram e tiveram documentos, os meus filhos têm documentos Portugueses. (anexo III, E02)

Sim, têm dupla nacionalidade. (anexo III, E02)

Sim [no meu caso], foi, um pouco mais complicado. (anexo III, E02)

É, não sei o que dizer, eu já ouvi relatos, tem muitos brasileiros professores que estão trabalhando no ensino público e privado, mas eu acabei esbarrando em algumas barreiras e acabei me acomodando, enfim e também tenho de trabalhar, não posso estar aqui muito tempo sem receber dinheiro para me manter e acabei deixando o processo de pedido de equivalência que é moroso e caro. Tenho que levar adiante por agora. (anexo IV, E03)

Bom, eu não tenho tido muito tempo livre, claro que o que eu tenho acabo gozando com algumas pessoas que têm vindo para cá. Em Junho veio o meu padrinho de casamento, agora veio o meu sogro de novo. Tenho tentado conhecer mais um pouco do país com eles, Já fui a Madrid com o meu padrinho de casamento, com os meus sogros fui à Batalha a Fátima, levei-os à Serra da Arrábida, que era um local que eu tinha conhecido. Quero ver se vou ao Algarve quero ver se vou ao norte que eu não conheço ainda. Em geral é o que gosto de fazer esporte que no caso seria corrida, ontem fui até surfar a Peniche. É que eu comprei um carro nestes últimos meses. (anexo IV, E03)

Com relação a isso não posso reclamar, até porque judicialmente sou Português, tenho a nacionalidade, vim para cá e retornei no caso da Europa porque tinha a questão da documentação. Já havia passado por uma situação de estar ilegal, que não é uma coisa boa, eu não desejo isso ao meu pior inimigo. Não tive dificuldade. Quando estive na Itália tive de mudar de emprego, fui enganado, alguns locais que eu trabalhei. Tive foi alguma dificuldade em regularizar a minha esposa. (anexo IV, E03)

Sim, viemos juntos. O meu B.I. saiu em Junho no Brasil em Agosto já távamos casando, porque era até final de 2009 nós viríamos para cá. (anexo IV, E03)

Foi um processo caro, acabei gastando mais ou menos uns três mil reais, mil e poucos euros, tinha de estar sempre me deslocando, da minha cidade para outra, porque na minha não tinha consulado Português só nas capitais vizinhas, aí tínhamos de viajar 3 ou 4 horas, algumas viagens eu fiz assim no extremo, saindo do trabalho meia noite às vezes dormia duas a três horas acordava no meio da madrugada para ir aí para voltar ainda à tarde para poder trabalhar foram bem malucas assim e mas, enfim, foi até um processo muito rápido. (anexo IV, E03)

Por exemplo na questão da cidadania, né, quando eu vi regularizada, se não saísse não viria, eu me concentraria no Brasil, é o meu país e eu gosto e tudo, claro tentaria fazer uma pós graduação. (anexo IV, E03)

Mas foi rápido em menos de um ano eu me ter tornado num cidadão Português, com passaporte, B.I., e até certidão de nascimento tenho, Portuguesa. (anexo IV, E03)

Mas o processo da minha mãe foi mais demorado, demorou para aí dois anos e meio a três anos, teve de começar o processo por ela, ela se tornar Portuguesa, para aí eu e o meu irmão podermos tornar Portugueses também. Mas não, no meu caso foi rápido, um ano consegui tudo isso, claro que gastei um certo dinheiro. (anexo IV, E03)

Sim, foi, iniciar o processo até abrir tudo, verem que ela tinha direito, claro como ela já era casada teve de pegar os documentos do meu pai, certidão de nascimento, certidão de casamento, aí pega isso nos cartório aí gasta-se um bom dinheiro nisso, aí mais um carimbo aqui mais um carimbo ali, gasta-se um bom dinheiro, mas no fim o meu foi rápido, comecei a meio do ano de dois mil e oito e antes do meio do ano de dois mil e nove já estava com o meu B.I. e passaporte na mão. (anexo IV, E03)

Sim, sinto. [integrado](anexo IV, E03)

Não sei nem que dizer, esta mesma semana mesmo eu estava falando para a minha esposa que às vezes eu tenho tido muitos pensamentos ou sentimentos sobre Portugal e os portugueses, com relação a preconceito e tudo. Sempre existe algumas pessoas, claro que a gente sempre sofre um pouco, sempre aparece um ou outro que quer estragar a coisa, mas a maioria das pessoas de uma forma geral não, tento ser o mais educado possível, né? E, por mais que eu tenha sotaque brasileiro, às vezes não é aquele brasileiro típico a que eles estão habituados e às vezes as pessoas respondem de uma maneira muito positiva, no primeiro ou segundo dia que estava no cinema uma pessoa disse para mim, ah, “tem o mesmo apelido que o meu, deve ser um primo”, então, às vezes dão sempre gorjetas e tudo, sem motivo nenhum, só pelo tratamento.

Nos últimos tempos tenho ouvido muitas coisas e acho que Portugal está passando por essa situação devido aos próprios portugueses, o pouco que eu conheço da Europa, eu vejo que Portugal, Espanha e Itália é muito semelhante à América Latina, à América do Sul, entende e claro só não é a América do Sul porque tem mais história e tá colado à Europa. Porque senão eu vejo muitos problemas, principalmente eu via os problemas do Brasil, porque diziam que o Brasileiro era vagabundo, não tinha educação, enfim, né. Mas vou lhe dizer que quando cheguei na Itália e mesmo aqui em Portugal, vejo que o Brasil é um país que trabalha muito, apesar de se falar no samba, na caipirinha, nas mulatas, etc., o

Brasileiro em termos gerais trabalha muito, e principalmente comparado com o europeu. (anexo IV, E03)

(...) Mas eu acho que isso se deve muito até, pode não estar completamente certo mas também não está completamente errado, é que na Europa depois da segunda guerra mundial, no geral se estabeleceu um estado de bem estar social, como se diria. E que têm uma série de benefícios, as pessoas têm muito apoio/ajuda, diferente do que tem no Brasil e acredito nos restantes países da América Latina. Lá tem que ganhar todos os dias, tem que matar o leão todos os dias e aqui as coisas até há algum tempo atrás eram muito mais fáceis, Subsídio daqui, subsídio dali, ajuda aqui ajuda ali, sabe, as pessoas só não atingem o que quer se realmente não quiser. Já lá tem muita dificuldade, não é só a pessoa querer. (anexo IV, E03)

Em Portugal tem-se perdido muita coisa agora por causa da questão da crise. (anexo IV, E03)

É, sim, brasileiro, não estava na mesma situação que eu, ele já estava aqui há dois anos, mas ainda estava batalhando para obter a cartão de residente dele. Mas enfim, ele estava num restaurante e precisavam de gente para trabalhar tanto que eu cheguei numa quarta ou quinta-feira e no outro dia já estava trabalhando. Então, as dificuldades que tive na Itália, aqui não tive aqui nenhuma. A língua nos aproxima claro que havia diferenças, por exemplo na escrita. Quando li o primeiro livro de português de Portugal, eu demorei algum tempo a entender o que era o rebuçado. Por exemplo, no livro falava sobre a Segunda Guerra Mundial. (anexo IV, E03)

Lá é bala. Assim como tem a bala para atirar, vocês dizem bala é para atirar. Mas a questão da acentuação é completamente diferente. (anexo IV, E03)

Nem tanto, que eu já estava um pouco habituado, já tinha lido alguns livros e já tinha percebido onde estavam as diferenças. Aí quase não tive, né? (anexo IV, E03)

Dificuldade foi a questão da regularização da minha esposa, porque eu já tinha enviado no Brasil para o Consulado português, onde tinha feito a minha cidadania. Para poder chegar até aqui e eu já estar casado, né? E, no final, quando cheguei estava meio enrolado. O Consulado voltou a fazer uma coisinha. Ainda vocês aqui não encontravam os papéis, eu estava como solteiro ainda e eu não tinha mais como. Aí a moça da Conservatória aqui de Santarém me deu o número da Conservatória Geral de Lisboa, aí eu liguei e uma rapariga me atendeu e ela me disse “ah não? O Consulado não fez? Mas eu faço aqui para si” e ela disse que o pessoal da Conservatória de Santarém poderia ter feito, entende, mas enfim e foi um pouco de chatice. As idas ao SEF, ali tem um segurança que ele está ali há muito tempo e conseguiria direccionar e resolver os casos. Também não culpo ele completamente, mas enfim. Eu já era cidadão português, só estava tentando regularizar a minha esposa. (anexo IV, E03)

É claro, para quem já passou por isso, não é que vá conhecer completamente o SEF e todas as leis e etc., mas sempre vai conhecendo um bocadinho. Cada um tem a sua história, tem gente que consegue com uma facilidade tremenda também. Eu também não posso reclamar muito porque depois de tanto insistir aconteceu. A minha esposa pagou € 7,00 para ter um documento que eu paguei mil e tal para ter. (anexo IV, E03)

É, resistiu. Eu acho que essa flexibilização que há aqui acaba desprotegendo os trabalhadores, pelo menos comparando com o que nós tínhamos lá, né. (anexo IV, E03)

Mas a gente não sabe, não dá para dizer que sabe, entende Dr^a. Helena? É complicado, a gente vai aprendendo, tem que ir atrás, tem que informar, por exemplo, foi como disse atrás não sei 1/3 dos meus direitos como cidadão português. (anexo IV, E03)

E até olhando no que pode estar na cabecinha de alguns conterrâneos meus, e que têm aquela cabeça de que eles vêm para cá e só querem dinheiro e viver no grupo deles como se estivessem ainda no Brasil. Talvez alguns dissessem – não serve para nada, não sei quê – mas isso tem a ver com a perspectiva de cada um. Eu acho que é muito importante na minha opinião. Mas tem aqueles que são muito imediatistas e vêm para cá com outros objectivos, né? Só pelo dinheiro, “ah quero ficar aqui 5 ou 6 anos e voltar para lá, montar o meu negócio” e às vezes não é bem assim, tanto que o pessoal até está voltando. (anexo IV, E03)

Claro que sim. Gostaria de ficar aqui. Gosto do país, sou um cidadão nacional, já tenho algumas amizades, sabe, então, enfim, porque vejo oportunidades aqui também, há, há, é uma questão de saber procurar, né? De ver, de perceber onde está. (anexo IV, E03)

Mas, está meio aberto, até porque comprei carro agora, estou querendo comprar um ou outro electrodoméstico, uma outra coisa, mas tenho que me segurar porque sei lá daqui a pouco vou para a Escócia, o carro se vende rapidinho, mas daqui a pouco mais uma televisão, um home theater, né, não vendo né? (anexo IV, E03)

Sim, é. Mas enfim, já consegui o primeiro objectivo que era o carro; o segundo era uma casa, vamos ver, quem sabe daqui a um tempo, até mesmo se conseguir montar um negócio, quem sabe eu posso. (anexo IV, E03)

Aí uma das áreas seria ou a parte de restauração, o café ou a partir de franquias, de franchising, esse seria um processo mais caro que eu chamo mais megalomaniaco. (anexo IV, E03)

Se fosse por esse caminho, tinha que ser numa grande superfície, não seria em Santarém, seria, sei lá. Seria uma marca brasileira, a Mormai. Eles têm loja em França, Espanha, na Itália. (anexo IV, E03)

Não, no litoral, Ericeira, Costa da Caparica talvez, Peniche onde há uma etapa do circuito mundial de surf ou numa grande superfície como o Vasco da Gama, que tem de tudo o ano inteiro. (anexo IV, E03)

Sim, era o que eu tinha pensado, eu precisaria de uns quinhentos mil euros, para fazer um negócio desses, uma parte do dinheiro eu até teria, a minha mãe tem um terreno lá no Brasil que deve valer quase um milhão de euros. A minha sogra tem uma quinta que é no interior do Brasil que ela está querendo se desfazer, e ela falou que uma parte do dinheiro ela poderia emprestar ou dar, né, seria para aí uns cem mil euros o restante eu poderia ir ao crédito, também tenho os meus direitos como cidadão Português, além que quando eu conversei com a Dr^a Filipa Martins ela falou que já se fez disso até ter havido a questão da crise, o próprio Instituto de Emprego e Formação, principalmente para desempregados. (anexo IV, E03)

Ela tinha falado nisso. (anexo IV, E03)

Muita coisa que eu desconheço. Mas eu então na questão da restauração, além de que na restauração a ideia que tínhamos eu e a minha esposa, aí era se fossemos para a Escócia, aí faríamos um restaurante digamos Luso-Brasileiro, alguns pratos que a gente vê que são muito típicos e são muito bons. (anexo IV, E03)

Sim, é tem aqui na carta bacalhau com natas ou outra coisa dessas talvez, bem um colega meu que trabalha no cinema e mora comigo, moramos nós os três na casa e ele gosta de cozinhar e tudo e aí talvez ele fosse connosco, colocávamos ele como chefe, como cozinheiro, não que ele seja especialista nisso, mas enfim obviamente conhece os pratos típicos daqui e aí tentar pegar um pouco desse nicho e talvez aí nós e mais esses primos dela, talvez eles já tenham algum dinheiro e com a experiência que eles têm lá e talvez era minha intenção era que eles mantivessem os empregos deles e agente ia tocando ali, eles dariam mais esse apoio do conhecimento local, etc., porque é uma coisa que eu vejo que acho que correria bem, fazendo um restaurantezinho com uma boa comida um preço razoável e se trabalhando claro que não ficaria rico do dia para a noite, mas daria para se manter e seria uma boa experiência, e até porque tem uma coisa eu gosto de cozinhar, gosto desse ambiente, claro que não tenho experiência nisso né, já teria um pouco de dificuldade no idioma, mas minha intenção era se fosse para a restauração, até outro dia vi e cheguei a ter, algumas ideias boas, mas é que está tudo no campo das ideias, entende, Dr^a Helena, foi ali no próprio café das Portas do Sol, aquilo lá está fechado, mas a licitação foi até ao final da semana passada. (anexo IV, E03)

Categoria: Contributos actuais do processo

É de louvar, acho que nos têm ajudado muito, não só aos imigrantes mas também aos nacionais, no processo de RVCC, porque nós devemos sempre lutar para mais, caso haja oportunidades de emprego com conhecimento adquirido a pessoa pode pôr em prática o mesmo conhecimento adquirido no RVCC, como também ajuda no nosso dia à dia. (anexo III, E02)

Houve grande contributo. É de louvar o contributo. (anexo III, E02)

Eu, como estava numa situação mais confortável, acredito que o processo não me ajudou muito nisso na questão da minha regularização. Mas eu acredito que eu não vim tão informado na questão dos meus direitos, até hoje não sei 1/3 como cidadão português sobre os meus direitos. Tanto que eu vou dizer talvez acabe por ter um pouco mais de dificuldade até por causa disso.

Em relação ao processo de RVCC, dependendo de cada caso e de cada situação, a pessoa vindo ter convosco, vocês não negariam ajuda ou dentro daquilo que conhecessem, tentariam ajudar. Claro que o processo em si, acredito que não ajuda muito. Não sei, fico um pouco em cima do muro, dizer que sim e que não, depende. (anexo IV, E03)

Ajudou com certeza, com certeza [literacia informática]. (anexo IV, E03)

Categoria: Perspectivas de contributos futuros

É explicar a vantagem da imigração, com certeza que é uma Vantagem, uma vantagem para o país. Se hoje em dia saíssem todos os imigrantes de Portugal, Portugal ia para um buraco porque são essenciais para a economia portuguesa. Explicar para as pessoas entenderem a importância do imigrante. O povo português também é um povo emigrante. Muitas pessoas têm a noção que porque está aqui, tem que ser assim, tem que ser assado e têm que respeitar os direitos do outro. Por estar no país deles, acham que têm mais direitos do que eu. (anexo II, E01)

Era uma boa valia, conhecer outras culturas, a importância da imigração. (anexo II, E01)

Imensa ajuda. Eu acho que o processo está mesmo em conta. Acho que poderia haver mais alguma ajuda. Os elementos que fazem parte de direcção, são pessoas competentes nesta área e analisaram tudo mais. Podem integrar mais áreas no processo de RVCC ou manter. (anexo III, E02)

É sim, ou talvez aquelas questões ligadas ao SEF porque sempre tem, como é que eu posso dizer, muitos detalhes, muitas coisinhas, porque só quem passa por aquilo acaba conhecendo. (anexo IV, E03)

Isso seria óptimo. Alguém mais especializado e com conhecimentos maiores nessa área relacionado ao SEF que é o órgão que aqui regulariza e que trata disso. (anexo IV, E03)

Com certeza, isso seria algo que ajudaria bastante. Bom, eu acho que quem acaba passando por esse processo, acaba conhecendo uma boa parte de todos esses procedimentos, né? (anexo IV, E03)

Sim, acho que seria uma mais-valia, inclusive, até para os próprios portugueses. No final, a gente não conhece tudo. A gente vive no mundo que conhecemos um bocadinho de cada coisa. Por mais letrado, por mais educada que seja uma pessoa. Por vezes não sabe coisas básicas do dia-a-dia. Então, que fazer? Até nas questões das novas tecnologias. Algo que para um miúdo de 6 anos é fácil, mas por vezes até para mim é difícil. Eu fui aprender mesmo a mexer no powerpoint a fazer os powerpoints aqui para vocês e já utilizava os powerpoints em algumas aulas lá no Brasil, mas era a minha esposa que fazia, eu ficava só ao lado dela. Eu fiquei mesmo precisando. Eu me julgo um antigo. (anexo IV, E03)

Tema: A integração da perspectiva intercultural no processo de RVCC

Categoria: Vantagens

Não, não, eu acredito que tem toda a vantagem, a Helena, né, é simpática. (anexo II, E01)

Acho que há uma grande vantagem. (anexo III, E02)

Eu acho que ajuda, porque, até pela própria convivência e é claro por outros aspectos que são valorizados e lógico, isso é importante. Portugal, enfim, é uma sociedade com séculos multicultural devido aos contactos que teve no período dos Descobrimentos. Até pela língua, do português. Tem alguns historiadores clássicos no Brasil que pensam que só os portugueses poderiam ter feito o Brasil. Há gente que está um pouco habituada ao negro, à questão da escravidão, até pelo contacto com os Índios e formou aquilo que hoje é o Brasil, que é uma sociedade multicultural. Eu acho que isso é importante. Muitas pessoas, às vezes, não gostam muito desses contactos, dessa coisa multicultural, mas eu acho que é importante. Tem muitos que acham que essas influências estrangeiras acabam fazendo por se perder o que de melhor havia do nativo. Eu acho que não, até porque em alguns aspectos eles fazem forçar aquilo que o nativo tinha de melhor. (anexo IV, E03)

É, sabe, tem tem. É difícil, mas eu acredito que acaba ajudando. Sim na questão da integração pela própria vivência, por valorizar. (anexo IV, E03)